

ANDRÉ DUMANS GUEDES

PROJETO IDENTITÁRIO, DISCURSO E PEDAGOGIA NA
CONSTITUIÇÃO DE UM SUJEITO COLETIVO:

O CASO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Frederico Guilherme Bandeira de Araujo
Doutor em Engenharia de Produção / UFRJ

Rio de Janeiro
2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

G924p Guedes, André Dumans.
Projeto identitário, discurso e pedagogia na constituição
de um sujeito coletivo : o caso dos atingidos por barragens
/ André Dumans Guedes. – 2006.
115 f. ; 30 cm.

Orientador: Frederico Guilherme Bandeira de Araujo.
Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e
Regional)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de
Janeiro, 2006.

Bibliografia: f. 108-113.

1. Movimentos sociais. 2. Identidade social. 3. Análise
do discurso. 4. Movimento dos Atingidos por Barragens. I.
Araujo, Frederico Guilherme Bandeira de. II. Universidade
Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e
Planejamento Urbano e Regional. III. Título.

CDD: 303.484

ANDRÉ DUMANS GUEDES

PROJETO IDENTITÁRIO, DISCURSO E PEDAGOGIA NA
CONSTITUIÇÃO DE UM SUJEITO COLETIVO:

O CASO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovado em 02/05/2006

Prof. Dr. Frederico Guilherme de Bandeira Araújo – Orientador
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Prof. Dr. Carlos Bernardo Vainer
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Prof. Dr. Hélión Póvoa Neto
Departamento de Geografia - UERJ

Esse trabalho é dedicado ao meu pai e à minha mãe, meus grandes companheiros ao longo desses 6 anos e fontes inesgotáveis de estímulo, amor e apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

Cláudia e Dimas são hors-concours.

Ao Fred, que mais do que um orientador atencioso, dedicado e sempre presente ao longo desses anos, foi também um verdadeiro mestre e amigo.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa Modernidade e Cultura – Regina, Luciano, Ricardo, Denise – pela camaradagem, pelas dicas que deram a esse trabalho e pelas discussões de alto nível ao longo do ano de 2005.

Ao Vainer, pelo exemplo de combatividade intelectual e política e por ter me introduzido nesse mundo povoado por atingidos e barragens do qual não pretendo sair tão cedo.

Ao Henri, pelas críticas e sugestões a esse trabalho que tanto me fizeram quebrar a cabeça.

Aos professores Robert Pechman, Hermes, Ana Clara, Tamara e Fânia, pelo estímulo intelectual e pela atenção extra-classe.

Aos funcionários do IPPUR, pelos galhos quebrados ao longo desses anos e pelo agito sempre promovido na vida social do instituto. Um agradecimento especial para duas ex-funcionárias, minhas queridas Jussara e Rita.

Ao MAB, pelo exemplo de luta e bravura e pelo sempre atencioso tratamento.

Aos alunos da Escola Agrícola Família Feliz, de Porto Nacional, pela acolhida fora de série naqueles furiosos e fantásticos dias de outubro de 2001.

À CAPES e à FAPERJ, por terem me concedido bolsas durante os anos de 2000 e 2001. Ao CLACSO, pela bolsa que, no ano de 2005, me permitiu uma dedicação integral aos estudos.

À Raquel. Por ter sido tão incansável em seu objetivo de me pôr pra frente. Por ter me acolhido com tanto carinho, junto com a Márcia, naqueles inesquecíveis almoços e jantares na Lauro Miller. Por estar sempre interessada, e de forma tão genuína, nos meus trabalhos, idéias e sentimentos, com esse escutar atencioso tão raro nos dias de hoje.

Ao Bruninho, amigão do peito, companheiro de todas as quebradas e interlocutor número um. Quando eu consigo então que ele preste atenção no que eu estou falando...

À Dani, minha parceira de viagens favorita, no Rio de Janeiro ou no interior do Brasil. A ela agradeço ainda ter me disponibilizado suas notas de campo e material pedagógico dos cursos de formação.

Ao João Paulo, meu irmão mais novo mais velho, ô cabeça boa!

Ao Brunão, por estar há quase vinte anos me obrigando a deixar de ser “eu mesmo”.

À minha primeira turma de mestrado, lá pelos idos do ano 2000. O que seria desse mineiro perdido no Rio de Janeiro se não fossem vocês? Menção especial para o Andrezinho e a Dani, grandes amigos até o dia de hoje.

A esses guerreiros briosos e feridos, Cristina, Stella, Allan, Gabão, fierce things replete with too much rage/whose strength's abundance weakens their own heart. Pra cima com a viga, carpinteiros do universo!

À minha tia Tamar e ao meu tio Oswaldo, por terem me acolhido com tanto carinho, paciência e hospitalidade durante o ano de 2000. À Ivanir, pela cabeça erguida e pelo tratamento classe A. Ao meu priminho Lucas, pequeno companheiro perturbado e genial com quem tanto aprendi sobre mim mesmo.

A esses companheiros e companheiras de rua-cama-noitada-bar-subversão-discussão-praia espalhados por aí – Joaquim Silva, Morro da Providência, Complexo da Maré, Farne, Real Grandeza & adjacências, Abolição, Icaraí, Santa Tereza, Praça XV, Posto 9, André Cavalcanti, IFCS, Duque de Caxias, Praia Vermelha, Gragoatá, Copacabana – esse mundaréu de gente e de galeras que tanto contribuíram para que eu pudesse amar e descobrir (não desvendar!) os segredos dessa cidade – felizmente – maluca.

À velha guarda, Guilherme, Wagner, Juninho, Silvério, Patrícia, Carol, Fernanda, Vivianne, Thereza, por me permitirem ter a certeza de que a gente vai continuar pra sempre amigos de infância.

Ao pessoal de Ubá, por terem me feito descobrir (antes tarde do que nunca!) a família maravilhosa que eu tenho.

A esse monte de gente que, no IPPUR e fora dele, passou pela minha vida deixando marcas indeléveis – no cérebro e/ou no coração – ao longo desses 6 anos: Ângela Tâmega, Glauco, Rafael, Vítor, Luís Paixão, Luana, Renato, Jorge, Guga, Paola, Esther, Maurício, Michele, Adriana, Pujucan, Thunder, Thiago, Marcelo, Carol, Fatinha, Jonathas & Paulo, Marcel, Fábio, Bebel, Fernando, Marco Aurélio, Bernardo.

Esses pensamentos desesperados, se eu os pudesse dançar!

Nikos Kazantzakis – Zorba, O Grego

RESUMO

Esse trabalho busca considerar a relação entre as práticas pedagógicas do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) – mais especificamente, os cursos nacionais de formação de militantes realizados entre os anos de 2001 e 2002 – e o processo de construção de uma identidade de atingido. Na perspectiva teórico-metodológica utilizada aqui – e que é inspirada, essencialmente, nos trabalhos do crítico literário russo Mikhail Bakhtin – a investigação dessa relação se processa pela definição do que definimos como o discurso pedagógico do MAB. É a análise desse discurso, a partir do material pedagógico distribuído nesses cursos de formação, o que nos permite delinear os traços de uma estratégia (o que chamamos de “projeto identitário”) levada a cabo pelas lideranças desse movimento com o objetivo de formar militantes de acordo com um determinado modelo de atingido. É a investigação desse modelo, seus conteúdos e formas, o foco central desse trabalho.

Palavras-chave: movimentos sociais; identidades; discurso; Movimento dos Atingidos por Barragens

ABSTRACT

The purpose of this work is to consider the relation between the educational practices of the Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB; Dam-affected Movement) – namely, the national courses realized in 2001 and 2002 in order to train activists of this organization – and the processes related to the construction of a “dam-affected” social identity. In our theoretical and methodological perspective – inspired by the work of the Russian critic Mikhail Bakhtin – this relation is considered from the point of view of what we define as the educational discourse of MAB. It is the analysis of this discourse, whose sources are the texts distributed to those who attended these courses, what allows us to indicate the existence of a strategy (what we call “identity-oriented project”) carried out by the leadership of this movement with the intention of creating activists in accordance with a certain “dam-affected” model. The focus of this job lies on the study of this model, considering its format and contents.

Key words: social movements; identities; discourse; Movimento dos Atingidos por Barragens.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 O MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB) E OS CURSOS DE FORMAÇÃO	9
1.1 BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS	9
1.2 DESCRIÇÃO DE UMA ETAPA: O CURSO DE PORTO NACIONAL	20
2 IDENTIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS	29
SEÇÃO I	29
2.1 A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO DAS IDENTIDADES	29
SEÇÃO II	35
2.2 IDENTIDADE E MOVIMENTOS SOCIAIS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: ALGUMAS QUESTÕES COLOCADAS PELO DEBATE CONTEMPORÂNEO	38
2.3 ALGUMAS VISÕES SOBRE A IDENTIDADE DE ATINGIDO POR BARRAGEM	45
2.3.1 ROTHMAN (1996)	45
2.3.2 FAILLACE (1990)	48
2.3.3 MORAES (1994)	50
2.4 ALGUNS ELEMENTOS CONCEITUAIS PARA PENSAR A IDENTIDADE DE ATINGIDO POR BARRAGEM	53
3 DISCURSO E IDENTIDADE	58
3.1 DISCURSO, DIALOGISMO E IDENTIDADES	58
3.2 PLURILINGUISMO E POSIÇÕES DE SUJEITO DISCURSIVO	67
4 ANÁLISE DO DISCURSO PEDAGÓGICO DO MAB	73
SEÇÃO I	74
4.1 A QUESTÃO DA DIVERSIDADE INTERNA	74
SEÇÃO II	79

4.2 PLURILINGUISTO E POSIÇÕES DE SUJEITO DISCURSIVO (PS) NO DISCURSO PEDAGÓGICO DO MAB	79
4.2.1 PS CRÍTICO	79
4.2.2 PS DE MOBILIZAÇÃO	81
4.2.3 PS MORAL	83
4.2.4 PS ORGANIZATIVO-INSTITUCIONAL	85
4.2.5 PS ECOLÓGICO	87
4.3 POSIÇÕES DE SUJEITO DISCURSIVO E OS MEDIADORES: OUTROS SUJEITOS?	91
4.4 ARTICULAÇÕES ENTRE AS POSIÇÕES DE SUJEITO DISCURSIVO	94
4.4.1 PS CRÍTICO E PS DE MOBILIZAÇÃO	95
4.4.2 PS MORAL , PS DE MOBILIZAÇÃO E PS ORGANIZATIVO-INSTITUCIONAL	96
4.4.3 PS CRÍTICO, PS ECOLÓGICO E PS DE MOBILIZAÇÃO	96
4.5 ARTICULAÇÃO ENTRE AS PS DE MOBILIZAÇÃO E INSTITUCIONAL ORGANIZATIVO: UM MOVIMENTO NACIONAL?	97
CONCLUSÃO	103
REFERÊNCIAS	108
ANEXO – DESCRIÇÃO DO MATERIAL EMPÍRICO	114

INTRODUÇÃO

O trabalho aqui apresentado tem uma história longa. Essa história tem início no ano de 2000, quando tive a oportunidade de participar de uma pesquisa de campo, coordenada pelo professor Carlos Vainer – no âmbito do Sub-Projeto Setor Elétrico, Território, Meio Ambiente e Conflito Social (SEOT) do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN), do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ - junto às comunidades atingidas pela construção das barragens das usinas hidrelétricas de Itá e Machadinho, no Rio Uruguai, na fronteira dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Iniciou-se aí o meu contato com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Esse é o movimento que, articulado nacionalmente a partir de 1989, busca representar e lutar pelos direitos daqueles que têm suas condições de vida afetadas pela construção de lagos artificiais utilizados para a geração de energia hidrelétrica.

Nos anos de 2001 e 2002, tive a oportunidade de participar de três etapas de um ciclo de cursos de formação de militantes realizado por esse movimento, nas localidades de Porto Nacional (Tocantins), Correntina (Bahia) e Palmitos (Santa Catarina). Não pude participar da quarta etapa desse curso, que ocorreu em Ouro Preto, Minas Gerais (e que é, por uma curiosa coincidência, minha cidade natal). A oportunidade de participar desses cursos me marcou de forma profunda. Não podia imaginar naquela época, porém, os desdobramentos oriundos dessa experiência. No ano de 2003, aproximei-me do Grupo de Pesquisa Modernidade e Cultura (GPMC), também do IPPUR/UFRJ, coordenado pelo professor Frederico Guilherme Bandeira de Araújo, na época dedicado a uma investigação coletiva centrada na questão das identidades sociais. No interior desse grupo, surgiu a possibilidade de desenvolvimento de um trabalho de dissertação de mestrado que enfocasse a identidade criada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens.

Definidos assim os contornos mais gerais da pesquisa, em um primeiro momento, a investigação centrou-se na pesquisa bibliográfica relativa a dois campos teóricos: aquele dedicado ao estudo dos *movimentos sociais* e aquele referente às *identidades*. O objetivo, inicialmente, era identificar perspectivas teóricas que permitissem trabalhar na confluência entre esses dois campos. Ao mesmo tempo, eu procurava definir o objeto de estudo a partir da

experiência a que me referi acima, buscando investigar algo que, nos termos de Moraes (1994), poderia ser chamado de “pedagogia dos atingidos por barragens”.

À medida em que desenvolvia o trabalho de investigação, o projeto inicial foi alterado, e novos rumos se colocaram. A partir do contato com os trabalhos que buscavam dar conta da questão da identidade nos movimentos sociais – Touraine (1984, 1985, 2000), Castells (1999), Melucci (1985, 1996), assim como seus diversos seguidores no Brasil e América Latina – um certo incômodo surgiu. Em parte por divergências de ordem política ou teórico-metodológica com esses autores, em parte pela idiossincrática impressão de que, considerado a partir daí, o objeto de estudo perdia bastante do seu fascínio e interesse perante meus olhos, o fato é que esse incômodo me fez ansiar por outros caminhos.

Ao mesmo tempo, no GPMC desenvolvíamos outras atividades, e começávamos a travar contato com a perspectiva da Análise de Discurso, e, a partir daí, com os trabalhos do pensador russo Mikhail Bakhtin. Surgiu do contato com as idéias de Bakhtin a possibilidade de lidar com a questão das identidades a partir de um outro foco: pensá-la a partir de sua relação com o discurso.

Pedagogia, identidades, discurso. Como promover a conciliação entre esses tópicos? Os elementos identificados a partir da análise do material empírico nos parecem poder ser melhor contextualizados se consideramos a existência de um *projeto identitário* instituído enquanto estratégia política pela liderança do MAB. Com essa expressão pretendemos designar o conjunto de processos através dos quais essa liderança busca construir e impor *um* modelo de “atingido” ou, de outra forma e levando essa lógica ao limite, o “atingido-modelo”.

No que se refere ao “público-alvo” dessa prescrição, o alcance desse projeto é, naturalmente, diferenciado. Poderíamos evocar aí uma gradação que vai das lideranças intermediárias àqueles que, participando apenas ocasionalmente de atividades promovidas pelo movimento, poderiam ser caracterizados, de uma forma talvez imprecisa, como pertencentes à “base”.

Em um extremo, portanto, as lideranças intermediárias. Em sua maior parte, são os representantes de comunidades atingidas ou ameaçadas, e que desempenharão, assim, o papel de lideranças regionais. São esses, por excelência, aqueles a que se destinam os cursos de formação. Isso se deve, principalmente, à sua importância nas tarefas de organização e mobilização em suas regiões. Embora seja cada vez mais freqüente a prática de “deslocamento” de militantes já experientes – em sua imensa maioria oriundos da região do Alto Uruguai – para o desempenho dessas tarefas, essas lideranças regionais têm sempre uma

grande importância na *mediação* entre o movimento nacional e as regiões. Eles funcionam, dessa forma, como “correias de transmissão”. Já no primeiro dia do curso realizado em Tocantins, quando da apresentação dos objetivos gerais do ciclo de cursos, foi enfatizada a importância desse aspecto. A liderança nacional responsável por essa apresentação destacava duas razões para justificar a reunião, naquela oportunidade, de pessoas vindas das mais diversas regiões do país. Em primeiro lugar, a importância da “diversidade, da troca de experiências como momento da formação”, de “trazer conhecimentos e sociabilizá-los para o fortalecimento do movimento”, de “animar a galera para a troca”. Em segundo lugar, a necessidade de um compromisso no sentido de “repassar o conhecimento para os outros em suas regiões”. Afinal de contas, o movimento precisa de “conhecimento potencializado”. É também com relação a esse ponto que essa liderança nacional explica a presença dos que ali se encontravam, uma vez que se tratavam, todos eles, de “pessoas com potencial multiplicador”¹.

No outro extremo, as “bases”. Com esse termo estamos designando, como afirmamos acima, o conjunto daqueles que participam apenas ocasionalmente das atividades do movimento: uma ou outra reunião, mobilizações, ocupações, marchas, manifestações. O grau e a natureza da participação da base nessas atividades variam de forma considerável de acordo com a região considerada, com o período e com as situações de barragens.

Qual o sentido da delimitação desses extremos? Não é nosso objetivo aqui descrever a multiplicidade de atuações e posições de todos esses que se encontram, em maior ou menor medida, vinculados ao movimento. Queremos apenas ressaltar que o processo de subjetivação inerente ao projeto identitário atua com intensidade variada ao longo de um espectro no qual se encontram presentes diferentes inserções no movimento.

E na medida em que qualificamos esse projeto como “identitário”, temos que enfatizar, por outro lado, as suas múltiplas dimensões. O projeto identitário é também, nesse sentido, (a) um “projeto pedagógico”, uma vez que leva a cabo práticas relacionadas à “formação” e/ou “educação”; (b) um “projeto discursivo”, já que promove a disseminação de determinadas *maneiras de falar* que são simultaneamente objetivo e instrumento de realização desse projeto; (c) um “projeto ideológico”, pela intenção de provocar um alinhamento ideológico dos militantes a partir da “exportação” e difusão de um modelo de ação política específico.

¹ Todas as citações entre aspas nesse parágrafo têm como origem a transcrição das falas da liderança nacional presente nas notas de campo.

Foi a partir da consideração dos cursos como objeto de estudo que, para nós, se delineou com nitidez a existência disso que chamamos de projeto identitário. Não nos referimos aqui, porém, a uma constatação automática, imediatamente elaborada após a participação nesses cursos. Isso se deu no contexto de um processo de reflexão onde pouco a pouco elementos de ordens distintas foram sendo articulados: as problemáticas das identidades e dos movimentos sociais conforme são tratadas na literatura acadêmica, um estudo mais detalhado a respeito da constituição e organização do MAB, a discussão durante o exame de qualificação para essa dissertação, as conversas com colegas, professores e militantes do MAB em torno da questão das relações no interior dos movimento sociais.

É, portanto, sobre a natureza desse *projeto identitário* que incidem as preocupações que nortearam a realização desse trabalho. As limitações inerentes a uma pesquisa de dissertação de mestrado nos obrigaram a estabelecer recortes, assim como a centrarmos em um foco mais específico. É nesse sentido que a noção de discurso nos foi de significativa valia. É através do que definimos como o *discurso pedagógico do Movimento dos Atingidos por Barragens*, discurso esse apreensível a partir do material utilizado durante esses cursos de formação, que buscamos investigar a natureza do “atingido” que se pretende construir – portanto, *da identidade para o atingido* que se pretende construir. E ao nos referirmos a esse “atingido” aqui, temos em mente, como colocado acima, essencialmente o atingido-militante: é sobre o militante que se quer formar que incidem, com especial intensidade e não por acaso, os processos e práticas referentes ao projeto identitário a que nos referimos.

Assim, que identidade é essa a que se pretende construir? Por que *essa* identidade? Poderíamos tentar responder a essa pergunta apelando para as “influências” externas que contribuíram para a constituição da visão de mundo das lideranças e dos responsáveis pela elaboração desse projeto identitário? Quais os objetivos de construir a identidade dessa forma? Que tipo de “atingido” o movimento quer, e por que? Em que consiste, como é estruturada essa linguagem de que o movimento se utiliza e quer disseminar, qual a especificidade de seus “princípios de visão e divisão de mundo”? Quais as implicações do entrecruzamento “plurilingüístico” – referente à coexistência de diferentes “linguagens”, entendidas aqui como “perspectivas objetivas, axiológicas e semânticas” (BAKHTIN,, 1992) – existente no discurso do Movimento dos Atingidos por Barragens *sobre* a constituição da identidade de atingido? De que forma se processa a articulação entre essas diversas linguagens –perspectivas a partir das quais é construído um certo tipo de relação com o mundo social – no discurso e na identidade dos atingidos? Como são constituídas aí as mais

diversas relações de alteridade, quem são esses que, definidos como “os outros”, permitem o estabelecimento da identidade de atingido?

A construção dessa identidade – que articula, através de relações complexas, a formação de um sujeito coletivo a modalidades de subjetivação que incidem sobre os indivíduos – se realiza na medida em que tem lugar a “subversion cognitive” que, para Bourdieu (1981, p. 69), constitui as ações propriamente políticas. É, portanto, no interior dos mesmos processos que promovem essa “conversion de la vision du monde” que surge o espaço para a construção da identidade de atingido pelo MAB. Essa subversão cognitiva não tem lugar, porém, sem a contestação de determinados “princípios de visão e divisão do mundo social” (BOURDIEU, 1998b) hegemônicos, de sua contraposição a outros princípios, e da constituição de um aparato simbólico através do qual esse movimento se posiciona perante o mundo social. Desde já, enfatizamos que esse *posicionar-se* deve ser entendido não de uma forma meramente reflexiva, mas enquanto postura ativa, construtora e transformadora desse mundo social.

É esse aparato simbólico o que pode ser apreendido em toda a sua exuberância, não por acaso, através do material pedagógico distribuído aos militantes durante esses cursos de formação. Isso se dá, do nosso ponto de vista, porque o processo de formação, na dimensão que privilegiamos, ocorre através do “aprendizado” e o domínio, em maior ou menor grau, desse aparato simbólico. A familiarização com essa *forma de ver e falar do mundo*, essa perspectiva que permite um posicionamento particular perante o mundo social, é um dos principais objetivos dessas práticas pedagógicas. E é, simultaneamente, um momento privilegiado para a construção de uma identidade social. Na perspectiva teórica em que nos colocamos, as identidades sociais somente podem ser compreendidas através dessa consideração do simbólico. O acesso a esse último nos é garantido pela *análise do discurso* que buscamos empreender tomando como referência o instrumental teórico e metodológico apresentando no terceiro capítulo.

Os cursos de formação não são, de forma alguma, a única instância de realização do projeto identitário do MAB². Todo um conjunto de outros processos contribuem para isso. Mais à frente consideraremos essa questão com maior atenção. Se os tomamos como objeto de estudo, é também porque aí, nos cursos de formação, estão evidenciadas de modo particularmente claro as linhas gerais características do modelo de atingido presente nesse

² Daqui por diante, o uso da expressão “projeto identitário do MAB” denota, metonimicamente, o projeto identitário *das lideranças* do MAB. Da mesma forma, o “discurso do MAB” se refere ao discurso *das lideranças* do MAB.

projeto. Nesse sentido, as práticas pedagógicas utilizadas pelo movimento podem ser compreendidas como uma modalidade da “educação” de que fala Durkheim (1978, p. 9-49). Se essa educação tem como apanágio a sua “virtude criadora”, esse processo criativo tem sempre como eixo e norte um “tipo ideal de homem”. Se para Durkheim esse “tipo ideal de homem” se constitui para o “uso” de caso sociedade particular, no caso em que estudamos o “tipo ideal” se justifica pela sua inserção no que chamamos de projeto identitário.

Se levarmos em conta o montante de recursos e tempo destinados a atividades de caráter pedagógico, fica evidente a importância que lhes é atribuída pelo Movimento dos Atingidos por Barragens. Paralelamente aos cursos que tive a oportunidade de frequentar, e que eram designados como cursos “nacionais”, ocorria um ciclo de cursos semelhantes na região sul do país, destinado para os atingidos dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Ao mesmo tempo, o movimento estimulava os atingidos a desenvolverem, na região particular de onde se originavam, atividades semelhantes, com o objetivo de dar continuidade ao processo de “formação de militantes”. Nessas circunstâncias, a direção do movimento disponibilizava quadros “qualificados” que pudessem orientar, nesses locais, a dinâmica dessas atividades. De 2001 – quando se realizou o primeiro ciclo de cursos de caráter nacional (e do qual tratamos aqui) – até os dias de hoje, as práticas relacionadas à “formação dos militantes” foram institucionalizadas no interior do movimento. A formação responde por um dos cinco “setores operacionais” do MAB³, assim como é atribuição de uma equipe a ela dedicada em tempo integral. Em 2002, 2003, 2004 e 2005, pelo menos um ciclo de cursos equivalente ao realizado em 2001 aconteceu.

É no interior dessa problemática que se desenvolveu, concretamente, essa investigação. No primeiro capítulo, apresentamos uma breve introdução ao Movimento dos Atingidos por Barragens, destacando alguns momentos significativos da luta contra as barragens no Brasil assim como os principais atributos do movimento nacional. Esse capítulo inclui, ainda, uma descrição de uma das etapas daquele ciclo de cursos, com o objetivo de melhor apresentar ao leitor a dinâmica característica desses cursos.

No segundo capítulo, apresentamos o resultado das etapas preliminares de pesquisa, buscando delinear os caminhos através dos quais foi definido o objeto de estudo. A referência a um certo conjunto de autores tem o objetivo de mostrar como se conforma, nos dias de hoje, esse campo problemático. Introduzimos brevemente algumas das perspectivas que pretendem dar conta da questão das identidades nos movimentos sociais e, em seguida,

³ Os outros setores são: educação (referente aos projetos de alfabetização de adultos), administração-finanças, comunicação e produção.

selecionamos três trabalhos que, tratando diretamente dos atingidos por barragens, fornecem elementos para a discussão de algumas questões teóricas.

A investigação da articulação entre discurso e identidade nos levou, no capítulo 3, à tentativa de construção de um instrumental teórico-analítico que pudesse orientar a *interpretação* dos documentos – nosso material empírico, os textos utilizados e distribuídos durante os cursos de formação que tive a oportunidade de participar. Foi a leitura dos trabalhos de Bakhtin que serviu de ponto de partida e referência básica para essa empreitada. E foram aí que surgiram os maiores desafios e dificuldades com que nos defrontamos nesse trabalho. Antes de mais nada, pelos obstáculos inerentes aos exercícios interdisciplinares, relativo aqui à aproximação que buscamos realizar entre os estudos da linguagem e as ciências sociais. A lingüística pode ter fascinado, ao longo do século passado, gerações de sociólogos e antropólogos, tornando possível o surgimento de uma vasta tradição de estudos e teorias. Estamos, porém, bastante afastados desse marco, buscando um outro tipo de diálogo, estimulado, por diversas vezes, pelo próprio Bakhtin. E se as ciências sociais vêm, cada vez mais, se apropriando das formulações desse autor (ARFUCH, 1992), não pudemos encontrar nenhum trabalho que o utilizasse de uma forma próxima à que pretendíamos. Os riscos envolvidos no esforço de apropriação das colocações de Bakhtin a serviço de uma investigação como essa não são, dessa maneira, desprezíveis. Por outro lado, a possibilidade que esse esforço permite, o vislumbre de novos horizontes que a partir daí podem ser abertos, no sentido de pensar a problemática da identidade de uma nova forma, a partir de uma outra perspectiva que se oferece àquele que se propõe pensar sobre essa questão, tudo isso constituiu o estímulo mais significativo ao desenvolvimento do trabalho. Em especial, porque esse instrumental, identificando no caráter “plurilingüístico” do discurso dos atingidos um dos seus traços fundamentais, nos permite uma visão da identidade a ele vinculada como algo inerentemente rico, diverso e plural. O estudo de caso aqui empreendido serviu, nesse sentido, para um outro objetivo. Dado o investimento de tempo e trabalho na elaboração desse instrumental teórico e metodológico, aqui pudemos encontrar a oportunidade para colocá-lo “em funcionamento”. Ao final desse trabalho, pretendemos avaliar o sucesso (ou insucesso) dessa empreitada.

No quarto capítulo apresentamos a análise do material empírico, dividida em duas seções. Na primeira delas buscamos examinar a forma como a questão da diversidade e da coexistência de identidades é tratada no conjunto do material dos cursos. Na segunda seção, amparados pelo instrumental teórico e metodológico que foi apresentado no capítulo 3,

abordamos a questão das *posições de sujeito discursivo* constituintes do discurso pedagógico do movimento.

Há que se enfatizar que o que buscamos investigar é apenas *um momento* desse processo de constituição da identidade, o que implica no traçado de um corte analítico que destaca apenas um certo conjunto de aspectos relativos a esse processo. Assim, tentaremos compreender de que maneira esses textos, enquanto elementos constituintes e expressão material do discurso dos atingidos por barragens, são portadores de uma determinada “eficácia social” relativa a um efeito específico, a capacidade de contribuir para a constituição dessa identidade de atingido. Tal procedimento exige, assim, que sejam colocadas em suspenso uma série de determinações. O que denominamos de “discurso dos atingidos por barragens” é apreendido a partir de um recorte que destaca *um momento* de um processo, processo esse que é algo essencialmente dinâmico e inacabado, e em perpétua construção⁴. A complexa questão da apropriação desse discurso por seu destinatário – ou, se quisermos enfatizar a especificidade da forma assumida aqui por esse discurso, a questão da apropriação do texto por seu leitor⁵ – também é desconsiderada. Certeau (1994) busca justamente mostrar como não existe uma recepção passiva por parte de consumidores, usuários e leitores – entendidos aqui num sentido amplo – dos produtos das economias “escriturísticas” e mercantis. Não podemos pensar nos militantes formados nesses cursos como “usuários supostamente entregues à passividade e à disciplina” (CERTEAU, 1994, p.37). Entre o texto e a identidade efetivamente construída há a mediação de todo um conjunto de “fabricações”, “combinatórias de operações”, “modos de proceder da criatividade cotidiana” e “maneiras de fazer” que dizem respeito às formas através das quais se processa a apropriação ou leitura desses textos⁶, e em última instância, ao caráter concreto assumido pela identidade. Os limites de tempo e recursos financeiros, assim como a questão da extensão de uma dissertação de

⁴ Nesse sentido, vale a pena lembrar, como o faz Orlandi (2000, p.15), que “a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem”.

⁵ “Leitor” deve ser entendido aqui num sentido ampliado, como aquele a quem se destina um discurso. Sobre essa problemática, uma análise que se situa em marcos teóricos próximos aos aqui propostos pode ser encontrada em Orlandi (1996).

⁶ A comparação entre os militantes e os consumidores de Certeau coloca algumas questionamentos relevantes. Até que ponto para esses militantes, tal como esses consumidores, não existe aquele “lugar onde possam marcar o que *fazem* com os produtos” (CERTEAU, 1994, p.39)? O que está em jogo aí é a questão do “próprio” de Certeau (1994, p. 97-102), do lugar onde podem se inscrever um “poder e um querer próprio” e que define as ações em termos de estratégias (no caso em que esse “próprio” é possível) ou táticas (no caso de sua ausência). O “produto”, nesse caso, é a identidade “recebida” ou “ensinada” pelo movimento. Reformulando aquela indagação em outros termos, poderíamos nos perguntar sobre até que ponto a identidade criada pelo movimento é aberta o suficiente para incorporar as re-significações efetuadas pelos “atingidos”. Isso diz respeito, em última instância, às relações entre lideranças e liderados, assim como à natureza da “cultura democrática” no interior do movimento. O “próprio”, nesse caso, não pode ser de caráter individual, mas corresponde ao lugar delimitado pela identidade coletiva.

mestrado, nos obrigaram a uma tarefa mais modesta: focaremos nossa atenção apenas naquele discurso “engessado” num certo conjunto de textos.

CAPÍTULO 1: O MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS E OS CURSOS DE FORMAÇÃO DE MILITANTES

1.1 Breve histórico do Movimento dos Atingidos por Barragens

Por muito tempo sustentou-se o mito de que o aproveitamento hidroelétrico de rios permitia uma forma de produção de energia “limpa e barata”. Estima-se que já foram construídas mais de 800.000 barragens no planeta, sendo que, dessas, pelo menos 45.000 podem ser consideradas grandes barragens⁷ (VIEIRA, 2001). No que diz respeito à degradação ambiental, os inúmeros e gravíssimos impactos decorrentes da construção de barragens⁸ – impactos esses que se tornam evidentes não apenas pela palavra qualificada de especialistas e técnicos oriundos das mais diversas áreas disciplinares; bastam cinco minutos de conversa com qualquer morador de área afetada para se conhecer diversos deles – são mais do que suficientes para indicar o que realmente se esconde por detrás dessa falácia. Como se isso não bastasse, um outro dado, pouco divulgado, aponta um outro efeito nefasto desses empreendimentos: o número de pessoas que foram obrigadas a abandonar suas moradias para dar lugar aos grandes lagos resultantes das águas barradas é estimado em torno de 40 a 80 milhões de pessoas ao longo do século XX⁹. O Brasil ocupa lugar privilegiado nesse cenário: cerca de 1 milhão de pessoas foram atingidas diretamente pela construção de barragens, 34 mil km² de terra foram alagadas e o país pode se “orgulhar”, além do mais, de possuir os maiores lagos artificiais do mundo (Tucuruí, com 2.430 km²; Sobradinho, com 4.214 km²; Balbina, com 2.360 km²; Serra da Mesa, com 1.784 km² e Itaipu, com 1.350 km²) (MAB, 2001h).

É nos anos 60, com um levantamento do potencial hidrelétrico brasileiro levado a cabo pelo consórcio canadense Canambra, apoiado pelo Banco Mundial, que se dá início ao período de construção de grandes empreendimentos hidrelétricos no país (MAB, s/d, p.8). A crise do petróleo na década de 70 atua como um estímulo adicional para essa política. Os

⁷ De acordo com Vieira (2001, p. 40), “o relatório final da WCD [World Commission on Dams] (...) considera *grande barragem* todas as barragens com mais de 15 metros de altura e aquelas que tenham entre 5 e 15 metros de altura juntamente com um reservatório com volume de mais de 3 milhões de metros cúbicos. Além disso, há as *major dams*, as quais devem preencher pelo menos um dos seguintes requisitos: mais de 150 metros de altura, volume do reservatório de mais de 25 bilhões de metros cúbicos e capacidade instalada de mais de 1000 MW”.

⁸ A literatura sobre os impactos sócio-ambientais decorrentes da construção de barragens é gigantesca. Uma bela síntese desses efeitos nocivos se encontra em Vianna (2002).

⁹ Sobre a problemática mais ampla a respeito das barragens e de sua inserção nas estratégias de desenvolvimento, ver WCD (2000).

países do primeiro mundo, que a partir de então vão progressivamente pondo fim à sua produção de alumínio primário, se dispõe então a investir no “Sul”, onde vão encontrar disponíveis energia barata e subsidiada¹⁰ ao mesmo tempo em que afastam de seu território atividades produtivas “sujas”.

O contexto político em que se dá a consolidação e aceleração do modelo de desenvolvimento que tem um de seus pilares justamente na produção de energia elétrica a partir de grandes barragens não pode ser deixado em segundo plano. O projeto “Brasil Grande Potência” idealizado pelos militares nos anos 70 propunha e impunha uma visão do território nacional entendido como *somatório de recursos mais ou menos disponíveis*, ou seja, como um conjunto de riquezas a serem apropriadas. O Estado, agente histórico da realização do destino de grandeza da nação, propulsor das forças “desenvolvimentistas”, intervém na produção e reprodução do espaço visando simultaneamente prover as condições gerais para a acumulação capitalista e “estender a nação à totalidade do território” (ARAÚJO, 1991, p.221).

A literatura especializada – e também os movimentos de luta contra as barragens, em alguma medida em decorrência de um “efeito da teoria” (ROMANO, 1986) – costuma destacar três áreas como especialmente afetadas pela construção de barragens durante esse período: a região de Sobradinho, na Bahia, no vale do Rio São Francisco; o Norte do país, na área afetada pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí na bacia do Araguaia-Tocantins; finalmente, a região Sul, nas áreas afetadas ou ameaçadas pela construção da Usina de Itaipu no Rio Paraná e pelas Usinas de Itá e Machadinho na Bacia do Rio Uruguai.

As resistências desencadeadas nessas três áreas são também usualmente apresentadas como momentos decisivos da história dos atingidos por barragens, e em virtude disso fazem-se necessários alguns comentários a esse respeito.

Em primeiro lugar, parece-nos prudente um certo cuidado com a utilização da categoria “atingido por barragem”. A um uso que naturaliza o termo, aplicando-o indistintamente para a designação de todo e qualquer indivíduo ou agrupamento humano cujas condições de vida sofram alguma deterioração em razão do advento de uma barragem, damos preferência a um outro que o reserva para a nomeação do sujeito político oriundo da resistência, mobilização e luta coletiva contra as barragens. “Atingido por barragem” é, assim, no contexto desse trabalho, uma categoria que se refere à identidade política e social

¹⁰“Só os projetos de alumínio da Albrás, da Alumar e da Camargo Corrêa Metais, segundo dados divulgados pela Eletrobrás em 1989, envolviam subsídios de mais de 1 bilhão de dólares por um prazo de 20 anos. Grandes empresas multinacionais – como a Alcoa – e nacionais – como a Votorantim – sempre pagaram pela energia um preço abaixo do custo, algo em torno de US\$ 10 a US\$ 20 por MWh, enquanto o custo de geração de Tucuruí, por exemplo, era de US \$ 38 por MWh” (MAB, 2001, p.14).

intrinsecamente vinculada ao Movimento dos Atingidos por Barragens. Mais à frente nos deteremos com mais atenção às implicações políticas decorrentes do surgimento e consolidação dessa identidade, em especial por nos parecer que, a despeito de uns poucos estudos¹¹, esse é um tópico cuja importância não condiz com a pouca atenção que lhe vem sendo devotada pelos estudos acadêmicos.

Em segundo lugar, como lembra Vainer (2003), considerar a história do Movimento dos Atingidos por Barragens é uma tarefa mais complicada do que pode parecer à primeira vista. Uma primeira razão se deve à escassez de pesquisas acadêmicas que considerem o movimento como um todo, uma vez que a maior parte desse material – que, tomado em sua totalidade não poderia, nos dias de hoje, ser considerado desprezível – diz respeito ao estudo de impactos decorrentes de casos isolados de barragens. Uma segunda razão remete à necessidade apontada por esse mesmo autor de não se repetir, nos estudos acadêmicos sobre o assunto, os mesmos procedimentos adotados pelas empresas de consultoria responsáveis pela publicação dos Relatórios de Impactos Ambientais das Barragens. Aí, o que se verifica seria uma tendência à elaboração de uma “impactologia”, uma “teoria geral dos impactos” (VAINER, 2003, p.187), sendo desconsiderados os contextos específicos e as realidades locais. Num país com a extensão do Brasil, onde as barragens, de norte a sul, afetam de modo diferenciado populações cujos tamanhos, culturas, histórias, níveis de vida, de organização e de desenvolvimento são os mais variados, os questionamentos desse autor parecem mais do que pertinentes:

Até que ponto é pertinente tratar o(s) movimento(s) de atingidos de barragens como um único movimento? É possível falar-se de uma história, diante de processo marcado por uma infinidade de movimentos surgidos nas mais diversas bacias e vales, nas mais variadas conjunturas e em contextos econômicos, sociais e políticos tão diferentes? Não poderia a escolha da escala nacional obscurecer a multiplicidade de culturas e valores políticos que constituem, em última instância, uma das originalidades deste(s) movimento(s)? [...] Não se estaria reduzindo a uma única história e a um único conjunto de características movimentos cujas histórias e particularidades apontam antes para o diverso? (Vainer 2003, p. 187-8).

O I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens reuniu-se pela primeira vez apenas em 1989, e foi somente dois anos depois que membros dos movimentos de barragens de diversos pontos do país decidiram formar o Movimento Nacional. Como afirma Vainer (2003, p.188), uma história do Movimento dos Atingidos por Barragens haveria que levar em conta as lutas de todos os movimentos locais, ao mesmo

¹¹ Ver, a esse respeito Faillace (1990), Moraes (1994), Rothman (1996) e Guedes e Barboza (2005).

tempo em que considerasse as articulações desses movimentos com o movimento nacional, bem como os caminhos únicos trilhados por esse último. Tal tarefa ainda não foi levada a cabo, e nem aqui pretendemos tanto. O que se segue é uma rápida descrição da luta naquelas três situações acima destacadas, seguida de uma breve apresentação do movimento nacional em seus traços mais gerais.

Consideremos inicialmente o que aconteceu em Tucuruí. A construção da Usina Hidrelétrica nessa localidade tem início no ano de 1975, no rio Tocantins, tendo em vista a necessidade de se produzir energia para a exploração de reservas de bauxita e ferro por multinacionais estrangeiras. Figuravam, dentre os interessados no consumo da energia aí produzidos, o Projeto Ferro-Carajás; a ALBRAS, produtora de alumínio metálico, e a ALCOA, produtora de alumina (MAGALHÃES, 1998, p.112). Concluído o represamento do rio em 1984, aproximadamente 5000 famílias foram deslocadas. Em sua maioria, eram pequenos produtores com a subsistência vinculada à produção de produtos agrícolas, produção essa diretamente relacionada às variações no regime do rio, assim como a atividades extrativas. No processo de desapropriação de terras a Eletronorte¹² indenizou apenas aquelas famílias que possuíam títulos de propriedade. Tal procedimento implicava a exclusão de pelo menos 2/3 dos moradores da área (MAGALHÃES, 1988, p.114; VIEIRA, 2002, p.68). Esse tipo de atuação, aliado ao fato de que as ações referentes ao “manejo” das populações afetadas foram levadas a cabo pelo Setor de Patrimônio Imobiliário da Eletronorte evidenciam o que Vainer (1990, p. 113-115) denomina de “estratégia territorial patrimonialista”¹³, procedimento bastante usual do setor elétrico brasileiro. Ausência de estudos sociológicos sobre a população

¹² Até a privatização, a Eletrobrás, empresa estatal responsável pela produção de energia elétrica, tinha sua atuação segmentada pela existência de quatro empresas subsidiárias: a Eletronorte, responsável pelos projetos nos estados do Amazonas, Roraima, Rondônia, Acre, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Pará e Amapá; a CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco), nos estados da Bahia, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Pernambuco e Alagoas; Furnas, nos estados de Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo; e Eletrosul, nos Estados do Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

¹³ “Estratégia territorial porque seu objetivo nuclear é a limpeza do território, na perspectiva de força de ocupação; estratégia patrimonialista porque apenas reconhece, nesse território, propriedades. A estratégia territorial patrimonialista reduz o espaço social a território, e o território a propriedade fundiária” (VAINER,, 2003, p.211). “La empresa solamente reconoce en el área afectada a aquellos que tienen derechos de propiedad. No hay población, no hay trabajadores o moradores, hay apenas propietarios. Y, em estos términos, el desplazamiento de la población se resume y se resuelve a través de una infinidad de acciones individuales de compra-venta [...] La estrategia territorial patrimonialista desconoce cualquier derecho social o territorial de los no propietarios, eximiendo a la empresa de los costos sociales impuestos a esta parte de la población transferida [...] Reduciendo el problema social a su dimensión patrimonial-legal (compra-venta), tampoco se preocupa la empresa de las condiciones em que la población se va a relocalizar, encuadrando los términos de la negociación en los estrictos límites de una discusión sobre el valor de la indemnización. Las consecuencias de este tipo de comportamiento ya mostraron ser trágicas en varias experiencias: aquél que recibe una indemnización raras veces consigue reinstalarse en una propiedad equivalente a aquélla que tuvo que abandonar, sea porque la inflación desvaloriza rápidamente el dinero recibido, sea porque el acceso al mercado inmobiliario penaliza enormemente los que vendieron para comprar” (VAINER,, 1990, p. 114-115).

afetada, desconhecimento das especificidades ambientais da área afetada, atraso no pagamento das indenizações, intransigência e ausência de diálogo com a população afetada, reassentamentos que não se adequavam às condições acordadas – explicitadas em detalhes por Magalhães (1988), as arbitrariedades ocorridas em Tucuruí são incontáveis. Os depoimentos de moradores afetados corroboram esse quadro trágico:

Lá em Tucuruí, embora houvesse uma tabela de valores para as indenizações, elaborada por técnicos da mais alta capacidade do estado do Pará, as 6.600 famílias foram obrigadas a assinarem em branco suas indenizações. Hoje é sabido que a diferença entre os valores da tabela e os valores recebidos é via de regra de 50%. É por essas e outras que a gente continua na luta (apud VIEIRA 2002, p. 68).

O desespero dos vazanteiros e colonos crescia à medida que se viam sem ter condições de sair da área que ia ser inundada. Estavam sem terra, sem casa, sem dinheiro para reiniciar a vida em outro local (apud VAINER, 2003, p. 196).

Em 1981, apoiado por sindicatos de trabalhadores rurais da região, surge o Movimento dos Expropriados pela Barragem de Tucuruí (VAINER, 2003, p. 197). Favorecido pela abertura política crescente do regime militar, em 1982, após uma manifestação em que mais de 400 camponeses acampam no escritório da Eletronorte, o movimento consegue uma audiência com a empresa. O que se reivindica é, basicamente, o cumprimento de acordos anteriores. Um ano mais tarde, em 1983, novamente os camponeses, agora mais de 2000, acampam em frente ao Serviço de Patrimônio Imobiliário da Eletronorte (MAGALHÃES, 1998, p. 118). Os desastres provocados por essa empresa prosseguem: parte dos deslocados são reassentados em território habitado por indígenas, provocando conflitos com esses últimos e a fuga dos primeiros; uma praga de mosquitos desconhecida na região – e muito provavelmente surgida da inundação e de desequilíbrios no ecossistema daí decorrentes – atinge a margem esquerda do reservatório¹⁴; cerca de 600 famílias reassentadas têm suas novas propriedades inundadas por um erro de cálculo na demarcação das terras da Eletronorte (Vainer 2003, p. 197). Ainda no ano de 1989, a luta dos atingidos prosseguia. É nesse sentido que se compreende a formação, nesse ano, de outro movimento: CAHTU – Comissão dos Atingidos pela Barragem de Tucuruí.

No dia 15 de abril de 2005, mais de 1000 manifestantes ocupam as instalações da usina de Tucuruí. Mais de 20 anos depois do término de sua construção, diversas famílias atingidas continuam sem receber indenizações.

¹⁴ A dramática trajetória dos atingidos de Tucuruí que têm que se defrontar com os conflitos com as tribos indígenas e a praga de mosquitos, além de problemas com grupos de pistoleiros, é descrita em detalhes em Silva (1997).

O que mais revolta a população é que dois terços da energia gerada pela barragem destina-se ao abastecimento de indústrias eletrointensivas e as vinte mil pessoas atingidas¹⁵ que moram nas ilhas e na beira do lago, além de não receberem indenização pelos danos causados, também não possuem energia elétrica em casa. (MAB, 2005)

No que diz respeito a Sobradinho, a barragem foi concebida inicialmente com os objetivos de melhorar a navegabilidade do Rio São Francisco e de oferecer condições para o funcionamento de projetos de irrigação. Suas obras têm início em 1973, e apenas no ano seguinte, em decorrência da crise do petróleo, decidiu-se pela construção de uma usina hidrelétrica. O gigantesco lago surgido em 1977, com área do espelho d'água de 4.214 km², provocou a expropriação de 26.000 propriedades e o deslocamento de aproximadamente 70.000 pessoas (SIGAUD, 1986, p. 88-89), assim como o inundamento das sedes de quatro municípios (Pilão Arcado, Remanso, Casa Nova e Sento Sé), além de dezenas de pequenos povoados (SIGAUD et al, 1987, p. 214). Ao levarmos em consideração que o projeto dessa barragem se inicia no governo do general Ernesto Geisel, reconhecidamente um dos períodos mais autoritários da história do Brasil, não surpreendem as condições a que foram sujeitas a população das áreas afetadas. Para a população urbana, ainda houve a possibilidade de transferência para as novas sedes construídas; no que diz respeito à população rural, apenas no ano de 1975, após, portanto, o início das obras, lhe são oferecidas propostas: uma passagem para São Paulo ou o reassentamento na localidade de Serra do Ramalho (VAINER, 2003, p.194). As condições de vida originais desses grupos camponeses, intrinsecamente ligadas ao rio, suas ilhas e férteis margens num sistema complexo e ancestral¹⁶ não foram, no entanto, de forma alguma consideradas. O reassentamento se localizava a mais de 700 quilômetros das margens do rio, na árida caatinga. Um reassentado compara a nova realidade das condições de trabalho aí encontradas com as antigas em termos bastante reveladores: “Agora, aqui, vários dias de trabalho diante da caatinga bruta, *trabalho que só burro de carroça*” (apud SIGAUD et al, 1987, p.235, grifos nossos)

Os relatos referentes ao processo de indenização e reassentamento destacam a ocorrência de uma série de arbitrariedades. Tomando como base um relatório do Congresso Nacional¹⁷, Sigaud (1986, p.115) afirma, por exemplo, que

¹⁵ Trata-se aqui daquelas famílias que foram afetadas pela construção da usina mas não foram obrigadas a abandonarem suas terras.

¹⁶ A descrição detalhada dessa forma de vida se encontra em Sigaud (1986) e Sigaud, Martins-Costa e Daou (1987).

¹⁷ CONGRESSO NACIONAL, 1982 – Projeto de Resolução nº 108 de 1980/CPI das cheias do Rio São Francisco. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, 37 (01/07, Seção I, Sup. “A”, Nº 090), 590p.

os valores pagos pela CHESF [Companhia Hidrelétrica do São Francisco, empresa estatal responsável pelos empreendimentos] eram estipulados não em função de critérios pré-estabelecidos mas resultaram da capacidade de resistência daqueles que estavam sendo indenizados e de suas relações mais ou menos harmoniosas com os funcionários da Companhia, o que teria provocado variações de até 1000% no pagamento de bens equivalentes.

De acordo com Vainer (2003, p.194), não houve a formação de nenhum movimento organizado de atingidos. A resistência se verificou, porém, nas lutas pelo acesso à água e no abandono de terras do reassentamento em busca de terrenos nas margens dos lagos. A experiência negativa de Sobradinho vai influenciar, porém, o movimento que se inicia a partir do anúncio da construção da barragem de Itaparica, no mesmo Rio São Francisco, alguns quilômetros a jusante. As obras começaram no final dos anos 70, e para uma área inundada de 834 km² foram expulsas 40 mil pessoas. É preciso destacar, aí, a ação da Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra, e dos sindicatos de trabalhadores rurais na organização das populações atingidas. Ao contrário do que aconteceu em outras regiões do país, não ocorre aqui a formação de uma organização dedicada especificamente à luta contra as barragens, mas sim o surgimento de uma coalizão de diversos sindicatos que levará a luta à frente, dando origem ao Pólo Sindical de Trabalhadores Rurais do Sub-médio São Francisco (VAINER 2003, p.195). Fundamental para a mobilização da população é a presença de atingidos pela barragem de Sobradinho, trazidos pelo Pólo Sindical e pela Comissão Pastoral da Terra para fornecer informações a respeito do que lá havia ocorrido. Tal procedimento – a promoção da visita de atingidos às áreas ameaçadas com o objetivo de sensibilizar a população para o desastre que se anuncia – se revelou bastante efetivo, não somente nessa situação como em outras áreas do país.

As reivindicações do movimento centraram-se nos seguintes itens: “terra por terra na margem do lago, água nas casas e nos lotes, indenizações justas por benfeitorias” (VAINER, 2003, p.195)¹⁸.

Grandes manifestações a partir de 1979, elaboração de documentos técnicos, negociações com a CHESF, reuniões com ministros e governadores, apelo à solidariedade de grupos religiosos, sindicais e organizações não-governamentais. Em 1986, após ocupar o

¹⁸ Posteriormente outras reivindicações foram acrescentadas a essas: “lotes de 25 hectares dos quais seis irrigados, irrigação por aspersão, administração do projeto [de reassentamento] pelos trabalhadores, melhor escolha das terras, estradas” (VAINER, 2003, p. 195). O acordo firmado em 1986 incluía, ainda, o recebimento de 2,5 salários mínimos pelos trabalhadores até que tivesse início a produção e a participação desses últimos na compra das terras (VAINER, 2003, p.195).

canteiro de obras e impedir o seu prosseguimento, o movimento consegue chegar ao fechamento de um acordo:

Os trabalhadores rurais venceram uma etapa, mas muitos problemas continuam a surgir e a CHESF não cumpre o que foi acordado. Assim, a luta continua, pelo cumprimento do acordo, que foi uma conquista dos trabalhadores rurais atingidos pela UHE Itaparica (resolução do 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens apud VAINER, 2003, p.196).

Por fim, teceremos alguns comentários a respeito da luta no Sul do país, mais especificamente na Bacia do Rio Uruguai. Essa última região merece algum destaque por que é a luta aí ocorrida que dá origem àquele que, dentre todos os movimentos regionais contra barragens no país, foi o mais forte e articulado. Antes, porém, cabe lembrar que, no final dos anos 70, na Bacia do Rio Paraná, surge o Movimento Justiça e Terra buscando lutar por melhores condições de reparação para as 6.000 famílias rurais e 1.000 famílias urbanas que haveriam de ser deslocadas pela construção da Usina de Itaipu. Fortemente influenciado pela atuação de setores progressistas da Igreja, não só a Católica mas também a Luterana, esse movimento merece ser lembrado, segundo Vainer (2003, p. 190), por marcar o momento em que “nascia a luta organizada dos atingidos por barragens”. Destaquemos, também, que algumas das famílias deslocadas pela construção da Usina de Itaipu se juntarão a outros grupos de camponeses para, alguns anos mais tarde, criarem aquele que será o mais vigoroso movimento rural da história do Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Já no ano de 1966 é elaborado um Plano de Aproveitamento Hidrelétrico da Bacia do Rio Uruguai. É somente mais de dez anos depois, em 1979, que vem a público o Estudo de Inventário Hidroenergético da Bacia do Rio Uruguai, que previa a construção de 25 usinas nessa bacia, sendo 22 em território nacional e mais três para o trecho internacional (MORAES, 1994, p. 110-112). É a partir do anúncio da construção das duas primeiras dessas barragens, Itá e Machadinho, que tem início a resistência da população local. É preciso destacar que essa foi a primeira vez que as populações ameaçadas se organizam *antes* da construção das barragens. Amparados por sindicalistas, professores universitários e religiosos das Igrejas Anglicana e Católica, 350 agricultores criam, no ano de 1979, a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Alto Uruguai (CRAB). A CRAB consegue vitórias até então inéditas para aqueles ameaçados ou atingidos por grandes barragens (VAINER, 2003): em 1983, reúne 20 mil pessoas para participar da Romaria da Terra, cujo lema (“Águas para a vida, não para a morte”) foi incorporado pela CRAB e, posteriormente, pelo MAB; em

1985, o abaixo-assinado “Não às barragens”, com mais de um milhão de assinaturas é entregue ao ministro extraordinário de Assuntos Fundiários; em 1987, esse movimento é reconhecido como interlocutor legítimo das populações ameaçadas e consegue assinar um acordo com a empresa responsável pela obra, a Eletrosul, onde se destacavam as seguintes reivindicações:

fim das negociações individuais e aceitação de que todas as negociações seriam feitas comunidade por comunidade, com a presença dos representantes da CRAB; atrelamento do cronograma das obras ao cronograma de negociação e solução dos problemas sociais; oferta a todos os atingidos, inclusive os não-proprietários, da possibilidade de reassentamento coletivo (VAINER 2003, p. 193).

Nos anos subsequentes, a CRAB luta pelo cumprimento das linhas gerais desse acordo, e se destaca como o movimento que de forma mais decisiva contribui para a formação do MAB enquanto organização nacional.

Como afirmamos anteriormente, o I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens ocorreu no ano de 1989, de 19 a 21 de abril, na cidade de Goiânia. Contando com a ajuda logística do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR) e da Central Única de Trabalhadores (CUT), e levando em conta as dificuldades decorrentes das imensas distâncias que separavam os movimentos de todo o país, foi promovida uma série de encontros regionais preparatórios para o encontro nacional¹⁹.

O I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens ocorreu no ano de 1989, entre os dias 19 e 21 de abril na cidade de Goiânia. Somente dois anos depois membros dos movimentos de barragens de diversos pontos do país decidiram formar o Movimento Nacional, durante o I Congresso dos Atingidos por Barragens, realizado em março de 2001. Tinha início, assim, o processo de aproximação e articulação dos diversos movimentos de luta contra barragens existentes no país, conscientes de que, a despeito das especificidades decorrentes das diferentes situações de barragens e contextos sociais, políticos

¹⁹ “Em Altamira, Pará, aconteceu o primeiro encontro regional dos trabalhadores atingidos pelo complexo hidrelétrico do Xingu, que criou a Comissão Regional dos Atingidos pelo Complexo Hidrelétrico do Xingu (CRACOHX) e escolheu delegados para o encontro nacional. Em março, realizaram-se o encontro estadual sobre barragens do estado do Amazonas e, em Rondônia, convocado pela CPT e pela CUT-Rondônia, o encontro intermunicipal sobre barragens. No Nordeste, o encontro regional de atingidos por barragens reuniu em Igarassu, Pernambuco, além de organizações não-governamentais e sindicatos de trabalhadores rurais, representantes das seguintes barragens: Castanhão (Ceará), Xingó (Alagoas e Sergipe), Pão-de-Açúcar (Pernambuco e Bahia). No Sudeste, encontraram-se os atingidos por barragens do vale do Jequitinhonha (Minas Gerais) e do vale do rio Paraíba do Sul (Minas Gerais e Rio de Janeiro). No Sul, a CRAB convidou para a sua 4ª Assembléia Geral representantes da Comissão Regional de Atingidos pelas Barragens do Rio Iguaçu (CRABI) e de atingidos pelas barragens de Dona Francisca (Rio Grande do Sul) e Itaipu (Paraná), bem como lideranças de comunidades indígenas kaingang de Itaip (Rio Grande do Sul) e Chapecozinho (Santa Catarina)” (VAINER, 2003, p.199).

e econômicos, estavam todos unidos por uma temática comum, e, mais do que isso, pela luta *contra um inimigo comum*.

Em um país com a extensão do Brasil, a atuação de um movimento em escala nacional se revela, naturalmente, problemática, ainda mais se considerada a questão da escassez dos recursos. Dessa forma, a solução encontrada para que se pudesse conciliar a unidade necessária a um movimento que se pretendia nacional com as lutas regionais e locais foi a opção por

“um modelo federativo, em que cada movimento local ou regional guardaria absoluta autonomia política, organizacional e financeira. A coordenação nacional, com representação igualitária das regiões, cumpriria as tarefas de articulação, e uma pequena secretaria [...] apoiaria o trabalho da executiva e da coordenação nacionais” (Vainer 2003, p. 202).

No presente momento, o MAB se encontra presente em 17 estados brasileiros, organizado em 10 “regiões”: Nordeste (nos estados do Ceará, Paraíba e Sergipe); Bahia e Vale do Jequitinhonha (MG); Mato Grosso; Goiás; Tocantins/Maranhão; Sul (estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul); Rondônia; Pará; e São Paulo.

De acordo com a estrutura organizacional elaborada pelo movimento, cada região deve contar com uma coordenação regional²⁰ assim como uma direção regional²¹. Em cada região, existem ainda coordenações de menor nível hierárquico: por obra, barragem ou projeto. Os representantes dessas últimas são escolhidos a partir dos grupos de base, a menor instância organizativa reunindo de 5 a 10 famílias atingidas ou ameaçadas por grupo.

A partir de 2001, decidiu-se pela realização, de três em três anos, dos congressos nacionais, quando acontecem as eleições para os cargos da executiva nacional (coordenação e direção).

Na prática, porém, o que se pode constatar é a presença hegemônica de grupos oriundos do sul do país – em especial da região do Alto Uruguai – na liderança efetiva do movimento. Tal constatação tem sua origem muito mais na experiência de campo e nas conversas que pude travar com atingidos de todo o Brasil do que em referências presentes na literatura sobre o movimento. Tal questão - provavelmente por dizer respeito às complexas

²⁰ “Coordenação organizada em cada uma das 10 regiões, com o objetivo de coordenar o trabalho a nível de região, bem como ser o elo de ligação das regiões com o nacional e vice-versa. Alguns de seus membros participam (...) da coordenação nacional. O total de membros em cada coordenação varia de 10 a 40 militantes, de acordo com a região” (MAB, 2005, p. 10).

²¹ “Responsável pelo debate sobre as ações a serem desenvolvidas na região, bem como pela operacionalização das decisões das instâncias nacionais. Os encontros da direção regional serão realizados trimestralmente, ou conforme as necessidades e particularidades de cada uma das regiões. Reúne em torno de 30 militantes” (MAB, 2005, p.10).

relações entre o movimento e os acadêmicos, esses últimos frequentemente seus aliados - tem sido praticamente ignorada no interior dessa literatura. Parece-nos que ainda está para ser considerada em maior profundidade a questão das relações entre o movimento nacional e os movimentos regionais, colocando-se em evidência então as assimetrias de poder e a hegemonia dos grupos oriundos do sul do país.

Se quisermos considerar algo como os cursos de formação promovidos pelo movimento, essa questão deve ser abordada. A idealização, planejamento e organização dos cursos, embora oficialmente sob a responsabilidade da Coordenação Nacional do movimento, ficou a cargo dos militantes do MAB originários do Alto Uruguai, do chamado MAB/Sul. Durante os cursos, cabe ressaltar que tal designação foi evitada por seus formuladores, assim como também não foi encontrada nenhuma referência a ela no material fornecido aos alunos. Por outro lado, a constituição objetiva desse sub-grupo no interior do movimento era evidente para qualquer um dos participantes do curso, assim como o papel que desempenhavam ali. Para esses participantes, aqueles eram “o pessoal do Sul”.

Nos cursos, as práticas pedagógicas são colocadas a serviço de uma determinada estratégia política (na qual se inclui o que chamamos na introdução de *projeto identitário*), num processo que explicita o caráter centralizador e hierárquico das estruturas organizativas do movimento. Essa é uma das questões que pretendemos trazer à tona mais a frente, no momento da análise do material empírico e do *discurso pedagógico do MAB*. Por hora, limitamo-nos a descrever brevemente, na seção seguinte, a dinâmica desenvolvida em uma das etapas do ciclo de cursos.

1.2 Descrição de uma etapa do curso: Porto Nacional, Tocantins

Como afirmei anteriormente, tive a oportunidade de participar de três etapas do I Curso Nacional de Formação de Militantes realizado pelo MAB. O que apresento a seguir é uma breve descrição da dinâmica de *uma* dessas etapas, a que aconteceu em Porto Nacional (TO), entre os dias 05 e 09 de outubro de 2001. Assim, pretendo oferecer ao leitor a oportunidade de compreender melhor o contexto em que foi utilizado o material pedagógico que, mais adiante, será o objeto de uma análise. Essa descrição foi realizada tendo como base notas de campo redigidas durante a realização da etapa²².

O curso ocorreu na Escola Agrícola Família Feliz, instituição financiada pela Via Campesina e que funciona em regime integral, atendendo filhos de agricultores da região com o objetivo de qualificá-los não só em termos da educação básica mas também para o desempenho de atividades técnicas na área de agronomia. Essa escola se localizava a mais ou menos 20 de quilômetros da cidade de Porto Nacional, na zona rural, se encontrando relativamente isolada de qualquer outro tipo de ocupação.

Esse curso reuniu aproximadamente 80 pessoas, entre aqueles responsáveis por sua realização, estudantes ligados à questão das barragens, membros da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de organizações não-governamentais, estudantes da escola onde se realizava o encontro e representantes de comunidades ameaçadas ou atingidas por barragens das mais diversas partes do país²³. Esses últimos eram, naturalmente, a maioria.

Todas as despesas relativas ao transporte dos participantes foram custeadas pelo MAB. De acordo com a liderança responsável pela apresentação do curso, três critérios foram utilizados para o “convite” para a participação no curso: em primeiro lugar, a liderança do movimento buscava “pessoas com potencial multiplicador”; em segundo lugar, exigia que essas pessoas realizassem “um trabalho vinculado com o MAB”; por fim, dava preferência aos jovens e às mulheres. Esses critérios se justificavam, de acordo com essa liderança, pelos objetivos de “construção de quadros e lideranças” e de “qualificação dos agentes de

²² Daniele Pinheiro, mestrande do IPPUR e pesquisadora do ETTERN, esteve comigo durante todas as etapas de realização do curso e me disponibilizou seu caderno com anotações relativas a essa etapa. Também dessas informações me servi para a redação desse item.

²³ Havia representantes das comunidades atingidas ou ameaçadas pelas barragens de Serra da Mesa (GO), Serra Quebrada (TO) e Canabrava (GO), no Rio Tocantins; Tucuruí (PA), no rio Araguaia; Sacos e Gatos (BA) e Itaparica (BA), no vale do rio São Francisco; Castanhão (CE), no rio Jaguaribe; Belo Monte (PA), no rio Xingu; Manso (MT), no rio Cuiabá; Corumbá IV (DF), no rio Corumbá; Tijuco Alto (SP), no vale do Ribeira; Aimoré (MG) e Candonga (MG), no vale do Rio Doce; Irapé (MG) e Murta (MG), no vale do Jequitinhonha;

transformação”²⁴ que teriam o compromisso de difundir o que aprenderam no curso junto às suas comunidades.

Na prática, porém, o que se pôde observar foi que, uma vez realizado o convite para a participação no curso, era no interior dos próprios grupos locais, referentes a cada uma das barragens, que se decidia quem iria participar, sem que os critérios acima fossem necessariamente respeitados. Os “representantes” das comunidades atingidas pelas barragens no vale do Rio Doce eram, por exemplo, um padre da Arquidiocese de Mariana, um membro da CPT, um estudante da universidade de Viçosa e uma senhora já bastante idosa – a única, dentre eles, efetivamente ameaçada por uma barragem.

É importante destacar, desde já, que o ciclo de cursos como um todo (as 4 etapas) havia sido organizado por uma equipe responsável pela “formação e pedagogia” do movimento. Essa equipe era sediada na cidade de Erechim (RS), e seus integrantes eram todos originários do sul do país. Em Porto Nacional, havia três representantes dessa equipe que, junto com algumas lideranças (também originárias do sul), eram os efetivos responsáveis pela realização do curso e pela definição das atividades nele realizadas.

No primeiro dia, a liderança encarregada de dar início aos trabalhos convidava todos a discutirem coletivamente e democraticamente uma série de normas de comportamento que deveriam ser cumpridas por todos ao longo do curso. Essa liderança anotava então as sugestões numa grande folha de cartolina, que supostamente ficaria afixada em um lugar visível durante todo o curso. De qualquer forma, nem tudo era submetido à discussão coletiva: o quadro de horários, por exemplo, não foi objeto de discussão. Ao longo das outras etapas, o mesmo procedimento foi repetido, e em todas essas oportunidades as normas propostas eram basicamente as mesmas: as que eram definidas pela coordenação do curso. Para tanto, a liderança responsável por essa tarefa demonstrava considerável habilidade para conciliar e adaptar as sugestões vindas dos alunos a um esquema previamente definido. Essas eram as normas de fato, aquelas que se repetiam em todas as etapas e cujo cumprimento era sempre exigido pelas lideranças. Na eventualidade de alguma contradição entre as normas “oficiais” anotadas na folha de cartolina e as que eram impostas pelos coordenadores do curso, naturalmente prevaleciam as últimas. Eventualmente, um ou outro protesto surgia, sem maiores repercussões, no entanto.

Os responsáveis pela organização estruturaram o curso a partir de um grade de horários que previa a realização de atividades ao longo de todo o dia. Já na abertura do curso,

²⁴ Citações tomadas das notas de campo.

essa grade é apresentada aos participantes, sendo-lhes requisitado um esforço no sentido de que contribuíssem para que fosse respeitada. A “disciplina”, afinal de contas, é um pré-requisito para o sucesso da luta. A grade de horários proposta era a seguinte:

06:45 – Acordar

07:15 / 08:00 – Café da manhã e atividades de limpeza

08:00 – Início das atividades do curso

10:00 / 10:15 – Intervalo e lanche

10:15 / 12:00 – Continuação das atividades do curso

12:00 / 14:00 – Almoço e atividades de limpeza

14:00 – Reinício das atividades do curso

16:00 / 16:15 – Intervalo e lanche

16:15 / 18:00 – Continuação das atividades do curso

18:00 / 19:00 – Atividades esportivas e lazer

19:00 – Jantar e atividades de limpeza

20:30 / 22:00 – Continuação das atividades do curso

22:30 – Dormir

Na prática, nem sempre o respeito a essa grade era possível. Em primeiro lugar, devido ao fato de algumas atividades tomarem mais tempo do que o previsto. Em segundo lugar, porque a maior parte dos participantes resistia à disciplina imposta pelos horários rígidos, buscando prolongar os momentos de intervalo e das refeições e, especialmente, aquele dedicado às atividades esportivas e lazer. E se não havia maiores dificuldades no que diz respeito ao horário de acordar, o “toque de recolher” das 22:30 não foi respeitado em nenhum dos dias.

O cumprimento desses horários foi o motivo para o surgimento de alguns conflitos entre a organização do curso e alguns dos participantes. Pude testemunhar uma oportunidade onde os primeiros, identificados como o “pessoal do Sul”, eram acusados pelos participantes do Vale do Ribeira de não respeitarem o “seu ritmo”. Por outro lado, ouvi de um jovem militante da região sul críticas à “preguiça” da maior parte dos participantes, referindo-se, naturalmente, àqueles oriundos de outras regiões que não o Sul.

O que chamamos logo acima de “atividades do curso” corresponde a um conjunto de diferentes tarefas.

Em primeiro lugar, havia as “aulas”, no período da manhã e da tarde. Nos dois primeiros dias, o responsável por essas aulas foi um frei que, há muito tempo ligado ao MAB, realizou uma “análise conjuntural e histórica da sociedade brasileira”. Nos dois dias seguintes, o responsável foi um assessor do movimento, professor universitário, debatendo a política energética e o processo de privatização do setor elétrico. No último dia, dois estudantes universitários (eu era um deles) falaram sobre a história dos movimentos de resistência à construção de barragens no Brasil.

Em segundo lugar, as “místicas”. As “místicas” são rituais presentes na maior parte dos movimentos sociais rurais brasileiros, e se referem, genericamente, aos momentos em que vai ser suscitado e trabalhado o “emocional” dos participantes. No caso do MAB, isso se dá em um espaço previamente preparado, onde uma série de “símbolos da luta” se encontram presentes: além da bandeira do movimento e de outros movimentos aliados (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST, Movimento dos Pequenos Produtores Agrícolas – MPPA, Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR), a enxada, um monte de terra, um vaso contendo água. Nesse espaço são realizadas apresentações teatrais, mímicas, danças, poemas são recitados.

Em terceiro lugar, as apresentações das lideranças, geralmente trazendo questões relativas à luta e organização do movimento.

Em quarto lugar, as atividades das “brigadas”. O conjunto de participantes do curso foi dividido, de forma aleatória, em sete grupos, correspondentes às “brigadas”. Cada uma dessas brigadas era identificada pelo nome de uma personalidade, uma figura “revolucionária”: Che Guevara, Fulgêncio, Zumbi dos Palmares, Margarida Alves, Paulo Freire, Florestan Fernandes e Padre Josino²⁵. Além de nomear a brigada, essas figuras também serviram para definir o caráter das atividades específicas de cada grupo. Cada brigada recebia um material escrito apresentando a vida da personalidade que a nomeava, e esse material deveria servir de base para discussões internas ao grupo assim como para a preparação de uma mística que expusesse, para o conjunto dos participantes, os principais aspectos dessa vida.

²⁵ Che Guevara, Zumbi dos Palmares, Paulo Freire e Florestan Fernandes dispensam apresentações. Fulgêncio Manuel da Silva foi um sindicalista e dirigente do MAB assassinado em 1997 por denunciar a violência de traficantes na região conhecida como Polígono da Maconha, em Pernambuco. Margarida Alves era presidente do sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande (PB), e foi assassinada a mando de latifundiários em 1983. Padre Josino Tavares, coordenador da Pastoral da Terra na Amazônia, também foi assassinado, em 1986, por apoiar lavradores em conflito com fazendeiros.

Além disso, as brigadas recebiam textos que deveria ser “estudados” em conjunto. As conclusões oriundas desse estudo deveriam também ser apresentadas para o conjunto maior dos participantes.

Era também através das brigadas que se processava a divisão de tarefas relativas à infra-estrutura do curso e à organização do espaço em que ele acontecia. Cada brigada deveria indicar, assim, duas pessoas para a “equipe da saúde”, responsável pelo atendimento de pequenas ocorrências: indisposições, dores de cabeça, etc.; uma pessoa para a “equipe da recreação”; uma pessoa para a “equipe da mística”; uma pessoa para a “equipe da disciplina”, responsável pela manutenção da ordem e pelo cumprimento das regras supostamente “estabelecidas em conjunto”; uma pessoa para a “equipe da animação”; uma pessoa como coordenador do grupo, seu representante e porta-voz junto à coletividade; uma pessoa como “secretário”. Na prática, porém, apenas a “equipe de mística”, composta por um representante de cada uma das brigadas, foi efetivamente constituída. Essa equipe era responsável pela elaboração de uma mística que deveria ser apresentada no início do dia, antes do começo das aulas. No penúltimo dia do encontro, uma festa foi realizada. Para essa festa, cada brigada deveria apresentar também uma mística, centrada na personalidade que lhe nomeava.

Para além das “atividades de curso”, todos os participantes deveriam, através das brigadas, participar da limpeza e organização do espaço em que ocorria o curso. Isso ocorria três vezes ao dia, nos horários reservados ao café da manhã, almoço e jantar.

Como indicado na grade de horários, no final do dia havia uma hora reservada para as “atividades esportivas”. No curso de Tocantins, isso significava que era a hora da “partida de vôlei”. A preferência por essa atividade se justificava pela existência de uma quadra com rede montada e – principalmente – de uma bola. Além disso, ao contrário do futebol (que durante esse curso foi completamente deixado de lado), o vôlei permitia que homens e mulheres jogassem juntos. Além disso, por ser uma atividade de menor contato físico, possibilitava a participação de pessoas das mais diversas faixas etárias. Mesmo aqueles que não se aventuravam a entrar na quadra participavam de uma maneira ou de outra: na torcida por um dos times, observando a partida ou conversando em volta da quadra. Mais do que as refeições coletivas e a festa, esse era, de fato, o momento de maior integração entre os participantes do curso. Aí, as diferenças etárias, culturais, regionais ou de inserção no movimento eram deixadas em segundo plano. Isso é especialmente evidente no que diz respeito à relação entre as lideranças e os participantes do curso. É inegável que as distâncias entre esses dois grupos não implicavam em uma ausência de comunicação ou de diálogo. De fato, as conversas entre eles estavam sempre acontecendo, seja nos intervalos das atividades

do curso, nas refeições ou mesmo na festa. Porém, em todas essas situações a interação existente era aquela em que as “lideranças” conversavam com as “não-lideranças”. Em maior ou menor grau, as posições diferenciadas por eles ocupadas estavam sempre colocadas em questão. O vôlei era o único momento em que essa diferenciação deixava de estruturar as relações entre eles. Obviamente não apenas por isso, essa era a hora mais esperada do dia pela maior parte dos participantes, e o exíguo tempo a ela destinado foi também origem de alguns conflitos: havia sempre alguns dispostos a prolongar a partida para além do tempo pré-determinado.

Outro momento de interação significativo eram os intervalos e pausas em que se formava a roda de violão, geralmente a cargo dos descendentes de quilombolas do Vale do Ribeira, aqueles que haviam levado os instrumentos, ou dos estudantes da Escola Agrícola que haviam permanecido para o curso. Também nas horas do lanche essa roda se formava. O repertório, porém, em pouco ou nada se aproximava das músicas “oficiais” do curso, aquelas distribuídas em um folheto junto ao material didático. Na sua maior parte, esse repertório era composto por antigas canções folclóricas e sertanejas, populares entre os que vieram dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Tocantins. Levanto a hipótese de residir nessa discrepância entre o programa musical previsto e aquele efetivamente executado as mudanças ocorridas nas etapas posteriores do curso. Em Correntina, especialmente, e em Palmitos, em menor medida, o violão era “monopólio” de um ou dois violeiros cuja atuação era pautada pelas orientações da coordenação dos cursos. Não por acaso, a execução das músicas era acompanhada pela leitura das letras que eram entregues aos participantes durante a execução dos cursos.

Por fim, destacaria um último aspecto que, a meu ver, contribui para a aproximação dos participantes. Faço menção, aqui, à própria natureza do “confinamento” a que esses últimos foram submetidos. Impossibilitados de abandonar a Escola, pela ausência de transportes e pelo isolamento característico dela, todos passavam o dia praticamente inteiro juntos. Mesmo à noite, nos quartos, dormiam de 10 a 12 pessoas, naturalmente do mesmo sexo. As refeições eram feitas coletivamente, as atividades tomavam todo o dia, a interação era a regra: mesmo os que se mostravam tímidos e arredios nos primeiros momentos com o tempo foram obrigados a se integrar e participar de forma mais ativa.

Por fim, resta-nos destacar como, nesse contexto, se insere a “pasta de estudo” contendo o material que será o objeto de nossa análise. Mais uma vez, limitaremos nossos comentários ao curso de Porto Nacional. Isso nos parece suficiente também pelo fato de não

termos verificados mudanças dignas de nota, com relação aos outros cursos, no que diz respeito à forma como esse material é utilizado.

Já no primeiro dia, antes mesmo do início das atividades oficiais, cada participante deveria, no momento em que preenchia a ficha com seus dados pessoais, receber o seu material. Esse material consistia em uma pasta de papelão contendo um pequeno caderno para anotações, uma caneta, um crachá e o “material didático”²⁶. Havia pastas de sete cores diferentes, cada uma delas correspondendo a uma brigada. Como a distribuição das pastas era aleatória, também o era a definição da brigada na qual o participante se integraria.

De acordo com a liderança responsável pela abertura dos trabalhos, aquele material era um “material de estudo”, que seria utilizado durante o curso mas que deveria ser preservado e levado “para casa”. Já que a proposta do curso era a de “multiplicar” o conhecimento, constituindo “lideranças nas regiões”, aquele material deveria ser utilizado também junto aos atingidos daquelas regiões, também a eles deveria ser repassado.

Durante o curso, a maior parte do material foi efetivamente utilizada. Eram em torno do material específico das brigadas que se realizava o estudo diário no final do dia, estudo esse que devia fornecer os elementos para que se estruturasse a mística relativa ao “ícone libertário” de cada uma dessas brigadas. Os textos eram objeto de uma leitura coletiva (nem sempre em sua totalidade), geralmente seguida de alguma discussão, normalmente durante as “aulas”.

Limitamo-nos, aqui, a esse breve descrição relativa a uma das etapas, o curso de Porto Nacional. Como afirmamos anteriormente, queríamos apenas contextualizar melhor a situação na qual se deu a utilização do material pedagógico que analisaremos mais à frente. A segunda etapa do curso ocorreu na cidade de Correntina, na Bahia, entre os dias 5 e 8 de dezembro de 2001. Em linhas gerais, a sua dinâmica se assemelha ao que ocorreu em Porto Nacional. Uma terceira etapa ocorreu no distrito de Miguel Burnier, município de Ouro Preto, Minas Gerais, e dela não pude participar. Por fim, o ciclo de cursos se encerrou na cidade de Palmitos, em Santa Catarina, entre os dias 26 e 30 de junho de 2002. A respeito dessa última etapa, um comentário deve ser feito. Para a surpresa da maior parte dos participantes das etapas anteriores (eu incluído aí, é bom ressaltar), descobrimos nessa ocasião que, paralelamente ao curso que vínhamos freqüentando, um outro ciclo de cursos ocorria na região sul do país. Dessa forma, ao curso “nacional” de formação de militantes sobrepuja-se um curso “regional”, reunindo participantes dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio

²⁶ A descrição do conteúdo da pasta desse curso se encontra no Anexo I.

Grande do Sul. A etapa de Palmitos era aquela em que ocorria o encontro entre os participantes desses dois cursos. Aí, também pela localização geográfica da cidade em que se realizava o encontro, a maioria dos participantes eram oriundos do sul do país.

CAPÍTULO 2 – IDENTIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS

Seção I

1.1 A emergência da questão das identidades

Ruben (1988) identifica três momentos históricos em que a questão da identidade assume uma importância significativa, sendo objeto, em cada um desses momentos, de formulações teóricas que dela pretendem dar conta. O primeiro momento corresponderia à Alemanha (ou o que viria a ser conhecido como a Alemanha algumas décadas mais tarde) da virada do século XVIII e início do século XIX. A consciência do enfraquecimento nos laços lingüísticos, culturais e religiosos em que anteriormente se assentava a unidade dos povos germânicos, associada à ausência de um Estado que permitisse a construção de uma nova e mais sólida unificação, leva o Hegel dos *Escritos Políticos* à consideração da “relação de identidade”: “o fato de saber-se (o Eu e o Outro) reconhecidos num *si generalizado*, num outro universal” (RUBEN, 1988, p.78). Esse outro universal é o *Espírito*. Um segundo momento diz respeito aos Estados Unidos do início do século XX. Ao contrário da Alemanha do século anterior, para Ruben o que se verificava aí era a existência de um Estado Nacional consolidado contraposto a uma sociedade repleta de imigrantes e pouco ou nada homogênea, sem identidade mais sólidas em termos de cultura, língua ou religião. É nesse contexto que surgem as formulações de George Herbert Mead, caracterizadas, de forma semelhante ao que ocorre com Hegel, pela preocupação em minimizar as diferenças e o conflito, representando, tanto um quanto o outro, “estratégias políticas instruídas por uma teoria da identidade que (...) apresenta-se como a teoria da não-contradição, como a teoria da unidade, como a teoria da não diferença” (RUBEN, 1988, p.83). O terceiro momento apontado por Ruben é aquele em que vivemos nos dias de hoje, onde a questão da identidade encontra um lugar privilegiado no interior das ciências humanas. Para esse período, esse autor não se arrisca a estabelecer – compreensivelmente – uma conexão entre a realidade do momento histórico e a necessidade de uma teorização em torno da identidade. Porém, ressalta que, à primeira vista e ao contrário do que ocorria com as teorias de Hegel e Mead, “no interior das ciências sociais contemporâneas (...) a noção de identidade é imediatamente remetida para um contexto no qual se privilegiam a multiplicidade, a diferença e o contraste²⁷” (RUBEN, 1988, p.83).

²⁷ Para Ruben (1988, p. 84), no entanto, essa diferença entre a forma em que se formula o conceito de identidade nos dois primeiros momentos considerados (com a ênfase na unidade, na não-diferença) e no último desses

Quais as possíveis razões para a obsessão de nossos tempos com as questões de identidade? A questão parece permanecer em aberto, a despeito de todo o esforço reflexivo a ela destinada.

Zaretsky (1996, p. 198) destaca, nos Estados Unidos e na Europa dos anos 60, o surgimento de uma “new form of political life”, o que posteriormente ficou conhecido como “identity politics”. Tal manifestação se destacaria pela presença de duas características: em primeiro lugar, “an emphasis on difference rather than commonality” (ZARETSKY, 1996, p.198); em segundo, “the local or particular community of identity – such as lesbianism or the African-American community – was intended as the central point of identification for the self” (ZARETSKY, 1996, p.198). O aparecimento da “identity politics” está, para esse autor, intrinsecamente vinculado às mudanças usualmente associadas ao ano de 1968: a decadência da “New Left”, a crítica ao universalismo autoritário do Marxismo e da Psicanálise, a emergência dos movimentos gay e feminista. Da mesma forma, se encontra relacionado a uma reorganização global na dinâmica do capitalismo, sendo um dos seus efeitos mais notáveis uma redefinição dos limites e fronteiras entre o público e o privado.

Já Laclau (1994, p.1) fala sobre a presença, nos nossos dias, de “a new awareness of the complex mechanisms through which all identity – and all social reality – is constructed (...), an awareness of its deeply ambiguous conditions of existence”. Esse autor aponta o surgimento dessa nova sensibilidade como conseqüência do fim da Guerra Fria e do colapso, daí decorrente, das “ideologias globalizantes” dominantes desde 1945. Na medida em que há o fim do embate entre adversários cujas idéias e princípios poderiam ser caracterizados pela ideologia da modernidade, apresentando-se como portadores de uma tarefa *universal*, abre-se o espaço para a proliferação de “particularistic political identities, none of which tries to ground its legitimacy and its action in a mission predetermined by universal history – whether that be the mission of a universal class, or the notion of a privileged race, or an abstract principle” (LACLAU, 1994, p. 1). A nova sensibilidade surge então como decorrência da crise do universalismo e do vazio por ele deixado: “a History without ultimate meanings, without Absolute Spirit, shows itself in a first way as a consciousness of the contingent, precarious, limited character of what remains” (LACLAU, 1994, p. 1).

momentos (onde a ênfase recai na multiplicidade, na diferença) não pode mascarar o fato de que, para ele, “trata-se de um único conjunto teórico que é acionado em contextos históricos diferentes”. A discussão relativa a esse ponto implica a consideração de elementos que fogem ao escopo desse trabalho.

Arfuch (1992) destaca que a partir dos anos 80 a problemática da identidade vai emergir nos mais diversos campos acadêmicos, com destaque para a antropologia, a teoria política e os estudos culturais.

Confluían en este renovado interés, por um lado, los cambios ocurridos em el mapa mundial (la disolución de los bloques antagónicos este/oeste, la intensificación de los tránsitos migratorios, el debilitamiento de las ideas de nación y ciudadanía, la fragmentación identitaria y cultural que aparecía, ya tempranamente, como contracara de la globalización), por el outro, la crisis de ciertas concepciones universalistas y sus consecuentes replanteos deconstructivos (ARFUCH, 1992, p.19).

A expressão mais evidente dessa questão se manifesta, para essa autora, nos espaços *urbano e midiático*, em especial através do “relato multiplicador (...) de las minorías, grupalidades y diferencias, cuyo rasgo distintivo era la creciente capacidade de elección, su afirmación constitutiva *en tanto diferencias*” (ARFUCH, 1992, p. 19, grifos no original).

Sem a pretensão de responder à questão acima colocada, parece-nos necessário destacar a articulação entre a problemática da identidade e a suposta novidade oriunda da emergência dos tempos “pós-modernos”²⁸. O caráter “sempre problemático” (HALL, 1992) das identidades se vincula, como mostraremos mais adiante, ao que nela há de intrinsecamente moderno. Na medida em que aí, na modernidade, o domínio da cultura está caracterizado por uma cisão entre esferas autônomas (ético-política, estética e gnosiológica), as identidades culturais se concretizariam a partir de objetivações em cada um desses campos específicos (ARAÚJO et. al, 2001; HABERMAS, 1990). A subjetividade, “princípio dos tempos modernos” para Hegel, explica, para esse autor, “simultaneamente a superioridade [desse] mundo moderno e a sua vulnerabilidade à crise, a qual se revela no fato de o mundo ser um mundo do progresso e de ser ao mesmo tempo o mundo do espírito alienado de si mesmo” (HABERMAS, 1996, p.27). O “espírito alienado de si mesmo” é portanto um produto desse princípio da subjetividade, na medida em que é ele que promove a cisão do que havia sido costurado pela religião mas não é capaz de postular um princípio unificador alternativo. Como afirma ainda Habermas (1996, p.31), “quanto mais progride a formação [cultural moderna] tanto mais multiforme é o desenvolvimento das manifestações da vida em

²⁸ Sem entrar em maiores detalhes em torno de uma questão tão polêmica, entendemos que a “pós-modernidade” não representa uma ruptura ou superação da modernidade, em especial se levamos em consideração a primordial continuidade no modo de produção e nas estruturas sociais. Ainda nos parece, nesse sentido, mais do que pertinente pensar em sociedades que se organizam em torno de classes sociais. A pós-modernidade assinalaria, ainda no interior da modernidade, uma transformação nas práticas culturais e nas formas de legitimação do saber, vinculada a uma nova percepção do espaço e do tempo que tem sua origem, de acordo com Harvey (1989), numa transformação nas formas de acumulação do capital.

que a bipartição se pode enlaçar, tanto mais forte se torna a bipartição, (...) tanto mais estranhos ao todo da formação [cultural moderna] e tanto mais insignificantes se tornam os esforços da vida (outrora a cargo da religião) para se regenerar em harmonia”.

Os processos de fragmentação, multiplicidade e *bricolage* destacados pela literatura contemporânea como característicos da formação das identidades no mundo “pós-moderno” devem ser pensados à luz dessas considerações. Sendo a cisão dos domínios culturais inerente à modernidade, fenômeno que remonta pelo menos aos séculos XVIII e XIX, a novidade do que se vive hoje deve ser matizada. Não nos parece pertinente contrapor a isso que supostamente vigora atualmente identidades que, formadas no bojo da modernidade, são apresentadas como unas, integradas, expressões de “metanarrativas totalitárias” castradoras da diferença e diversidade. Sem negar a especificidade do que a cultura dos últimos 30 ou 40 anos pode ter criado e nos permitido experimentar, há que se levar em conta que os mais diversos pensadores da modernidade – de Marx a Nietzsche, de Dostoiévski a Kafka – têm sempre enfatizado a importância em seu interior do múltiplo e do devir, da “unidade da desunidade: ... turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia” (BERMAN, 1986, p.15), destacando simultaneamente “uma enorme ausência e vazio de valores” e “uma desconcertante abundância de possibilidades” (BERMAN, 1986, p.21) imbricados entre si. Cailhoun (1996, p. 9) afirma que o discurso sobre a identidade apresenta relações intrínsecas com a modernidade, tomando aí essa questão o vulto que lhe é característico em decorrência dos meios “in which modernity has made identity distinctively problematic. It is not simply – or even clearly the case – that it matters more to us than to our forebears to be who we are. Rather, it is much harder for us to establish who we are and maintain this own identity satisfactorily in our lives and in the recognition of others”. Como Berman, esse autor reconhece que as dificuldades que surgem da multiplicidade dos esquemas identitários possíveis são apenas uma face da questão. Essa mesma tensão que permite o desafio à força da *doxa* religiosa – “a level of unquestioned acceptance of the apparent order of social categories that we no longer experience” (CAILHOUN, 1996, p.11) – promove ao mesmo tempo o esfacelamento do que esse autor identifica como “all-encompassing identity schemes” (CAILHOUN, 1996, p.12).

A especificidade da “condição pós-moderna” no que diz respeito aos processos constituintes de identidade pode ser buscada, como propõe Araújo (2004, p.1), na constatação de que agora, sobreposta à cisão primeira, intrínseca à modernidade, se verifica, no interior de

cada um daqueles campos autônomos, outras modalidades de cisão – aparecendo nesses (e desses) “sub-campos” a possibilidade de outras constituições identitárias.

É nesse contexto que tem que ser considerada a questão de uma suposta dissolução das “matrizes identitárias modernas”. Retomamos aqui as formulações de alguns autores (HALL, 2000; MARZULO, 2005; ARAÚJO et al, 2003) que identificam essas matrizes às dimensões que, de modo privilegiado, responderam pela formação das identidades na modernidades. Para Marzulo (2005), as três matrizes identitárias modernas seriam aquelas associadas às idéias de *classe*, *nação* e *indivíduo*. Não nos parece ser esse o espaço mais adequado para a discussão detalhada dessas dimensões, ainda mais se consideramos a imensa bibliografia que delas pretende dar conta. Assinalaremos, assim, apenas alguns breves apontamentos.

No que se refere à classe, a sua constituição no interior do campo ético-político e a sua fundamentação como matriz identitária dizem respeito, basicamente, à problemática da relação entre capital e trabalho (ARAÚJO et al, 2003). Enquanto dimensão constitutiva de identidades sociais, a idéia de classe se destaca especialmente por duas potencialidades: a) a de criar o sentimento de pertencimento a um mesmo mundo; b) a de constituição de um sujeito político.

Quanto à idéia de nação, ela vai se constituir, para Araújo et al (2003), a partir de dois “planos de determinação”: o político-jurídico e o ético. Para o primeiro caso, esse autor ressalta que “o característico da modernidade em sua modalidade originária é a ação governamental ter por fundamento o território tomado enquanto totalidade geográfica sobre a qual se exerce a soberania do Estado” (ARAÚJO et al, 2003, p.5). Já no que diz respeito ao plano ético, o que está em jogo é o

reconhecimento de uma tradição societária comum composta de elementos históricos: mitos de origem, eventos significativos, figuras emblemáticas, utopias, idiomas, valores e traços marcantes morais, de gosto e de conhecimento, caracteres biológico raciais, genealogia e território de berço ou vivência (Araújo 2003, p. 6).

O indivíduo constitui, nessa perspectiva, a terceira matriz identitária moderna. Seguimos, para a discussão desse ponto, as indicações de Marzulo (2005). Pensado simultaneamente enquanto sujeito psicológico e unidade social, o indivíduo (melhor seria dizer, daqui por diante, o “eu-indivíduo) surge como uma construção histórica, a configuração específica assumida pela “pessoa” na modernidade. Por um lado, o eu-indivíduo é construído como sujeito psicológico, uma vez que dotado de uma “esfera psíquica” que se caracteriza pela autonomia, pela unicidade, pela indissolubilidade, e pela indivisibilidade. São tais

características que fundam esse eu-indivíduo como dotado das capacidades de *consciência e liberdade individual*. Por outro, e justamente pela mediação de tais capacidades, é que se articula a esse sujeito psicológico o indivíduo enquanto unidade social. É por possuir uma consciência que esse indivíduo, perante o direito, se constitui enquanto sujeito detentor de responsabilidades e direitos civis. Enquanto unidade constituinte do povo, no contexto das políticas do Estado-nação, o indivíduo é também a base para o surgimento do cidadão. A liberdade individual, nos marcos da ideologia liberal moderna, faz do indivíduo sujeito econômico, detentor da mercadoria trabalho e consumidor. As relações entre essa matriz identitária e aquelas mencionadas anteriormente são, dessa forma, não apenas inequívocas como também fundamentais para se compreender a questão da identidade no mundo contemporâneo.

Se por um lado é colocada hoje a questão do enfraquecimento das matrizes de classe e nação, o mesmo não pode ser dito a respeito do indivíduo. A perspectiva assumida pela maior parte da literatura nos dias de hoje tende a enfatizar, justamente, um reordenamento na relação entre essas matrizes, onde, em detrimento das duas primeiras, ocorre um fortalecimento da primeira. Não consideraremos, aqui, o debate em torno dessa questão. Destacaremos, apenas, que para nós essas matrizes ainda apresentam significativo valor como elementos heurísticos para o estudo das identidades sociais.

Todos os processos e dinâmicas acima bosquejados se articulam – como mostramos acima nas referências à Ruben (1988) e Arfuch (1992) – ao desenvolvimento de todo um esforço teórico por parte das ciências humanas no sentido de incorporar (e simultaneamente “produzir”) a questão das identidades.

Coloquios internacionales, simposios, seminarios, compilaciones, *dossiers* en revistas especializadas, líneas de investigación, daban cuenta de la felicidad y la dispersión de esos significantes [identidade/identidades], capaces de captar una atención pormenorizada en los más disímiles ámbitos de reflexión. Así, bajo este título se cobijó tanto una indagación cercana a la teoría política (identidades post-nacionales, nuevas fronteras, fundamentalismos, ciudadanías multiculturales, minorías, nuevos derechos, replanteos de la democracia, etc.) como la más reciente de los estudios de la diferencia (crítica feminista, estudios de género, estudios gay y lesbianos, etc.), diversas corrientes de la sociología, la antropología cultural y la etnología, enfoques canónicos y también innovadores de la historia, la crítica literaria y los estudios culturales. Un arco multifacético, de afortunadas confluencias disciplinarias, que amplió enormemente el campo nocional y de aplicación de un concepto – el de identidad – que atraviesa, por otra parte, toda la historia de la filosofía (ARFUCH, 1992, p.21).

A preocupação com as identidades não é, naturalmente, apenas uma moda acadêmica. Uma breve consulta a qualquer jornal é o suficiente para evidenciar a importância

das questões identitárias atualmente, ainda mais na pauta do dia depois dos atentados de 11 de setembro. É o que parecem comprovar os debates em torno das políticas direcionadas para imigrantes na Inglaterra e França, as revoltas indígenas na Bolívia, a “apreensão” mundial com o resultado das eleições no Irã, o fanatismo cristão e conservador dos Estados Unidos de Bush, a polêmica em torno da questão das cotas no Brasil...

Seção II

Dada a importância que, nas últimas duas décadas, as Ciências Sociais têm atribuído à questão da identidade, cabe constatar que a literatura sobre o assunto é, nos dias de hoje, gigantesca. Como o que nos interessa, mais especificamente, diz respeito à questão dos movimentos sociais, é possível destacar, na literatura mais geral referente às identidades, uma série de referências que trafegam na interseção entre esses dois campos, buscando dar conta da problemática *da questão da identidade nos movimentos sociais*. Enfatizamos, desde já, que essa problemática não nos parece poder ser compreendida como inserida em um domínio teórico articulado, bem-definido e coerente, onde investigadores e cientistas de posse de afiados instrumentos analíticos se debruçam sobre a realidade social, mais especificamente sobre os “movimentos sociais”, buscando aí coletar informações sobre suas “identidades”, ou sobre as identidades por eles criadas, talvez em divergência com relação a uma ou outra questão conceitual ou modo de proceder, mas fundamentalmente de acordo no que diz respeito ao essencial: a delimitação do objeto, sua inserção em estruturas e redes de relações, suas formas de se deixar representar.

Parece-nos importante ressaltar, antes de mais nada, que o conceito de identidade é utilizado no interior de investigações cujos pontos de partida teórico e metodológicos são os mais diversos possíveis, e que não existe qualquer espécie de consenso necessário a respeito do que se pretende designar – ou, se quisermos falar de uma maneira mais rigorosa, *construir* – com esse conceito. Como afirma Ruben (1988, p. 84), pode-se perceber

[a] ausência – no interior das ciências sociais contemporâneas – de um consenso em relação ao significado da noção de identidade. Existem, como sabemos, tantas definições diferentes desta noção quanto empregos diferentes da mesma (...) identidade adscritiva, étnica, linguística, religiosa, política, contrastiva, sexual, nacional, cultural, ideológica, camponesa, proletária, urbana, processual (...), estrutural (RUBEN, 1988, p.84).

No que diz respeito ao campo de estudos dos movimentos sociais, esse *locus* teórico-prático, enquanto arena de confrontos acadêmicos e políticos, pode ser caracterizado, nos termos de Bourdieu (1994b, p. 122-3), como um “sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores)” que é “o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial”, onde o que está em disputa é “o monopólio da *autoridade científica* definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da *competência científica*, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado”. É preciso considerar, a partir desse tipo de constatação, que as categorias e instrumentos de análise propostos por certos autores não reproduzem de modo automático e duplicado a realidade do mundo social, mas que são forjados a partir de determinados “princípios de visão e de divisão” – diversos daqueles que instituem a *doxa* do senso comum, mas de forma alguma desligados deles ou dos que se encontram presentes em outros campos (o político, o religioso, etc.). Tais categorias e instrumentos não se caracterizam, portanto, pela restrição de seus efeitos e influências ao interior de um campo *isolado* da realidade social²⁹, ou seja, o campo científico. Ainda mais se levarmos em conta as interações estabelecidas entre os intelectuais e os movimentos sociais, é preciso estar atento para a “‘eficácia da teoria’ na conformação dos ‘movimentos sociais’” e para aqueles “deslocamentos de sentido que se constituem em ‘impensáveis’” (Romano 1988, p.2) nas lutas dos movimentos sociais³⁰.

Considerando então as múltiplas possibilidades de abordagem dessa questão, buscamos lidar com o problema da seguinte forma. Em primeiro lugar, apresentamos na próxima seção (1.2) uma breve revisão bibliográfica de trabalhos voltados para a investigação da questão das identidades nos movimentos sociais, destacando a forma como algumas das perspectivas que poderiam ser consideradas, nos dias de hoje, “hegemônicas”, articulam as duas temáticas. Essa breve apresentação não pretende, de forma alguma, esgotar a questão. Corresponde, pelo contrário, a uma etapa inicial da investigação onde buscávamos, no interior da literatura especializada, elementos analíticos que nos permitissem um ponto de partida para

²⁹ O que não significa negar, por outro lado, a relativa autonomia desse campo ou sub-campo científico.

³⁰ É o que pretende mostrar Romano (1998, p.14) ao assinalar o ‘efeito de teoria’ para o campesinato do sul do Brasil: “Enquanto agentes de uma ‘classe objeto’ na qual se apresentam e se visualizam como estranhos a si mesmo (sic) os camponeses se encontram amplamente desprovidos da capacidade de delinear sua própria identidade. A definição que os agentes legitimados do campo de produção ideológica fazem deles enquanto grupo ou grupos – com suas diferenças e semelhanças – o *consensus* implícito sobre o tipo e o caráter de sua atuação – ‘progressista’ ou ‘conservadora’ –, os deslocamentos de sentido automatizados e estigmatizantes da qualidade do próprio grupo e de suas ações, se constituem em elementos muito difíceis de dissociar de suas características ‘concretas’, ‘objetivas’ que dizem respeito a sua identidade social”.

pensarmos a identidade de atingido por barragem. Se esse objetivo não pôde ser atingido, esse malogro nos parece sintomático da pobreza analítica e da inadequação de boa parte desse instrumental para o estudo dos movimentos sociais na realidade brasileira atual. Em segundo lugar, buscamos analisar a seguir, na seção 1.3, a forma como foi tratada pela literatura a questão mais específica da identidade de atingido por barragem. Após a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o Movimento dos Atingidos por Barragens e a questão das barragens, buscamos centrar nossa atenção em três textos que nos pareceram se deter com mais profundidade na questão³¹. Percebe-se, também aí, uma significativa heterogeneidade de perspectivas, seja no que diz respeito aos referenciais teórico-metodológicos, aos contornos, definições e conteúdos aplicáveis a essa noção assim como ao modo em que ela se insere no contexto mais geral da investigação. Alguns dos elementos trabalhados por esses textos nos serviram como estímulo para a discussão de algumas questões teóricas que serão tratadas com maiores detalhes na sessão 1.4. Aí, destacamos alguns aspectos que, no interior da literatura mais geral sobre as identidades (não vinculadas necessariamente, portanto, aos movimentos sociais), nos parecem significativos para o estudo dos movimentos sociais, mas que tendem a ser deixados de lado por boa parte daqueles que os estudam.

³¹ Os outros textos consultados foram os seguintes: Santos e Andrade (1988); Sigaud (1986) e (1995); Sigaud et al. (1987); Silva (1997); Vainer (1990) e (2003); Vainer e Araújo (1992); Vianna (1992) e Braga (2003).

1.2 Identidade e movimentos sociais nas ciências sociais: algumas questões colocadas pelo debate contemporâneo

No que diz respeito à literatura contemporânea que leva em consideração a articulação identidade/movimentos sociais – ou à pequena amostra dessa literatura aqui tratada – parece-nos interessante destacar, em um primeiro momento, dois conjuntos de textos³², que correspondem, a grosso modo, a dois diferentes níveis de análise. Em primeiro lugar, há autores tais como Touraine (1984, 1985, 2000) e Melucci (1985, 1996) que vêm concentrando seus esforços na tentativa de elaboração de *teorias dos movimentos sociais*, e é no quadro de suas formulações conceituais que a questão da identidade aparece como um elemento a ser considerado, seja enquanto atributo característico dos movimentos do presente (ou do “futuro”) (TOURAINÉ, 1994), seja enquanto conceito ou “ferramenta analítica” (MELUCCI, 1997, p. 77-80). Esses dois autores se destacam pela vasta e sistemática produção nessa área, assim como pela centralidade assumida pelo conceito de movimento social – e conseqüentemente pelo que aí se relaciona a “cultura” ou “identidade” – nos seus ambiciosos esquemas explicativos do mundo social. No que se refere às formulações “generalizantes”, também aí poderíamos citar os trabalhos de Johnston e Kladermans (1995), embora se trate de proposições teóricas de menor fôlego e alcance, e de Castells (1999), cuja intenção é antes de mais nada a descrição da pluralidade e diversidade assumidas pelos movimentos sociais nos dias de hoje. Em segundo lugar, há toda uma literatura sobre “Movimentos Sociais na América Latina” que vem enfatizando, com muita freqüência a partir do quadro teórico delineado pelos autores acima citados, o significado que a identidade assume nas lutas empreendidas por esses movimentos. Esse tipo de análise parece considerar a diversidade das lutas em seus contextos histórico-geográficos – nacionais, regionais, culturais, sócio-políticos – ao mesmo tempo em que não se furta às tentativas de buscar, subjacente à variação nas formas, os traços de linhas mais gerais, caracterizadoras de uma unidade que a idéia de “novos movimentos sociais” denotaria. Aqui, trataremos em especial da coletânea organizada por Escobar e Alvarez (1992) e dos trabalhos de Gohn (1997) e Burity (s/d). No caso desses dois últimos autores, o quadro de referência é a realidade brasileira, mas suas colocações pretendem ter um alcance mais geral, sendo possível perceber

³² A discussão desses textos deve muito aos debates desenvolvidos durante o curso Globalização e Movimentos Sociais/Antropologia dos Processos de Transformação Social, ministrado no segundo semestre de 2003 pelos professores Carlos Vainer (IPPUR/UFRJ), Henri Acselrad (IPPUR/UFRJ) e Lygia Sigaud (PPGAS/UFRJ).

a postulação de uma certa unidade que se encontraria presente na realidade latino-americana como um todo.

Touraine (1984, 1985, 2000) se destaca como um dos estudiosos que há mais tempo vem se dedicando a uma análise sistemática dos movimentos sociais. Como mostra Gohn (1997), desde os anos 60 ele se devotou ao desenvolvimento de uma “sociologia da ação” – em contraposição ao que identifica como uma “sociologia sistêmica” – onde a categoria movimento social ocupa uma posição central; essa categoria constituiria, para Touraine, o próprio objeto da análise sociológica (TOURAINÉ, 1985, 2000). Também para ele o que deve ser enfatizado é o elemento “político-cultural” presente na constituição desses movimentos, expresso em uma luta por direitos “culturais”: é reconhecendo que as orientações culturais são indissociáveis dos conflitos sociais que Touraine propõe “the notion of social movement defined as an agent of conflict for the social control of the main cultural patterns” (TOURAINÉ, 2000, p.785). As reformulações conceituais preconizadas por Touraine (e que incluem uma reformulação das próprias proposições anteriores do autor) parecem associadas de forma inextricável à constatação de uma novidade cujos portadores seriam o que chama de “novos movimentos sociais”. Desde os anos 70, o que se verificaria é o “displacement of protest from the economic field to the cultural field” (TOURAINÉ, 1985, p.784). Assim, os novos movimentos “are less sociopolitical and more sociocultural” (TOURAINÉ, 1985, p.779). O tema da identidade surgiria nas ciências sociais em compasso com essa “sensibilidade geral a este tema cultural e ético (...) o aparecimento ou o desenvolvimento, em todas as partes do mundo e em quase todos os sectores da vida social, de reivindicações e de movimentos sociais (...) que reclamam a defesa de uma identidade coletiva ou pessoal”. O significado da emergência dessa sensibilidade poderia ser buscado pelo sociólogo como “uma recusa dos papéis sociais, ou mais exatamente como uma recusa da definição social dos papéis que o ator deve desempenhar” (TOURAINÉ, 1984, p.113), um apelo a “uma força infrassocial, natural”, “contra os papéis sociais, à vida, à liberdade, à criatividade” (TOURAINÉ, 1985, p. 113-4). A identidade, vinculada a essa “recusa” ou a esse “apelo”, distanciando-se do “social” e aproximando-se do que se lhe poderia opor, os “indivíduos” ou a “comunidade”, se caracterizaria em um primeiro momento como um movimento *defensivo*, que só poderia culminar em um movimento social na medida em que permitisse o desenvolvimento de uma outra metade, um movimento de *contra-ofensiva*. Nesse trabalho de complementação estaria dada a possibilidade de superação de comportamentos que, restringindo-se ao apelo identitário reativo, culminam na defesa de elites tradicionais, seitas e messianismos, em personalidades narcisistas como as descritas por Christopher Lasch,

ou movimentos populistas que, em oposição a uma “dominação considerada estrangeira” (TOURAINÉ, 1985, p.120), levam a uma cultura repressiva e a um Estado totalitário. Na passagem da identidade da defensiva para uma identidade ofensiva se estabeleceriam as condições de possibilidade do movimento social, “que se define pela combinação de uma defesa de identidade, de uma consciência de conflito social e de um apelo ao controle coletivo de certas orientações culturais, de todos os grandes meios de produção da sociedade por si mesma” (TOURAINÉ, 1985, p.121).

Segundo Gohn (1997, p.153), Melucci (1985, 1996) é uma das principais referências internacionais no estudo dos movimentos sociais, sendo apontado como um dos primeiros a conceituar o fenômeno dos “novos movimentos sociais” e um dos “fundadores do paradigma da identidade coletiva”. Embora enfatize com frequência adotar uma perspectiva “construtivista”, podem ser percebidas influências diversas em sua obra: Gohn aponta para a importância das formulações da sociologia da ação de Touraine e dos trabalhos dos interacionistas simbólicos; e a despeito de suas críticas às escolas anglo-saxônicas da Mobilização de Recursos e da Estrutura de Oportunidades³³, não há como negar que, em alguma medida, Melucci não só dialoga com elas mas também delas incorpora alguns elementos; ainda seguindo Gohn, até mesmo as teorias da escolha racional influenciaram Melucci. Para além dessas questões, e dada a complexidade e a vastidão da sua abordagem, o que nos interessa aqui é a análise que empreende da identidade coletiva. Para Melucci (1985, p. 68), a ênfase dada às questões relativas à identidade na literatura contemporânea está relacionada intrinsecamente a um “renewed interest in cultural analysis which corresponds to a shift towards new questions about how people make sense of their world, how they relate to texts, practices, and artifacts rendering these cultural products meaningful to them”. Esse deslocamento nas formas de análise estaria sinalizando “the increasing evidence of the weaknesses of traditional sociological theories when confronted with contemporary social movements” (MELUCCI, 1985, p.69). Paralelamente a esse fenômeno, surgiria um maior cuidado com questões epistemológicas, como decorrência dessa preocupação com a cultura e do contato com disciplinas a ela relacionadas, como a hermenêutica, a lingüística e a

³³ “A teoria da mobilização de recursos desenvolveu-se na década de 1970, na América do Norte, como crítica à ênfase exagerada em fatores individuais e psicológicos subjacentes à expressão de queixas e insatisfação decorrentes de privações pessoais, fatores estes enfatizados pelas teorias predominantes anteriores. O paradigma de mobilização de recursos foi orientado muito mais para as organizações do que para os indivíduos” (ROTHMAN, 1996, p. 108-9). Sobre o conceito de “estrutura de oportunidades”, ver mais adiante o item 1.3.1 Cabe destacar que essas teorias compartilham dos pressupostos das teorias da escolha racional, “economicizando”, na nossa opinião, a análise social.

etnometodologia³⁴. O conceito de identidade coletiva surgiria nesse contexto como uma alternativa à “herança dualista” presente naquelas análises tradicionais, possibilitando a conciliação do inconciliável, *estrutura e significado*.

Johnston e Klandermans (1995) apresentam uma mudança paradigmática “ao modo de Kuhn” ocorrendo em torno das teorias que buscam explicar os movimentos sociais, mudança essa vinculada a uma maior sensibilidade analítica no que diz respeito aos “fatores culturais”. Embora seja difícil apreender com clareza o que esses autores chamam de “cultura”, o que eles apontam é um crescente interesse por parte dos estudiosos por aspectos que estariam associados à construção da identidade de sujeitos coletivos ou dos movimentos sociais. Segundo eles, dentre esses aspectos estariam aqueles “denominadores comuns” que, independentemente da perspectiva que se adote, seriam inevitavelmente associados à idéia de cultura: costumes, crenças, valores, artefatos, símbolos, rituais. Em um outro plano, essa perspectiva colocaria a necessidade da consideração da “construção do significado”.

De Castells (1999) pode-se depreender uma coincidência quase perfeita entre a problemática da identidade e a dos movimentos sociais. Sua obra, que tem o objetivo de delinear um amplo panorama dos movimentos sociais no mundo contemporâneo, não por acaso tem o título de “O Poder da Identidade”. Considerando a tipologia de identidades (identidades legitimadoras, identidades de resistência, identidades de projeto) com que ele trabalha, Cardoso (1999) afirma, no prefácio do livro, que seu grande interesse reside na possibilidade de “[expor] a diversidade de manifestações que poderíamos enquadrar na *categorias de movimentos sociais*” (p.II, grifos no original). Poderíamos, nessa perspectiva – e é de fato essa a proposta de Castells –, considerar a pluralidade de formas assumidas pelos movimentos sociais tendo como principal eixo analítico as identidades (“o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais (...) que prevalecem sobre outras fontes de significado” – CASTELLS, 1999, p.22) que constroem e apresentam esses movimentos.

Tratando da formação dos movimentos sociais na América Latina, Escobar e Alvarez (1992, p. 22-3) contrapõe os “novos” movimentos – os que surgiram nos últimos 25 anos – àqueles anteriores a esses, destacando entre as diferenças mais marcantes o fato de que os primeiros são “centered in the constitution of identities” e “based on identities that are

³⁴ A etnometodologia surgiu nos Estados Unidos nos 60, a partir da publicação de “Studies in Ethnometodology”, de Harold Garfinkel. A partir de uma tentativa de reformular os pressupostos da sociologia de inspiração parsoniana dominante nos Estados Unidos, esse autor buscou inspiração na fenomenologia de Alfred Schutz e no interacionismo simbólico para propor uma sociologia que enfatizasse as interpretações que os próprios agentes sociais realizavam a respeito de suas interações com os outros e as regras sociais, buscando chamar a atenção para a “sociologia intuitiva” de que todos os agentes, em suas relações cotidianas, são capazes.

often changing”. Se antes a ação coletiva estava centrada em movimentos de libertação nacional, movimentos nacionalistas populares ou populistas, sindicatos, movimentos camponeses ou de estudantes, movimentos onde a questão de classe e/ou nação é central, o que surgiu nas últimas décadas foi uma imensa multiplicidade de manifestações e formas assumidas pelos sujeitos: Rastafaris da América Central; as Mães da Praça de Maio na Argentina; os movimentos de mulheres chilenos; o Sendero Luminoso no Peru; o movimento Katarista no altiplano boliviano; a *Unión de los Comuneros “Emiliano Zapata”* no México; os movimentos ecológicos no Brasil; movimentos que defendem a descentralização e democratização de territórios ocupados por comunidades urbanas, no Distrito Federal no México ou em Lima no Peru; e ainda movimentos centrados em jovens, ou rock, salsa, estudantes, etnoculturas, classes dominantes, regiões (ESCOBAR e ALVARES, 1992, p. 21-22). Na visão dos autores, “...social movements of twenty-five years ago had strong state/political orientations and that, in contrast, many of today’s actors are searching for their own cultural identities and spaces for social expression, political or otherwise” (ESCOBAR e ALVAREZ, 1992, p.23).

Burity (s/d, p.2) identifica “no liame identidade-cultura” o “potencial do conflito e da negociação que pode sempre desencadear o transbordamento do elemento coesivo em direção ao a(nta)gonístico, politizando o pessoal e o cultural, materializando o simbólico num contencioso que é mais do que mera disputa de palavras: trata-se da própria constituição de um campo de objetos e experiências pelas quais *se dá forma ao conflito e às demandas* por reparação de desigualdades, preconceitos e discriminações”. Definir-se-ia assim, para esse autor, o horizonte político no qual estariam inseridos os movimentos sociais. E se “não há Ação coletiva sem a constituição de uma identidade” (BURITY, s/d, p.10), um aspecto fundamental na distinção entre os “novos” movimentos sociais (assim como os “formatos organizacionais por eles influenciados”, as ONGs,) e os “movimentos mais conservadores” (BURITY, s/d, p. 10) é a ausência nesses últimos do que efetivamente define os primeiros: uma identidade negociada e que contemple a ambivalência e a diversidade inerentes a toda forma de ação coletiva.

Em um trabalho onde pretende traçar um panorama das teorias dos movimentos sociais nos dias de hoje, Gohn (1997) identifica a emergência do “paradigma dos novos movimentos sociais” (NMS) às análises empreendidas por autores europeus como Touraine, Offe, Melucci, Laclau e Mouffe. Todas essas análises apresentariam alguns pontos em comum: a) partem de modelos teóricos baseados na cultura; b) criticam a capacidade teórica do marxismo de dar conta da explicação da ação coletiva e individual; c) rejeitam o sujeito

pré-determinado, “reductor da humanidade” (GOHN, 1997, p.122) e oriundo da luta de classes, também associado ao marxismo; d) propõem uma redefinição do político a partir de sua extensão às mais diversas dimensões e práticas da vida social; e) analisam os atores sociais “prioritariamente sob dois aspectos: por suas ações coletivas e pela identidade coletiva criada no processo” (GOHN, 1997, p.123). Esse último ponto parece ter uma importância central para Gohn: “nos NMS a identidade é parte constitutiva da formação dos movimentos, eles crescem em função da defesa dessa identidade. (...) [O] paradigma dos Novos Movimentos Sociais define-se a partir das identidades coletivas” (GOHN, 1997, p.124).

Não há espaço aqui para uma crítica detalhada dessas teorias. Cabe destacar, porém, alguns dos aspectos que nos convenceram de sua inadequação como fornecedoras de categorias e instrumentos de análise para o estudo que pretendemos empreender.

Em primeiro lugar, a distinção entre “novos” e “velhos” movimentos sociais nos parece de pouca utilidade analítica, em especial se considerarmos o caso de um movimento tal como o Movimento dos Atingidos por Barragens. Para um autor como Touraine (2000), poderíamos argumentar que o adjetivo “novo” é, de certa forma, redundante, uma vez que sua definição do que é um movimento social parece dar conta apenas de um determinado tipo de movimento social, aquele que se define como “an agent of conflict for the social control of the main cultural patterns” (TOURAINÉ, 2000, p. 785). O que tal definição sugere é o privilégio das lutas relativas a esses “padrões culturais” em detrimento daquelas que poderiam estar centradas, por exemplo, em aspectos econômicos *strictu sensu*, como por exemplo a luta pela terra. Tal privilégio pode se explicar mediante uma confrontação histórica com o panorama das lutas sociais na Europa a partir dos anos 70, onde se verificaria então aquele “displacement of protest from economic field to the cultural field” (TOURAINÉ, 2000, p. 784). Não cabe a nós aqui discutir se isso efetivamente ocorreu, como argumenta Touraine. O que nos parece fundamental é a inadequação da importação desse modelo explicativo (que se propõe, no entanto, a uma aplicação geral, e não restrita a sociedades particulares) para o estudo dos movimentos sociais em uma realidade tal como a nossa. A definição de Touraine, não possibilita, dessa forma, que entendamos o Movimento dos Atingidos por Barragens como um movimento social. O que não significa dizer que aqueles elementos apontados por esse autor como definidores de um movimento, em especial se tomamos como contraponto os pseudo-movimentos que são meramente “defensivos”, não se encontram presentes entre os atingidos. “Defesa de identidade”, “consciência de conflito social” e “apelo ao controle coletivo de certas orientações culturais de todos os grandes meios de produção da sociedade por si mesma” (TOURAINÉ, 1984, p.121) são todos atributos que, inevitavelmente,

poderíamos identificar junto a eles. A questão diz respeito à forma restritiva como esses atributos são incorporados e trabalhados pelo modelo de Touraine, estando necessariamente subordinados ao objetivo maior de defesa de uma identidade coletiva. Parece inegável que determinados movimentos (tais como aqueles citados com frequência por esse autor, o movimento de mulheres e o movimento contra as armas nucleares) se estruturam de acordo com essa lógica. O que não nos parece pertinente é a generalização desse modelo para o conjunto dos movimentos sociais como um todo. O mesmo problema se encontra presente nas análises de Melucci (1985, 1996), Castells (1999) e Johnston e Klandermas (1995). Todos esses autores se mostram sensíveis à necessidade de formas de análise que considerem a importância dos “fatores culturais” nas lutas sociais. O apelo ao conceito de identidade busca, em todos eles, responder a essa necessidade. A simplificação em que incorrem é aquela resultante de uma postura que atribui *a priori* uma determinada função e lugar para essa identidade nas lutas dos movimentos, apresentando com frequência sua defesa como o objetivo que justifica a existência daqueles últimos. Tal postura implica, na nossa opinião, em dois graves erros. Em primeiro lugar, reforça a distinção entre os novos e os velhos movimentos, desconsiderando a importância das identidades efetivamente construídas nas lutas daqueles movimentos identificados como velhos. Em segundo lugar, dificulta a percepção dos diversos significados e usos táticos e estratégicos que podem assumir as identidades à medida em que vão sendo construídas e reconstruídas *no processo de luta*.

1.3 Algumas visões sobre a identidade de “atingido por barragem”

Dentre os textos que trabalham com a questão da identidade de atingido por barragem, selecionamos os seguintes: “Comunidade, Etnia e Religião: um Estudo de Caso na Barragem de Ita (RS/SC)”, tese de mestrado de Sandra Faillace defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ em 1990, em especial o capítulo 1, “A construção da categoria atingido na questão barragem”; “No Rastro das Águas: Pedagogia do Movimento dos Atingidos pelas Barragens da Bacia do Rio Uruguai (RS/SC) – 1978/1990”, tese de doutorado de Maria Stela Moraes defendida no Departamento de Educação da PUC/RJ em 1994, em especial a apresentação, os capítulos I (“Ontologia materialista e crítica e a questão do método”), II (“Cânones de pesquisa”), V (“Os grandes projetos e os atingidos do Alto Uruguai) e IX (“Como se faz um atingido: 1979-1985); e “A emergência do movimento dos atingidos pelas barragens da bacia do rio Uruguai 1979-1983”, texto de Franklin Rothman incluído no livro “Política, Protesto e Cidadania no Campo. As Lutas Sociais dos Colonos e dos Trabalhadores Rurais no Rio Grande do Sul”, organizado por Zander Navarro e publicado em 1996. Cabe destacar que todos os três textos trabalham com um recorte espacial e temporal bastante similar: consideram a luta contra as barragens na Bacia do Rio Uruguai em seus primórdios, com destaque para a década de 80. Nesse momento, ainda não existia o Movimento de Atingidos por Barragens *nacional*. O sujeito coletivo considerado é a Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB). Levando em conta a centralidade exercida por essa comissão no surgimento do movimento nacional – assim como a hegemonia dos grupos do sul do país no interior do movimento até os dias de hoje –, nos parece fundamental, para a compreensão atual da identidade atingido por barragem, considerar a sua constituição e consolidação nos primeiros anos de luta. Nesse sentido, todos os três textos têm a contribuir.

1.3.1 Rothman (1996)

Rothman busca analisar a emergência do movimento de resistência à construção das barragens à luz da Teoria da Mobilização de Recursos, elaborada nos Estados Unidos na década de 70³⁵, aplicando um “modelo de processo político das origens e da dinâmica da ação

³⁵ McCARTHY, John e ZALD, Mayer. The Trend of Social Movements in America: Professionalization and Resource Mobilization. Morristown: General Learning Press, 1973; TARROW, Sidney. Struggle, Politics and

coletiva” (p.109). As referências para esse modelo são McAdam (1982) e Tilly (1978, 1982, 1984)³⁶. Esse autor pretende, assim, identificar para o caso dos atingidos aqueles fatores que seriam, de acordo com seu marco teórico, fundamentais para a “mobilização inicial dos movimentos sociais” : a) uma “estrutura de oportunidade política”, que compreenderia componentes como o grau de abertura política, a estabilidade relativa das alianças políticas, o grau de coesão das elites e a presença de aliados e grupos de apoio; b) um certo grau de organização preexistente da população em questão; c) um processo de “transformação da consciência política coletiva” (p.109). Seria, assim, a capacidade de mobilizar recursos externos (dados pela estrutura de oportunidade política definida pela conjuntura histórica em que se encontra a mobilização) e internos (referentes à “capacidade de organização”, vinculados à existência de redes de comunicação e recursos financeiros e ideológicos) o que explicaria o sucesso ou o fracasso de determinada ação coletiva. A organização de um sujeito coletivo na Bacia do Rio Uruguai no início dos anos 80 se torna possível na medida em que todas as condições e fatores requeridos se encontram presentes. E se os camponeses não dispunham, em um primeiro momento, de recursos de uma ou outra ordem (por exemplo, recursos financeiros ou uma rede de comunicação estruturada), os grupos que a eles se aliaram – em especial determinados segmentos progressistas da Igreja Católica e Luterana – se encarregaram de seu provimento.

Algumas ambigüidades podem ser apontadas no texto de Rothman no que diz respeito às formas através das quais se realiza a formação da identidade de atingido. Em determinados momentos, o autor parece trabalhar com uma concepção que considera a identidade como algo intrinsecamente estático, originando-se a partir de determinado acontecimento que a institui peremptoriamente e define, de uma vez por todas, seus conteúdos. Tal é a impressão sugerida, por exemplo, no trecho em que ele afirma que “a luta dos atingidos por barragens, em confronto com o Estado e com o apoio de grupos progressistas *resultou* na construção de uma identidade coletiva” (p.107, grifos nossos). O caráter processual na formação da identidade, sua sempre presente abertura a transformações e re-significações, que na citação anterior parece estar sendo negado, é afirmado, no entanto,

Reform: Collective Action, Social Movements and Cycles of Protest. Ithaca: Cornell University, Center for International Studies, 1989.

³⁶ McADAM, Doug. The Political Process and Development of Black Insurgency. Chicago: University of Chicago Press, 1982; TILLY, Charles: From Mobilization to Revolution. Reading, Massachusetts: Addison-Wesley, 1978; “Routine Conflicts and Peasant Rebellions in Seventeenth Century France” in WELLER, Robert e GUGGENHEIM, Scott (eds.). Power and Protest in the Countryside. Studies of Rural Unrest in Asia, Europe and Latin America. Durham: Duke University Press, 1982; “Social Movements and National Politics” in BRIGHT, Charles e HARDY, Susan. Statemaking and Social Movements. Essays in History and Theory. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1984.

em outros momentos do texto: assim, há a referência a “um processo interativo que envolveu, principalmente, três grupos de atores políticos (...) *no processo de construção* de uma identidade coletiva dos atingidos pelas barragens” (p. 128, grifos nossos).

Para tratar da questão da identidade de atingido, Rothman busca associar ao quadro analítico em que se ampara (e a que fizemos referência acima) a perspectiva “construtivista” de autores como Melucci³⁷, dedicados ao estudo dos “novos movimentos sociais” e das identidades por eles formadas. Em alguma medida, esse “uso *complementar* de duas abordagens paradigmáticas dominantes para explicar movimentos sociais” (p.133, grifos nossos) se revela problemático. Essa “complementariedade” entre as análises leva o autor a dissociar, em sua análise, aspectos que, a nosso ver, encontram-se intrinsecamente imbricados. Afirmando que “uma abordagem conceitual de movimentos sociais precisa, simultaneamente, *tanto o lado estrutural quanto o lado simbólico dos movimentos sociais*” (p. 133, grifos nossos), Rothman atribui à realidade da luta empreendida pela CRAB uma divisão que decorre de suas opções teóricas, distinguindo os processos que caracterizam o movimento como “novo movimento social”, cuja identidade favorece a formação de uma cultura democrática no campo (conforme postulam as “abordagens construtivistas para explicar a ação coletiva” – p.133), daqueles que dão conta da inserção do movimento no contexto político da época, enfatizando as relações que se estabelecem com aliados e adversários. Na medida em que o autor considera – sem maiores explicações para tanto – a CRAB um “novo movimento social”, analisa a identidade a ela vinculada de acordo com o quadro geral característico das “perspectivas construtivistas”, destacando o que esse movimento teria de comum com os outros (o já citado caráter “democratizador”, por exemplo), mas perdendo de vista o que poderia haver aí de específico – por exemplo, a construção da questão das barragens como sendo simultaneamente um embate contra processos de expropriação e uma luta pela preservação do meio-ambiente.

Resta destacar que, ao considerar o impacto das barragens sobre as populações da Bacia do Rio Uruguai, esse autor considera que o que estava sob ameaça não eram apenas relações de reprodução da vida material. Ameaçando “as terras *e sua herança cultural*”, as barragens, para Rothman, colocavam em confronto visões distintas a respeito do território, onde se contrapunham seu entendimento como “conjunto de recursos”, conforme a ótica

³⁷ MELUCCI, Alberto. “Getting involved: identity and mobilization in social movements”. In: KLANDERMANS, Bert et. al. (ed.). From Structure to Action: Comparing Social Movement Research Across Cultures. Greenwich: JAI Free Press, 1984.

defendida pela Eletrosul, a uma vivência onde esse se apresenta dotado de outros significados, apresentando, para os colonos, um valor de pertencimento ou de origem.

1.3.2 Faillace (1990)

O objetivo do trabalho dessa autora não reside numa análise do movimento e de suas lutas, mas no estudo da relação que se estabelece no interior de determinadas comunidades camponesas quando a identidade de atingido se sobrepõe a outras identidades preexistentes, como a de *colono*.

No capítulo de sua dissertação que mais nos interessa, e que selecionamos para a análise, ela busca investigar as formas pelas quais a categoria “atingido” assumiu uma certa centralidade na mediação do confronto entre a população da Bacia do Rio Uruguai, representada pela CRAB, e a Eletrosul, num processo que tem início a partir do anúncio dos projetos de construção de 22 barragens nessa Bacia. A dimensão da identidade de atingido privilegiada por Faillace diz respeito à capacidade que essa categoria apresenta de expressar “um sentimento de perda ou desagregação de dimensões da vida social importantes para o campesinato estudado” (p.23). Nesse sentido, Faillace argumenta que, no contexto da luta contra as barragens, e mesmo entre os camponeses críticos à ação da CRAB, “a identidade de atingido suplanta a que os identifica comumente, qual seja, a identidade de ‘colono’, porque é primordialmente como ‘atingidos’ que estarão nas negociações com a Eletrosul” (p.64).

Num primeiro momento, a análise de Faillace centra-se no embate pela definição do termo utilizado para a designação da população afetada pelos empreendimentos. Os documentos técnicos da Eletrosul, elaborados em parceria com firmas de consultoria, se referem à população como “afetados” ou “atingidos”. Aqueles produzidos em resposta ou após encontros com a CRAB, todos da primeira metade dos anos 80, lançam mão da expressão “atingido”, mas simultaneamente ao emprego de termos concorrentes: “afetado”, “expropriado”, “desapropriado”, “relocando”, “envolvido”, “abrangido”. A profusão de denominações tem, para Faillace, a intenção política de criar concorrentes para o termo “atingido”, cada vez mais consolidado junto à CRAB. (p. 23-7). Porém, já “em 1987 a Eletrosul é forçada pelo movimento centrado na Comissão Regional a reconhecer um termo criado politicamente pela Comissão Regional e que acabou por individualizar a questão da construção de barragens no Alto Uruguai – ‘atingido’” (p.27).

No que diz respeito à análise dos documentos produzidos pela CRAB, observa-se a ocorrência do termo “atingido” também simultaneamente a outras designações:

“desalojado”, “deslocado”, “deserdado”, “recambiado”, “afetado”, “expropriado”, “afogado”. O termo “atingido”, porém, parece tomar com o tempo um significado especial: é “o mais recorrente e que termina por englobar todos os outros termos” (p.28). A definição dos conteúdos dessa categoria é também objeto de luta entre a CRAB e a Eletrosul. Se em um primeiro momento esta última procura restringir sua aplicação àqueles que tiveram suas terras alagadas, a população atingida e a CRAB buscarão impor outros contornos: “atingidos” sendo também aqueles que foram prejudicados pelo canteiro de obras, pelo acampamento, pela linha de transmissão; aqueles afetados pela destruição de redes de sociabilidade, ou cuja condição de vida foi deteriorada em alguma dimensão (p. 29-30; p. 38-42).

A Eletrosul buscou também, desde o início das negociações, vincular às reparações e indenizações à posse da terra, através da mediação da categoria “agricultor”, associada automaticamente à de “proprietário”. A CRAB procurou como contraponto uma defesa de uma definição ampliada de “agricultor”, contemplando “parceiros”, “meeiros”, “arrendatários”, “agregados”, “posseiros”, agrupados enquanto “pessoal sem terra” (p. 31-3; p. 35-6). Da mesma forma, na contagem da população atingida, a CRAB defendeu a referência à “família”, noção cujos conteúdos também foram disputados. “Se em um primeiro momento tanto CRAB quanto a Eletrosul designavam com esse termo a família nuclear, com o tempo seu significado foi expandido pela CRAB a ponto de poder abarcar, por exemplo, potenciais herdeiros da terra” (p. 36-8).

Analisando documentos da Eletrosul, Faillace assinala que os diversos termos empregados para se referir às áreas territoriais afetadas pelas barragens são também utilizados para designar as populações que habitavam nessas áreas. É desse conjunto de designações que a CRAB retira o termo “atingido”, o qual, como mostramos acima, será objeto de uma luta pela definição de seu conteúdo e acabará por se impor sobre os demais. A análise de documentos oficiais da CRAB – os 18 boletins publicados pelo movimento entre os anos de 1981 e 1987 – por ela realizada permite acompanhar as transformações nos termos que designam as áreas e populações, assim como a consolidação do termo “atingido”. E permite também, sobretudo, perceber como a CRAB permanece utilizando esse termo para se referir *tanto às áreas quanto às populações atingidas*. Se tal procedimento já se verificava nos documentos da Eletrosul, para os atingidos ele se reveste de novas significações. O que importa destacar aqui é que, no processo de apropriação desse termo, enfatiza-se a identificação dos grupos afetados com seu território, especialmente na medida em que, através da designação comum, evidencia-se a percepção de que ambos – os grupos e seu território – são submetidos e vitimados por uma mesma dinâmica de expropriação e violência. *Atingidos*

enquanto grupo, atingidos no seu território; atingidos enquanto grupo exclusivamente porque atingidos em seu território. Não há qualquer espécie de dissociação aqui: as mesmas contradições que criam os atingidos criam o território atingido; não há como pensar um lado sem pensar o outro.

Se o que se afirmou no parágrafo anterior não está explícito no texto de Faillace, tais conclusões decorrem, porém, de uma extrapolação tornada possível pela forma como a autora encaminha a sua análise, e em especial da maneira com que aborda conceitualmente a questão da identidade. Incorporando a dimensão territorial no seu quadro analítico, a autora reflete o que sua pesquisa empírica evidencia: o sentido do “ser atingido por barragem”, nas formas como é apropriado e utilizado pela CRAB, está inextricavelmente ligado a uma determinada experiência *relativa ao e situada no espaço*. Experiência essa que pode ser “diversa” se considerados a natureza e o alcance dos impactos, mas que é “única” sob o ponto de vista da questão política a qual se vincula e da luta daí decorrente.

1.3.3 Moraes (1994)

O trabalho de Moraes procura situar-se num quadro de análise de fundamentação marxista, com especial destaque para a perspectiva gramsciana. Tratando-se de uma tese de doutorado, realiza-se aí um detalhado retrospecto da história dos atingidos por barragens na Bacia do Rio Uruguai, desde as primeiras lutas, no final dos anos 70 (quando não se poderia falar em “atingidos” sem incorrer em anacronismo), até o início da década de 90. O fio norteador da investigação é a preocupação em mostrar a importância do que a autora denomina de “mediadores” para a formação e consolidação da CRAB. Esses mediadores seriam aqueles grupos e instituições externos aos atingidos que contribuíram de modo decisivo não só para a mobilização e organização das populações afetadas como também para a construção de uma “pedagogia”: os setores progressivos da Igreja Católica, o sindicalismo “combativo”, as escolas técnicas e de formação política e, em menor medida, determinados segmentos do meio acadêmico.

Moraes busca considerar a identidade de atingido por barragem a partir do pressuposto de que essa identidade apresenta “duas faces dialeticamente vinculadas” (p.55), correspondentes às “duas dimensões (externa e interna) do processo de constituição da identidade de um sujeito social coletivo” (p.9):

“uma que se constrói ‘para fora’ na negação do outro e a que se constrói ‘para dentro’ em um processo de criação de formas próprias de organização e expressão, que negam práticas, valores e crenças que compõem a visão de mundo incorporada pelos mecanismos de dominação” (p.55).

Tal perspectiva nos parece interessante na medida em que reconhece a complexidade inerente aos processos constituintes das identidades, indo além de esquemas mecânicos e reducionistas. Destaca, também, o caráter relacional e a *presença do outro* como elementos a serem considerados. Possíveis implicações decorrentes da consideração desses elementos no trato da questão da identidade serão apresentados na próxima seção.

Na tentativa de incorporar elementos analíticos do materialismo histórico a sua análise, a autora privilegia a noção de classe, “elemento unificador e primordial nos processos de emancipação”, “vínculo identitário primordial” (p.52). Pretende, assim, se afastar do pensamento “culturalista”, “pós-moderno” ou “pós-estruturalista”, e das “políticas de identidade” (p.52) por eles postuladas, destacando que no estudo dos movimentos sociais o que interessa é a identidade política por eles forjada, vinculada a um contexto onde o que se manifesta é um conflito cuja dinâmica é presidida, em última instância, pela luta de classes. Embora algumas de suas colocações mais gerais (e generalizantes) a respeito das identidades constituídas pelos movimentos sociais possam ser problematizadas, no estudo da CRAB a perspectiva “marxista” de Moraes possibilita a colocação de questões que nos parecem pertinentes e que não são usualmente abordadas.

Apropriando-se da noção de *contradição* dos escritos de Marx, Moraes assinala, na origem dessa identidade política, um campo de relações entre os diversos agentes – a CRAB, as populações atingidas, a Eletrosul, mediadores como a Igreja e os sindicatos – cujas determinações não são unívocas, e nem podem ser reduzidas a uma causalidade mecânica. Nesse sentido, poderíamos estabelecer um contraponto entre esse esquema e explicações tais como algumas das fornecidas pelo “modelo” de Rothman, centrado na preocupação de estabelecer condições *a priori* de constituição de sujeitos coletivos – condições essas expressas a partir do conceito de “recursos”, exigidos ou necessários para que movimentos ou ações surjam. Tal ponto fica evidente se levamos em conta a forma como esse último autor se refere ao que Moraes denomina de “mediadores”, e como são esses são incorporados à análise de Rothman: *assegurando* “recursos” financeiros ou ideológicos.

No que diz respeito à relação entre a identidade de atingido e o território, Moraes trabalha com a idéia de “situações de barragens”. Pretende assim destacar toda a variedade de impactos decorrentes não apenas das especificidades das “situações de atingido” (direto ou

indireto, ameaçados por novos projetos, vítimas do descumprimento de contratos, prejudicados pela degradação do meio ambiente – p.27), mas relativas também – principalmente – às implicações de cada empreendimento em sua particularidade. O processo de constituição da identidade de atingido se caracteriza pela crescente consciência da “unidade de lutas diferenciadas” (p.217). Se nos 80 “a identidade da CRAB passa a ser entendida como o conjunto das regiões organizadas, envolvendo cerca de 80 municípios do RS e de SC” (p.242), a partir dos anos 90, com a consolidação do movimento nacional, as “situações de barragens” de todo o país estarão referidas àquela unidade, assegurada pela identidade de atingido. Tal fenômeno expressa as transformações pelas quais passam a definição e a compreensão do que constitui um “território atingido” à medida em que a luta ocorre e em que se reformulam os contornos e conteúdos da identidade de atingido. Moraes argumenta que, em 1983, “ainda não se considerava a bacia do Rio Uruguai como um todo ou a totalidade do projeto, aquela época com 25 barragens planejadas” (p.239). Tais transformações não dizem respeito apenas à representação da área problemática como mais extensa, mas a um enriquecimento da compreensão dos processos e atores que (re)constroem e (re)produzem o território. A maturidade e a experiência decorrentes do prolongamento da luta, assim como o “espelhamento diante de outras situações de barragens” (p.231), possibilitam a percepção de efeitos e impactos anteriormente não considerados, e que implicam em reformulações nos significados do território atingido e na identidade de atingido. É a isso que Moraes (e também Faillace) se refere quando aborda a questão do surgimento do “atingido indireto”, assim como da ampliação do sentido que lhe é correspondente. É significativo notar que tais transformações se dão num contexto de luta, onde a Eletrosul busca impor uma visão simplificada dos processos sócio-espaciais vinculados às barragens que obviamente lhe é conveniente, de acordo com uma lógica “que sempre considera os impactos de cada barragem isoladamente e não o conjunto das conseqüências das várias barragens sobre um rio ou bacia hidrográfica” (p.239).

1.4 Alguns elementos conceituais para pensar a identidade de atingido por barragem

Procuraremos apontar, nessa seção, algumas elementos conceituais que, em maior ou menor medida, orientarão o desenvolvimento desse trabalho. Buscamos apresentar esses elementos relacionando-os com a discussão empreendida pelos autores citados na seção anterior.

Uma primeira questão nos remete ao trabalho de Faillace. O confronto em torno da definição dos contornos e conteúdos do termo atingido apresentado por ela põe em evidência a problemática da luta simbólica, aspecto inerente – e de forma alguma relativo a um plano ou nível (“superestrutural”, por exemplo) dissociado ou destacado do “político” ou “econômico” – a todo conflito social. Para Bourdieu (1981, 1994, 1998), as representações do mundo social, na medida em que possibilitam aos agentes não só uma forma de conhecimento sobre o mundo, mas também uma forma de *agir* sobre esse mundo através da ação sobre essas representações e às “maneiras de conhecer” que lhes são correlatas, criam as condições para as “ações propriamente políticas” (BOURDIEU., 1981, p. 69). Nesse sentido, para Bourdieu, essa ação propriamente política exige uma “subversion cognitive”, uma “conversion de la vision du monde”, ou seja, a contestação da *doxa* que naturaliza um conjunto de representações, e que opera “aquém do nível de representação explícita e da expressão verbal” (BOURDIEU., 1998, p.141). O que se contesta, portanto, são aqueles princípios de visão e divisão do mundo social apresentados como reflexos objetivos de relações *reais*. No que nos interessa aqui, há que se considerar a “eficácia das representações” na criação das condições para o fazer e des-fazer de grupos sociais:

Le travail politique de représentation (...) permet ainsi aux agents de se découvrir des propriétés communes par delà la diversité des situation particulières qui isolent, divisent, démobolisent, et de construire leur identité sociale sur la base de traits ou d'expériences qui semblaient incomparables aussi longtemps que faisait défaut le principe de pertinence propre à les constituer en indices de l'appartenance à une même classe (BOURDIEU., 1981, p.70).

Os grupos ou classes que pretendem se instituir tomam parte em uma luta que visa impor os princípios legítimos de construção dos grupos, e na medida em que desafiam o senso comum ou os princípios de visão e divisão ortodoxos, estabelecidos, têm que se defrontar com a resistência daqueles que “occupant la position dominante dans l'espace ainsi divisé, ont intérêt à la perpétuation d'un rapport doxique au monde social qui porte à accepter comme naturelles les divisions établies ou à les nier symboliquement par l'affirmation d'une unité plus haut” (BOURDIEU., 1981, p.71). Assim, a passagem da “classe no papel” para a

“classe atual”, momento de realização de uma “potencialidade objetiva de unidade” (BOURDIEU, 1994, p. 25)

suppose la construction du principe de classement capable de produire l'ensemble des propriétés distinctives qui sont caractéristiques de l'ensemble des membres de ce groupe et d'annuler du même coup l'ensemble des propriétés non pertinentes qu'une partie ou totalité de ses membres possèdent à d'autres titres (par exemple les propriétés de nationalité, d'âge ou de sexe) et qui pourraient servir de base à d'autres constructions. (BOURDIEU., 1981, p. 70-71).

Assim, a identidade de atingido se torna possível somente na medida em que o movimento rompe com os princípios de visão e divisão do mundo dominantes (as concepções naturalizadas e naturalizantes de ‘agricultor’, ‘atingido’ ou ‘família’) e constrói, para além e a partir da diversidade de traços culturais ou formas de vida, de situações de atingido (direto ou indireto, por exemplo) e de barragens, a unidade de pertencimento a um grupo ou classe comuns – “atingidos por barragens”.

Em segundo lugar, como afirmamos acima, a dimensão externa do processo de constituição da identidade de atingido por Moraes assinala a importância da consideração de um *outro* – que para ela se materializa na Eletrosul, mas que poderia ser representado também como, por exemplo, “o setor elétrico” ou o “o sistema capitalista”. Essa autora incorpora, assim, um elemento que vem sendo destacado por diversos trabalhos que buscam dar conta da problemática da identidade.

Explorando possíveis afinidades do pensamento de Tocqueville com a tradição da ciência social européia (e em especial nas suas proximidades com Mauss), Dumont (1987) lança mão do Hegel “pré-filosófico” para a apresentação da forma como aquele autor situa o conflito no interior da sociedade. Trata-se, para Dumont, da explicitação de um “grand affaire” presente nas formulações de Tocqueville, “la comparaison entre eux et nous” (DUMONT, 1987, p. 4-5, grifos nossos):

Or on ne peut dire de Tocqueville ni qu'il ait nié l'importance du conflit, ni qu'il y ait vu le maître ou le ressort ou le ressort dernier de la société. Au contraire le conflit est chez lui soumis ou contenu, englobe. (...) Le conflit est désunion. Dans la société il y a aussi de l'union, et de plus, la désunion est contenue em queleque façon dans l'union. Disons que, chez Tocqueville, *la société est l'union de l'union et de la desunión*

É da dinâmica do conflito, das configurações locais de união e desunião que se configuram aquelas polaridades subjacentes a todas as identidades, os sistemas de ‘oposições’ e contrastes de Oliveira (1976), a relação entre o “nós” e “os outros”. Compreender a sociedade como “união da união e da desunião” é reconhecer também a multiplicidade das

vinculações, identificações e distinções estabelecidas, assim como as tensões entre o efêmero e o permanente que lhes são intrínsecas, e que lhes atribuem o seu caráter de “modernidade”. Parece-nos que é nesse sentido que Bauman (1997) afirma que a idéia de uma identidade tornada “problemática” é um contra-senso. A identidade, sendo uma invenção que foi tornada possível pela modernidade, só pode ser pensada *enquanto problema*, e é problemática desde seu nascimento:

One thinks of identity whenever one is *not sure of* where one belongs; that is, one is not sure how to place oneself among the evident variety of behavioural styles and patterns, and how to make sure that people around would accept this placement as right and proper, so that both sides would know how to go in each other's presence. *'Identity' is a name given to the sought escape from that uncertainty* (id., p.82, grifos no original).

A identidade pode, então, assegurar esse “posicionamento” diante de uma situação: é preciso saber quem é esse (nosso) outro, saber como podemos nos relacionar com ele, e para isso definimos, sempre de modo provisório e incompleto, um “nós”. Não há, porém, algo como uma “defasagem temporal” nesse processo: o “nós” é definido através do mesmo movimento que define o “eles”. A identidade diz respeito, portanto, a uma determinada configuração estabelecida pelos jogos de união e desunião; ou, se quisermos enfatizar o elemento agonístico que se encontra presente nessa relação, poderíamos, como sugere Bauman (1997, p. 155), situar a identidade no campo estabelecido pelo conjunto de relações entre “os amigos” e os “inimigos”, oposição que aparece como “uma variante da oposição principal entre o interior e o exterior”. Tal movimento permitiria dar conta, impedir ou ultrapassar a “paralisia comportamental assustadora que acompanha o fracasso da habilidade classificatória” (BAUMAN, 1997, p.158), ou seja, a indistinção que, fazendo proliferar os *estranhos* (BAUMAN, 1997, p. 157-163), não permite a definição que de quem somos “nós” ou “os outros”. Para o caso aqui considerado, poderíamos argumentar que a identidade de “atingido” possibilita um determinado tipo de posicionamento que assegura uma maneira de fazer o mundo adquirir sentido: o aparecimento das barragens, que para os camponeses poderia se configurar como uma invasão alienígena de caráter apocalíptico, acontecimento equiparado a um desastre natural com relação ao qual só restaria uma aceitação passiva (lembremo-nos que o boletim da CRAB se chamava “A Enchente do Uruguai”), é reconstruído sobre outras bases de entendimento, adquirindo um caráter “terreno” – social – e criando as possibilidades do surgimento de *formas de resistência e luta*.

Em terceiro lugar, Rothman (1996) enfatiza, num item particular de seu trabalho, a importância desempenhada pelo que ele denomina de “discurso das perdas” na constituição

da identidade de atingido por barragem. Esse autor se refere aqui ao conjunto de representações que articula e significa, para os colonos, o impacto negativo das barragens sobre suas vidas, com “a perda de terras férteis, de mão-de-obra investida, da vida comunitária, da tradição e identidade ancestral de colono, da tranquilidade pastoral e de valores” (ROTHMAN, 1996, p.130). A análise de Rothman não se detém com mais profundidade nesse ponto, mas nos parece servir de ponto de partida para a explicitação de algumas questões relevantes para a compreensão da problemática da identidade de atingido. Considerando a ênfase que buscamos dar às *práticas discursivas* no quadro de análise de que nos servimos para investigar a identidade de atingido, poderíamos argumentar que o fenômeno destacado por Rothman nesse ponto exemplifica o *caráter construtivo* do discurso defendido por autores como Fairclough (2001). No que diz respeito aos atingidos, fazem-se presentes aqui os três efeitos construtivos do discurso apontados por esse autor: “O discurso contribui, em primeiro lugar, para a construção do que variavelmente é referido como ‘identidades sociais’ e ‘posições de sujeito’ para os ‘sujeitos’ sociais e os tipos de ‘eu’ (...) Segundo, o discurso contribui para construir as relações sociais entre as pessoas. E, terceiro, o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença” (FAIRCLOUGH, 2001, p.91). O discurso media, assim, a passagem do sujeito “sujeito a” (no caso, a processos de expropriação e dominação, ou deslocamento forçado) para o “sujeito de” (por exemplo, de uma ação de resistência ou uma mobilização). Tal deslocamento – que não é, de forma alguma, meramente semântico – se encontra incorporado na própria categoria que define e nomeia o grupo estruturado pela identidade comum: a ampliação do conteúdo do termo “atingido”, sua apropriação e imposição por determinado grupo (como mostra a análise de Faillace) simboliza e contribui decisivamente para o surgimento do *sujeito* atingido por barragem.

No próximo capítulo buscaremos seguir a trilha que se abre aqui, buscando investigar as relações entre *discurso* e *identidades*. Para tanto, tentaremos esboçar a construção de um instrumental analítico que permita articular essas duas questões, tomando como ponto de partida a obra de Mikhail Bakhtin e, em menor medida, as contribuições de Michel Foucault e Pierre Bourdieu.

CAPÍTULO 3: DISCURSO E IDENTIDADE

3.1 Discurso, dialogismo e identidades

Como afirmamos na introdução desse trabalho, nos amparamos na perspectiva do crítico literário e cientista social russo Mikhail Bakhtin para o desenvolvimento de um instrumental teórico e metodológico que nos fosse útil para a análise do material empírico. Nesse capítulo, apresentamos as linhas gerais do pensamento desse autor e destacamos, no vasto conjunto de sua obra, aqueles aspectos que nos parecem mais interessantes para pensar o discurso do MAB. Tentaremos também, ao longo desse capítulo, promover um diálogo desse autor com outras perspectivas que também nos parecem férteis – em especial, os trabalhos de Foucault e Bourdieu.

Mikhail Bakhtin busca definir seu objeto de estudo em contraposição àquele a que se dedica a lingüística³⁸. Serão justamente aqueles aspectos submetidos à abstração por essa última os que pretende considerar. Desde o século XIX a lingüística – seja na perspectiva de autores como W. Humboldt, que enfatizam a “função formadora da língua sobre o pensamento, independente da comunicação” (BAKHTIN, 1992a, p.289), seja na daqueles como Vossler, que “passa a função dita expressiva para o primeiro plano” (BAKHTIN, 1992a, p. 289); ou ainda com Saussure, que considera como legítimo apenas o estudo da língua enquanto sistema de regras abstratas (a *langue*) em detrimento de seus usos concretos (a *parole*) – se defronta, para Bakhtin, com uma significativa limitação:

a linguagem é considerada do ponto de vista do locutor como se este estivesse sozinho, sem uma forçosa relação com os outros parceiros da comunicação verbal (...). O enunciado satisfaz ao seu próprio objeto (ou seja, ao conteúdo/pensamento) e ao próprio enunciador. A língua só requer o locutor – apenas o locutor – e o objeto de seu discurso (BAKHTIN, 1992a, p. 289, grifos no original).

Nos casos em que se faz necessária a consideração de um interlocutor, tais estudos com frequência assumem a idéia de que esse pode ser considerado enquanto “coletividade lingüística”, “personalidade coletiva”, expressa, por exemplo, pelo “espírito de um povo” (BAKHTIN, 1992, p.290). Abandona-se aí a especificidade e a concretude dos interlocutores concretos, relegando a sua multiplicidade a um segundo plano.

³⁸ Assim, esse autor afirma ter em vista “o discurso, ou seja, a língua em sua integridade concreta e viva e não a língua como objeto específico da lingüística” (BAKHTIN, 1981, p. 181).

Bakhtin pretende criar, a partir da constatação dessa limitação, um novo campo de estudos: o que denomina *metalingüística*, cujo foco central são *as relações dialógicas*. O estudo do discurso, para ele, não pode se furtar à consideração dessa figura que se lhe apresenta não apenas enquanto complemento (ou seja, enquanto aquele “para quem ele se destina”), mas como seu elemento constituinte e definidor: *o outro*. O dialogismo de que fala esse autor diz respeito às diversas *relações de alteridade* existentes na fala de qualquer um. O destinatário aparece assim como “co-autor” dessa fala, na medida em que é *em função* dele, em razão de suas características concretas e do contexto em que se coloca, que se define o que será falado, pela antecipação de sua resposta com vista à reação que dele se pretende obter³⁹. Mas o dialogismo não diz respeito apenas a esse papel ativo desempenhado pelo destinatário ou ouvinte. Ele se refere, igualmente, às relações que se estabelecem entre uma fala e as falas anteriores a ela. Na medida em que “um locutor não é o Adão bíblico, perante objetos virgens, ainda não designados, os quais é o primeiro a nomear” (BAKHTIN, 1992a, p.319), toda fala é preñe de história, de palavras do outro cuja ressonância se faz presente quando delas se faz uso⁴⁰. Mais à frente nos deteremos com maior atenção a esse ponto, em especial no que diz respeito a essa última dimensão.

A consideração privilegiada do papel desempenhado por esse *outro* não se restringe, para ele, ao interior dos estudos da linguagem (no caso, ao domínio da metalingüística que pretende fundar). Poderíamos sugerir que aí se encontra o ponto de partida para as formulações mais ambiciosas desse autor, no sentido do desenvolvimento de uma antropologia filosófica pessoal. Desdobramentos dessa “teoria do homem” se encontram

³⁹ “O discurso vivo e corrente está imediata e diretamente determinado pelo discurso-resposta futuro: ele é que provoca esta resposta, pressente-a e baseia-se nela. Ao se constituir na atmosfera do ‘já-dito’, o discurso é orientado ao mesmo tempo para o discurso-resposta que ainda não foi dito, porém, que foi solicitado a surgir e que já era esperado. Assim é todo diálogo vivo” (BAKHTIN, 1988, p. 89); “O enunciado, desde o início, elabora-se em função da eventual reação-resposta, a qual é o objetivo preciso de sua elaboração. O papel *dos outros*, para os quais o enunciado se elabora (...) é muito importante. Os outros, para os quais meu pensamento se torna, pela primeira vez, um pensamento real (e, com isso, real para mim), não são ouvintes passivos, mas participantes ativos da comunicação verbal. Logo de início, o locutor espera deles uma resposta, uma compreensão responsiva ativa. Todo enunciado se elabora como que para ir ao encontro dessa resposta” (BAKHTIN, 1992a, p.320).

⁴⁰ “O objeto do discurso de um locutor, seja ele qual for, não é objeto do discurso pela primeira vez neste enunciado, e este locutor não é o primeiro a falar dele. O objeto, por assim dizer, já foi falado, controvertido, esclarecido e julgado de diversas maneiras, é o lugar onde se cruzam, se encontram e se separam diferentes pontos de vista, visões do mundo, tendências” (BAKHTIN, 1992a, p.319). “Pois todo discurso concreto encontra aquele objeto para o qual está voltado sempre, por assim dizer, já desacreditado, contestado, avaliado, envolvido por uma névoa escura, ou, pelo contrário, iluminado pelos discursos de outrem que já falaram sobre ele. O objeto está amarrado e penetrado por idéias gerais, por pontos de vista, por apreciações de outro e por entonações. Orientado para o seu objeto, o discurso penetra neste meio dialogicamente perturbado e tenso de discursos de outrem, de julgamentos e entonações. Ele se entrelaça com eles em interações complexas, fundindo-se com uns, isolando-se de outros, cruzando com terceiros; e tudo isso pode formar substancialmente o discurso, penetrar em todos os seus estratos semânticos, tornar complexa a sua expressão, influenciar todo o seu aspecto estilístico” (BAKHTIN, 1988, p.86).

presentes em diversos dos seus escritos, e em especial evidência, ainda que de forma esquemática, em seu artigo sobre a epistemologia das ciências humanas (BAKHTIN, 1992b). Todorov (1992, p.16) resume esse projeto de Bakhtin ao propor que, para esse último, o ponto fundamental é a “irredutibilidade da entidade transindividual”:

O super-homem existe – mas não no sentido nietzschiano de ente superior; sou o super-homem do outro, como ele o é de mim; minha posição exterior (minha ‘exotopia’) me dá o privilégio de vê-lo como um todo. Ao mesmo tempo, não posso agir como se os outros não existissem: saber que o outro pode ver-me determina radicalmente a minha condição. A socialidade do homem funda-lhe a moral: não piedade, nem na abstração da universalidade, mas no reconhecimento do caráter constitutivo do inter-humano (TODOROV, 1992, p.16)

De forma similar, Stam (1992, p.17) enfatiza a permanência e a centralidade da idéia de *diálogo* ao longo de toda a obra de Bakhtin:

O que vemos é determinado pelo lugar de onde vemos. Em se tratando de diálogo humano, observa Bakhtin, posso ver o que você não pode ver (você mesmo, sua expressão, os objetos que estão por detrás de você) e você vê o que não posso ver. Essa necessária e produtiva complementariedade de visões, compreensões e sensibilidades, forma o cerne da noção bakhtiana de diálogo. (...) Esse processo de diálogo, de autocompreensão através da alteridade, através dos valores do outro, começa cedo, quando as crianças vêem-se a si próprias através dos olhos da mãe (...) e prossegue durante toda a vida (STAM, 1992, p. 17).

Reside nesse privilégio atribuído ao outro (ou ao *diálogo*, entendido nesses termos) uma das principais razões para que lancemos mão desse autor numa pesquisa centrada na questão das identidades sociais.

Em primeiro lugar, porque fornece elementos para que pensemos a relação entre identidade e alteridade de uma forma mais rica. Boa parte dos autores que trabalham com essa temática enfatizam a importância da consideração do outro para a constituição de uma identidade (OLIVEIRA, 1976; CAILHOUN, 1996; BAUMAN 1997). Assim, por exemplo, a construção da identidade de trabalhador rural é possível na medida em que se percebe a existência de uma outra identidade com relação à qual essa primeira se opõe (latifundiário ou capitalista), ou que define seus contornos pela definição de especificidades, não necessariamente através de uma relação de antagonismo (operário). Ao se construir essa problemática dessa forma, corre-se o risco de apresentar essa relação com o outro como aquela que se estabelece entre entidades “puras” cuja alteridade se manifesta apenas na confrontação com um *exterior*. A identidade que emerge desse tipo de visão tende a sobrevalorizar o que há aí de uno, similar, estável e contínuo em detrimento do reconhecimento de que, no seu interior, também desempenham um papel fundamental a

diferença, a ruptura e o descontínuo (HALL, 2000). Parece-nos necessário pensar os elementos de alteridade, a presença do outro, *no interior* da identidade.

O trabalho político responsável pelo fazer e des-fazer os grupos sociais se caracteriza por “*découvrir des propriétés communes par delà la diversité des situations particulières qui isolent, divisent, demobilisent*” (BOURDIEU, 1981, p. 70), pela construção do princípio comum de classificação que permite a identificação. Levando em conta o caso particular a que nos dedicamos, poderíamos dizer que não basta, porém, a constatação simples de que determinado grupo compartilha a experiência de ter suas condições de vida afetadas pelo aparecimento de uma barragem. No interior dessa “propriedade comum” descoberta não há apenas semelhança e homogeneidade.

Assim, em primeiro lugar, e como mostram Faillace (1990) e Moraes (1994), a diversidade de *situações de atingido* e de *situações de barragens* são responsáveis pelo surgimento de diferenças que exigem que a categoria a partir da qual se constrói a identidade do grupo seja construída de forma tal que permita a tensão e a oscilação, de acordo com as circunstâncias, entre unidade e multiplicidade.

Em segundo lugar, o “ser atingido por barragem” não diz respeito a um estado ou condição rígido e imutável. Poderíamos dizer que, nesse sentido, o sujeito é sempre outro com relação a si mesmo. A pluralidade e a diversidade de situações onde a identidade construída por e através desse sujeito se faz presente exige que ela se desdobre em um conjunto de perspectivas ou pontos de vista sobre o mundo social. Em cada uma dessas perspectivas, sempre vinculadas a situações (ou conjuntos de situações) concretas, será necessário o apelo a diferentes esquemas perceptivos, diferentes “princípios de visão e divisão do mundo social” (BOURDIEU, 1996d, 1998b), seja para a apreensão cognitiva dessa situação, para efeitos de comunicação, como instrumento de ação num momento da luta simbólica ou como forma de construção do outro (aqui, nos referimos ao outro “externo”). É pelo apelo a essas diferenças que podemos falar então em uma alteridade *interna*. Mais à frente detalharemos mais esse ponto, ao vincular esses diversos “princípios de visão e divisão do mundo social” às *linguagens* entendidas no sentido que Bakhtin atribuí a esse termo. O que queremos ressaltar é que, ao construirmos o conceito de identidade dessa forma, ela não pode mais ser pensada como una e homogênea. Esse procedimento analítico será tornado possível pela consideração da pluralidade de linguagens, e de uma linguagem (a do Movimento dos Atingidos por Barragens) entendida como plural.

Nesse sentido, as formulações de Bakhtin oferecem um ponto de partida interessante, na medida que esse autor postula a irredutibilidade de

una pluralidad de voces ajenas – polifonia – que habitan la “propia” voz, así como el fluir mismo de la comunicación (...) supone en verdad una pluralidad de lenguas – heteroglosia – que remite a diferentes registros, jergas, niveles, marcas culturales e identitarias (ARFUCH, 1992, p. 27).

Uma terceira razão referente à escolha desse autor para pensarmos a identidade diz respeito à “cuidadosa atenção de Bakhtin para com o interlocutor do texto” (STAM, 1992, p. 12), que se revela de significativa importância se temos em mente a natureza do material empírico com que trabalhamos e o uso a que se destina. Encaramos o material pedagógico utilizado em um curso de formação de militantes como destinado a produzir uma série de efeitos sobre aqueles a que se destina, destacando, dentre esses efeitos, o “aprendizado” de determinada linguagem – com a apreensão de categorias e formas de falar – como momento constitutivo e condição necessária da constituição (ou consolidação) da identidade de atingido postulada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens. Assim, de acordo com a perspectiva bakhtiana, os enunciados podem ser pensados a partir do que neles “visa a resposta do outro (dos outros), uma compreensão responsiva ativa, e para tanto adota todas as espécies de formas: busca exercer uma influência didática sobre o leitor, convencê-lo, suscitar sua apreciação crítica, influir sobre êmulos e continuadores, etc.” (BAKHTIN, 1992a, p.298). É nesse sentido que devemos, seguindo Bourdieu (1996b, p.53, grifos do autor), pensar o discurso não apenas como “signos destinados a serem compreendidos, decifrados” mas também como “*signos de autoridade* a serem acreditados e obedecidos”.

Ainda no que diz respeito à pertinência da utilização das categorias de Bakhtin para o estudo das identidades, Arfuch (1992, p.22) retoma o Eric Hobsbawn da *Invenção das Tradições* para nos lembrar que

no hay entonces identidad por fuera de la representación, es decir, de la narrativización – necesariamente ficcional – del sí mismo, individual o coletivo⁴¹. (...) Esa dimensión narrativa, simbólica, de la identidad, el hecho de que está se construya en el discurso y no por fuera de él, en algún universo de propiedades ya dadas, coloca la cuestión de la interdiscursividad social, de las prácticas y estrategias enunciativas en un primer plano.

Dessa forma, essa autora destaca a necessidade de pesquisas que enfatizem a dimensão discursiva dessas identidades. No seu entender, uma série de perspectivas teóricas

⁴¹ No caso do Movimento dos Atingidos por Barragens, o apela à narrativa na constituição da identidade é patente em diversas manifestações. Sem a pretensão de esgotar os exemplos, poderíamos citar as místicas e encenações teatrais, a valorização da musicalidade, o resgate e apropriação criativa de elementos da cultura popular, os poemas sempre presentes nas cartilhas e panfletos, os mais diversos usos estratégicos das histórias de vida, as recriações da história oficial, a constituição de uma panteão de ícones libertários, a memória das lutas populares, as homenagens aos mártires, o formato assumido por determinados discursos de fundo “político” ou “econômico”.

oferecem elementos para tanto: a teoria política de Ernest Laclau e Judith Butler, os estudos culturais britânicos (cujo maior expoente é, para ela, Stuart Hall), a hermenêutica de Paul Ricoeur e o *dialogismo de Bakhtin*. Nesse último caso, a possibilidade colocada é a de apreender, a partir da dinâmica interna do discurso, elementos fundamentais para o estudo das identidades: “las relaciones intersubjetivas, la discursividad social, el trabajo de la ideología, la pluralidad de los puntos de vista y su intrínseca conflictividad” (ARFUCH, 1992, p.36). É nesse sentido que essa autora destaca “la notable productividad de la teoría bajtiniana en el pensamiento y la práctica de las disciplinas contemporáneas”⁴² (ARFUCH, 1992, p.28).

Antes de prosseguirmos, vêm a propósito alguns comentários a respeito da pertinência da utilização das categorias desse autor, usualmente identificado aos estudos lingüísticos e literários, numa investigação no domínio das ciências sociais.

Bourdieu (1996a, p.23) nos alerta para os perigos para as ciências sociais relativos à importação de modelos e conceitos oriundos da lingüística, em abordagens que fazem da linguagem “um objeto de eleição mais do que um instrumento de ação e de poder”. Em tais situações geralmente se leva em conta apenas a relação entre duas “competências propriamente lingüísticas” que são “definida[s] abstratamente, fora de tudo o que esta[s] deve[m] a suas condições sociais de produção” (BOURDIEU, 1996a, p.24), ao mesmo tempo em que são desconsideradas “as estruturas do mercado lingüístico, que se impõem como um sistema de sanções e de censuras específicas” (BOURDIEU, 1996a, p. 24)⁴³. No que diz respeito a esse último aspecto, a existência de “mercados lingüísticos” específicos, que

⁴² A descoberta de Bakhtin pelos intelectuais ocidentais se deu nos anos 70, em especial a partir dos trabalhos de Todorov (1988) e Kristeva (1969). Desde então, seus trabalhos têm sido considerados pelos mais diversos campos disciplinares. Um exemplo da apropriação de sua conceituação de “cultura popular” (pensada a partir do dialogismo entre os discursos das classes subalternas e dominantes) pelos historiadores pode ser encontrado em Ginzburg (1987). Teóricos da análise de discurso de inspiração francesa também se serviram de suas formulações, de uma forma próxima à nossa (ORLANDI, 2000; BRANDÃO, s/d). Eagleton (1996, p. 191-2) utiliza um conceito de Bakhtin – “polifonia” – para descrever a realidade de um mundo em que é contestada a “arraigada autoridade de qualquer visão de mundo singular”, mundo esse cuja “ordem social gera a pluralidade e a fragmentação, (...) transgredindo limites consagrados pelo tempo entre formas diversas de vida e juntando-as numa *mêlée* de idiomas, origens étnicas, estilos de vida e culturas nacionais”. Tal realidade, que à primeira vista poderia evocar as descrições atualmente tão comuns em um certo tipo de literatura que busca apresentar as características do que definem como “pós-modernidade”, diz respeito, para Eagleton (e poderíamos acrescentar que também para Bakhtin), ao mundo que surge de transformações históricas cuja origem remontam há pelo menos dois séculos, aquele criado pelo capitalismo e pela modernidade. Uma descrição mais detalhada da repercussão dos trabalhos desse autor após a sua morte (em 1975), com o destaque para o “boom Bakhtin” – em especial nos estudos lingüísticos e literários, mas não só neles – após o fim da União Soviética, pode ser encontrada em Emerson (2003).

⁴³ O pressuposto presente aí é o da linguagem como algo radicalmente democrático e igualmente acessível a todos, o que funda o que Bourdieu (1996a, p.29) chama de “ilusão do comunismo lingüístico”. Um exemplo conspícuo de tal postura pode ser encontrado em Comte: “Em relação a *riquezas que comportam uma posse simultânea sem sofrer nenhuma alteração*, a linguagem institui naturalmente uma plena comunidade onde todos, haurindo livremente do *tesouro universal*, concorrem espontaneamente para sua conservação” (A. Comte, *Système de Politique Positive*, t. II, Statique Sociale, 5. ed., Paris, Siège de la Société Positiviste, 1929, p.254, apud Bourdieu 1996a, grifos de Bourdieu).

restringem e definem, a partir das suas condições sociais de produção, *o que pode ser dito e de que forma*⁴⁴, cabe assinalar uma analogia entre as críticas de Bourdieu e Bakhtin aos procedimentos lingüísticos inspirados nos modelos abstratos de Saussure. Como já visto, para Bakhtin, o privilégio atribuído nesses últimos à *langue* – a língua considerada em sua dimensão lógica, “estrutural” – implica na desconsideração dos elementos definidores do conteúdo e forma da *parole* – a fala concreta. É nesse sentido que a definição para ele do que é o *contexto da enunciação* nos parece se aproximar do que Bourdieu entende como as *estruturas do mercado lingüístico*. De acordo com Bakhtin⁴⁵ (apud TODOROV, 1988, p.41), esse contexto estaria relacionado às partes “não-verbais” do enunciado:

In no instance is the extraverbal situation only an external cause of the utterance; it does not work from the outside like a mechanical force. On the contrary, the situation enters into the utterance as a necessary constitutive element of its semantic structure.

O contexto é definido então, pela consideração de três elementos, três relações estabelecidas pelo enunciado. Nas palavras de Todorov (1988, p. 51)

What comprises then the context of the enunciation? From the outset, three factors are indicated that permit the differentiation of an utterance from a sentence: in distinction to the latter, the utterance has a relation to a speaker, and to an object, and it enters into a dialogue with previously produced utterances.

Acreditamos, assim, que é possível utilizar “o potencial analítico dos conceitos e da metodologia de Bakhtin” (STAM, 1992, p.9) a serviço de uma *sociologia da linguagem*. Tal procedimento nos parece significativamente distinto daqueles que, através do recurso ao instrumental das ciências da linguagem (seja a lingüística, a hermenêutica ou a semiologia), reduzem o estudo das relações sociais à análise de um “ato de comunicação que, como a fala saussuriana, está destinado a ser decifrado mediante uma cifra ou um código, uma língua ou uma cultura” (BOURDIEU, 1996a, p.23).

É preciso lembrar, como faz Bourdieu, que, uma vez que não desconsideremos que as relações estabelecidas pela linguagem são também relações de poder simbólico, “é legítimo tratar as relações sociais – e as próprias relações de dominação – como interações simbólicas”⁴⁶ (BOURDIEU, 1996a, p. 23). Como lembra Costa (1992, p.32), “todos os

⁴⁴ Trata-se, para Bourdieu (1996, p.30), da “constituição do mercado onde se estabelece e se impõe (...) [a] definição do legítimo e do ilegítimo”.

⁴⁵ “Discourse in Life and Discourse in Poetry” in Writings of the Circle of Bakhtin Minneapolis: University of Minnesota Press, s/d.

⁴⁶ No interior do esquema conceitual por nós utilizado, o entendimento das “trocas lingüísticas” como relações de poder simbólico pode lançar luz a uma série de outras questões. Tal seria o caso, por exemplo, da

predicados ou elementos constituintes do sujeito dependem da linguagem para afirmar suas características subjetivas”. Da mesma forma, Todorov (1988, p. 43) argumenta que

there is no experience outside its embodiment in signs (...). It is not experience that organizes expression, but, to the contrary, expression that organizes experience, that, for the first time, gives it form and determines its direction.

A constituição dos grupos sociais, da unidade realizada e manifesta por uma identidade comum, entendida enquanto “*action proprement politique*”, só é possível “*parce que les agents, qui font partie du monde social, ont une connaissance (...) de ce monde et que l’on peut agir sur le monde social en agissant sur leur connaissance de ce monde*” (BOURDIEU, 1981, p. 69). Essa ação sobre o conhecimento do mundo passa necessariamente pelo discurso enquanto instrumento de representação desse mundo social e desse sujeito que nele pretende agir. Na perspectiva que se oferece a partir da consideração desses elementos tomados dos estudos de Bakhtin, a linguagem não é algo dado, uma mera coleção de nomes que designam os objetos existentes no mundo. É também um objeto de luta, *locus* de conflitos. A construção de significações que pretendem contestar a *doxa*, o senso-comum, exige uma apropriação criativa e contestadora do “universo das técnicas de ação e de expressão que o jogo político oferece em dado momento” (BOURDIEU, 1998b, p. 165). É por esse movimento que se constitui o conjunto de elementos responsáveis por uma

investigação referente às relações de poder e autoridade existentes entre a liderança e a base dos movimentos sociais. Os limites e objetivos desse trabalho não permitem um maior aprofundamento desse ponto, mas a formulação de algumas indagações permite um esclarecimento do argumento. Essas indagações nos parecem também servir como ponto de partida para investigações ulteriores. Considerando o nosso objeto de estudo, essa questão poderia ser pensada a partir das formas através das quais os militantes, em especial no contexto de sua participação em cursos de formação, entram em contato com a “linguagem autorizada” para a veiculação do discurso dos atingidos. Essa linguagem que se manifesta nas cartilhas e panfletos, está ela aberta o suficiente para incorporar novas “formas de falar”, novos vocabulários, novas linguagens, novas posições de sujeito, oriundos das experiências e formas de vida e de luta de militantes cujas histórias e culturas são as mais variadas e diversas? É natural que no interior de um movimento social as circunstâncias da luta e organização exijam uma certa padronização da linguagem, manifesta no que denominamos acima de “linguagem autorizada”, e que será tratada de forma detalhada no capítulo 3. Afinal de contas, é essa linguagem autorizada no interior do movimento o objeto de nossa análise. É preciso perguntar, porém, sobre as condições responsáveis pela sua produção e pelas relações (que são, em última instância, relações de poder) entre os diversos grupos no processo de sua constituição. De que forma a nítida hegemonia exercida no interior do Movimento dos Atingidos por Barragens pelos grupos oriundos do sul do país se manifesta na linguagem e no discurso dos atingidos? Podemos destacar no interior desse movimento a existência de um monopólio ou oligopólio da produção dos “instrumentos de percepção e expressão do mundo social (...), [dos] princípios de di-visão” (BOURDIEU, 1998b, p. 165), do que “define o universo do que pode ser dito e pensado politicamente, por oposição ao que é relegado para o indizível e o impensável”? (BOURDIEU, 1998b, p.170)? Cabe perguntar pelas condições que tornaram possível a determinados grupos exercerem a “força ilocucionária” do discurso de que fala Bourdieu (1996b, p. 63), força que permite aos “porta-vozes” do grupo, os “portadores do cetro”, o exercício da “magia” dos enunciados performativos. É a eficácia simbólica oriunda da autoridade que lhes é concedida por essa posição (e que não pode, de acordo com Bourdieu, ser explicada pelos aspectos lingüísticos de seu discurso) o que permite a realização desse “efeito construtivo do discurso” (FAIRCLOUGH, 2001, p.91) – a constituição da identidade de atingido através da apreensão das categorias de percepção do mundo social fornecidas pela linguagem legítima do movimento – que nos dedicamos a analisar.

determinada *maneira de falar*, que é simultaneamente expressão e meio de constituição de uma identidade social. No próximo item, apresentaremos alguns conceitos, inspirados pela perspectiva bakhtiana, que nos parecem permitir apreender a especificidade e a natureza de uma *maneira de falar* particular, correspondente à linguagem do Movimento dos Atingidos por Barragens.

3.2 Plurilingüismo e posições de sujeito discursivo.

O único local onde a língua é única, para Bakhtin, é na gramática: ela se encontra aí presente enquanto sistema abstrato de regras lógicas e formas normativas, na pureza da *langue* estudada por Saussure e seus seguidores. Uma vez considerada na diversidade de seus usos concretos, o que se percebe é a existência de *estratificações* e *diferenciações* que fazem Bakhtin se perguntar se é de fato pertinente utilizar o termo “linguagem” no singular.

A vida social viva e a evolução histórica criam, nos limites de uma língua nacional abstratamente única, uma pluralidade de mundos concretos, de perspectivas literárias, ideológicas e sociais, fechadas; os elementos abstratos da língua, idênticos entre si, carregam-se de diferentes conteúdos semânticos e axiológicos, ressoando de diversas maneiras no interior destas diferentes perspectivas (BAKHTIN, 1988, p. 96).

O movimento de diferenciação e estratificação de uma língua em diversas linguagens particulares se encontra vinculado através de formas complexas – “ora coincidindo, ora divergindo” (BAKHTIN, 1988, p. 96) – a uma série de “estratificações sociais”: gênero, camadas etárias, profissões, classes sociais, correntes, escolas, círculos. O espaço contribui também para essa estratificação, na medida em que define situações e usos particulares, e até o tempo atua nesse sentido⁴⁷. É esse movimento o que caracteriza o que Bakhtin chama de *plurilinguismo*⁴⁸. É preciso ressaltar, antes de mais nada, a diversidade na natureza dos “princípios de seleção e constituição” (BAKHTIN, 1998, p. 98) definidores de cada uma dessas linguagens⁴⁹. Para além da heterogeneidade desses princípios, existe um “plano comum” que permite o igualamento analítico de todas elas⁵⁰:

Todas as linguagens do plurilingüismo, qualquer que seja o princípio básico de seu isolamento, são pontos de vista específicos sobre o mundo, formas de sua interpretação verbal, perspectivas específicas objetais, semânticas e axiológicas (BAKHTIN, 1988, p. 98).

⁴⁷ “O dia sócio-ideológico e político de ‘ontem’ e o de hoje não tem a mesma linguagem comum; cada dia tem a sua conjuntura sócio-ideológica e semântica, seu vocabulário, seu sistema de acentos, seu *slogan*, seus insultos e suas lisonjas” (BAKHTIN, 1988, p. 98).

⁴⁸ Quando Arfuch (2002) se refere a *heteroglosia*, está utilizando um termo diferente para designar o que chamamos aqui de *plurilinguismo*. A *polifonia* diz respeito, para Bakhtin, à presença de diversas vozes diferentes no interior de um texto, a partir de várias linguagens (caso em que ocorre então, também, o *plurilinguismo*) ou de uma só (correspondente ao que Bakhtin chama de *monolinguismo*).

⁴⁹ “Em alguns casos trata-se de um princípio funcional, em outros é de um conteúdo temático e em um terceiro é particularmente sócio-dialetoalógico. Por conseguinte, as linguagens não se excluem umas das outras, mas se interceptam de diferentes maneiras (a linguagem dos ucranianos, a linguagem do poema épico, a linguagem do início do simbolismo, a linguagem do estudante, a linguagem das crianças, a linguagem do intelectual médio, a linguagem do nietzschiano, etc.)” (BAKHTIN, 1988, p. 98).

⁵⁰ Não se pode perder de vista, com isso, que o processo de “saturação estratificante” varia de intensidade para cada linguagem particular considerada. Assim, haverá aquelas que, em razão da amplitude do meio social por elas abarcado, assim como pela intensidade e persistência de suas marcas particulares, se constituirão em verdadeiros “dialetos sociais”. Outras se diluirão e desaparecerão com mais facilidade (BAKHTIN, 1988, p.100).

É preciso ressaltar que não entendemos essa *interpretação* do mundo de uma forma estrita. Interpretar não é apenas representar (ou, no limite, “re-significar”) objetos dados no mundo, mas é o trabalho complexo e ativo de construção desses objetos, e, por conseguinte, de “construção do mundo”. Como afirma Foucault (1986, p. 56, grifos nossos), é necessário considerar os discursos não mais “como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como *práticas* que formam sistematicamente os objetos de que falam”.

Essa interpretação “construtora do mundo” não se realiza, na prática, restrita pela perspectiva oferecida por *uma* dessas linguagens. Essas linguagens se interpenetram, se apóiam e se opõem umas às outras: os “ ‘falares’ do plurilingüismo entrecruzam-se de maneira multiforme, formando novos ‘falares’ socialmente típicos” (FOUCAULT, 1986, p.98). Esse é um ponto de importância significativa no contexto desse trabalho, uma vez que um dos fenômenos que buscaremos analisar diz respeito às implicações do entrecruzamento “plurilingüístico” existente no discurso do Movimento dos Atingidos por Barragens *sobre* a constituição da identidade de atingido.

O entendimento do discurso dos atingidos como um desses “falares socialmente típicos” mencionados por Bakhtin coloca a questão das formas através das quais foi possível a sua *constituição*. Também a esse respeito a idéia de plurilingüismo formulada por Bakhtin oferece algumas pistas. Em alguma medida, é possível, a partir daí, contornar o “efeito Munchhausen” de que fala Pechêux (1996, p. 151), ou seja, “postula[r]o sujeito do discurso como a origem do sujeito do discurso”. E isso porque, com essa perspectiva, os sujeitos não aparecem recolhendo em uma língua “neutra e impessoal” (BAKHTIN, 1988, p. 99) as palavras de que necessitam e, dessa forma, “aceitando como evidente o sentido daquilo que ouvem e dizem, lêem e escrevem” (PECHÊUX, 1996, p. 151). Pois, conforme mostra Bakhtin (1988, p. 100), “até o momento em que foi apropriado, o discurso (...) está nos lábios de outrem, nos contextos de outrem e a serviço das intenções de outrem: e é lá que é preciso que ele seja isolado e feito próprio”.

Tal visão remete às afirmações de Orlandi (2000, p.31) a respeito da relação entre discurso e memória, essa última entendida aqui como interdiscurso, ou seja, como “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente”, ou “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra, (...) [o que] disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”.

Quando mencionamos, na seção anterior, a existência de uma relação de alteridade “interna” a toda identidade, tínhamos em vista justamente esses processos de apropriação dos “discursos de outrem” de que fala Bakhtin. É preciso, como havíamos afirmado acima, lembrar a crítica de Bourdieu (1996a) àquelas teorias que postulam o “comunismo lingüístico”. Afinal de contas, “a linguagem não é um meio neutro que se torne fácil e livremente a propriedade intencional do falante, ela está povoada ou superpovoada de intenções de outrem” (BAKHTIN, 1998, p.100). Assim, a constituição de um discurso envolve uma assimilação criativa que transforma a “palavra do outro” em palavra própria⁵¹:

Nossa fala, isto é, nossos enunciados (...) estão repletos de palavras dos outros, caracterizadas, em graus variáveis, pela alteridade ou pela assimilação, caracterizadas, também em graus variáveis, por um emprego consciente e decalcado. As palavras dos outros introduzem sua própria expressividade, seu tom valorativo, que assimilamos, reestruturamos, modificamos (BAKHTIN, 1992, p. 314).

Brandão (s/d, p.53) evoca essas “outras palavras”, “outros discursos” – “fios dialógicos vivos (...) constitutivos do tecido de todo discurso” (BAKHTIN, 1979, p.100) – para afirmar que “o discurso se tece polifonicamente, num jogo de várias vozes cruzadas, complementares, concorrentes, contraditórias”. Uma vez assumida essa perspectiva, é preciso reconhecer que aquilo que é dito não se origina da consciência de um sujeito do discurso que, senhor de suas palavras, é a “fonte soberana e única do sentido” (BRANDÃO, s/d, p.50). Na medida em que o sujeito fala, “na sua fala outras vozes também falam”, sendo esse, portanto, “um sujeito que divide o espaço discursivo com o outro” (BRANDÃO, s/d, p.49).

A construção de um instrumental analítico que seja capaz de apreender essa dimensão plurilingüística no interior de um discurso particular nos encaminhou na direção das formulações propostas por Foucault (1986) em sua *Arqueologia do Saber*. Pretendemos, aqui, destacar algumas das convergências que identificamos entre o que propõe esse autor e Bakhtin. Em primeiro lugar, Foucault (1986, p. 31, grifos nossos) contrapõe, como Bakhtin, a tarefa que se propõe (uma “análise dos enunciados” ou dos “acontecimentos do discurso⁵²”) a uma análise da língua:

⁵¹ A *palavra*, aqui, é entendida como “uma espécie de representante do enunciado do outro em seu todo” (BAKHTIN, 1992, p. 314). Cabe destacar que esse “outro” pode ser o próprio eu considerado em um contexto distinto.

⁵² A utilização dos termos “discurso” e “enunciado” por Bakhtin não nos parece ser marcada por nenhuma distinção conceitual mais rigorosa. Nos capítulos de seu livro de que nos servimos, Foucault (1986, p. 35) destaca, igualmente, uma “utilização grosseira [desses] termos”, onde “enunciado”, “acontecimento discursivo” e “discurso” são utilizados de forma intercambiável. Passamos a utilizar esses termos, daqui por diante, de uma maneira um tanto quanto simplificada, mas que pretende evitar confusões conceituais ou que enveredemos por discussões que fogem aos objetivos e limites desse trabalho: o *enunciado* diz respeito à menor unidade de análise, respeitadas as características que lhe são atribuídas por Bakhtin, e o *discurso* ao conjunto dos

Eis a questão que a análise da língua coloca a propósito de qualquer fato de discurso: segundo que regras um enunciado foi construído e, conseqüentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos? A descrição de acontecimentos do discurso coloca uma questão bem diferente: *como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?*.

Em segundo lugar, faz-se necessário destacar as especificidades dessas unidades de análise, os enunciados. Por um lado, é preciso levar em conta a consideração de um *contexto*, ou seja, “compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação” (FOUCAULT, 1986, p. 31), destacando o seu caráter único de *acontecimento*, sua “irredutível emergência” (FOUCAULT, 1986, p. 32). Por outro, é preciso estabelecer (mais do que meramente *identificar*) um conjunto de relações que torne possível uma “interpretação dos fatos enunciativos” (FOUCAULT, 1986, p. 33). Para Foucault (1986, p. 112), “um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados”. Essa “interpretação dos fatos enunciativos” consiste, então, em considerar, para um enunciado, suas correlações com outros enunciados: “a análise de sua coexistência, de sua sucessão, de seu funcionamento mútuo, de sua determinação recíproca, de sua transformação independente ou correlativa” (FOUCAULT, 1986, p. 33).

Essas formulações nos fornecem elementos para pensar um discurso como o dos atingidos por barragens de uma forma particular, onde são colocadas em evidência as relações existentes entre aqueles enunciados que o compõem e *outros enunciados*, “externos” a esse discurso. Afinal de contas, o discurso é, para Foucault (1986, p. 62), “um espaço de exterioridade”.

Os enunciados constituintes de um discurso podem ser agrupados em determinados sub-conjuntos, “modalidades de enunciação” (FOUCAULT, 1986, p. 61). Pode-se considerar o discurso, desse modo, a partir do conjunto das relações entre os diversos enunciados ou, no que nos interessa mais, como o conjunto de relações entre essas “modalidades de enunciação”. Entendido dessa forma, o discurso aparece como algo que é simultaneamente *heterogêneo* (na medida em que é composto por diversos planos descontínuos de onde se fala) e *uno* (já que esses planos estão ligados por um “sistema de relações”). É a partir dessa descontinuidade dos planos de onde se fala que se pode identificar as diversas *posições de sujeito* no interior de um discurso, posições essas que correspondem àquelas “diversas modalidades de enunciação”. Nesse trabalho, a definição dessas

enunciados. É preciso levar em consideração, no uso de ambos os termos, que tanto o enunciado quanto o discurso *não podem* ser entendidos como dissociados da orientação para o outro, ou seja, tem que ser pensados no interior de relações dialógicas.

“modalidades de enunciação” será realizada a partir da distinção das *linguagens* de que fala Bakhtin, linguagens essas entendidas – repetamos aqui o que já havia sido dito anteriormente – como “pontos de vista específicos sobre o mundo, formas de sua interpretação verbal, perspectivas específicas objetais, semânticas e axiológicas” (BAKHTIN, 1988, p. 98). Se de fato existe essa descontinuidade dos planos de onde se fala, esses planos se encontram, no entanto, ligados entre si, garantindo assim o caráter de unidade necessário a todo discurso. O que permite essa ligação, para Foucault (1986, p 61), não é, no entanto, “a atividade sintética de uma consciência idêntica a si, muda e anterior a cada palavra”, mas um “sistema de relações” estabelecido “pela especificidade de uma prática discursiva”.

Renunciaremos, pois, a ver no discurso um fenômeno de expressão – a tradução verbal de uma síntese realizada em algum outro lugar; nele buscaremos antes um campo de regularidade para diversas posições de subjetividade (...) O discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo (FOUCAULT, 1986, p. 61-62).

É preciso destacar que, com esse tipo de afirmação, não estamos subtraindo à fala do Movimento dos Atingidos por Barragens sua originalidade e especificidade, ou seja, sugerindo que seu discurso é uma mera repetição do que foi dito em outras situações, em outros lugares. Em primeiro lugar, porque há que se considerar a questão da *articulação* entre as diversas posições. A totalidade criada por esse “sistema de relações” e que se apresenta sob a unidade do discurso equivale a muito mais do que a soma das vozes ou posições de sujeito que a constitui. Em segundo lugar, esse “sujeito que (...) interage com outros discursos de que se apossa ou diante dos quais se posiciona (ou é posicionado) para construir sua fala” (BRANDÃO, s/d, p. 54)” efetua aquele trabalho de assimilação de que fala Bakhtin, ou seja, a apropriação *criativa* da “palavra alheia”, o que permite transformá-la em “palavra própria”. As formas de argumentação, o vocabulário, os conceitos, as interpelações promovidas por um discurso, mesmo que tomadas ou apropriadas de um “exterior”, promovem a criação de *outros* sentidos na medida em que são veiculadas por um outro sujeito. Esse outro sujeito se encontra inserido em relações particulares, próprias; acima de tudo, se encontra ligado a um *diálogo social* específico. E, como lembra Bakhtin, a consideração da especificidade desse diálogo é importante na medida em que se faz necessário considerar o papel ativo desempenhado pelo destinatário na constituição do enunciado.

CAPÍTULO 4: ANÁLISE DO DISCURSO PEDAGÓGICO DO MAB

Nesse capítulo, realizaremos dois tipos distintos de análise. Em ambas, o foco central reside na problemática das identidades. Essa problemática é considerada, porém, a partir de questões distintas.

Na primeira seção, buscamos investigar a forma através da qual se manifesta, no interior do conjunto do material presente nas etapas do curso de formação, a questão da diversidade interna. Como são tratadas outras identidades, preexistentes à de atingido, na sua especificidade ou na relação com aquela última? Restringimos nossos comentários às identidades vinculadas a três grupos: negros, indígenas e mulheres. Naturalmente, não são apenas essas as identidades preexistentes que se encontram nos grupos que o MAB pretende representar. Essas últimas nos parecem, no entanto, assumir uma significação especial no contexto que estamos trabalhando. Os desdobramentos dessa análise serão considerados com maiores detalhes na conclusão.

Na segunda seção, o objeto da análise se restringe àquilo que definimos como o *discurso pedagógico do MAB*. Para apreender o caráter e as especificidades desse discurso, tomamos em consideração apenas aqueles documentos produzidos *pelo movimento*⁵³. Aí, retomamos o instrumental teórico-metodológico apresentado no capítulo anterior para analisar esse discurso a partir das posições de sujeito discursivo. É esse exercício que responde pela maior parte desse capítulo.

⁵³ No anexo I apresentamos uma descrição do conjunto do material analisado, seja ele originário de fontes “externas” aos movimentos (mediadores, assessores, outros movimentos), seja ele produzido pelo próprio movimento.

Seção 1

4.1 A questão da diversidade interna

A análise do conjunto do material distribuído nos cursos permite detectar algumas breves referências aos povos indígenas e aos remanescentes de quilombos (os “quilombolas”). Como afirmamos anteriormente, representantes desses grupos que foram atingidos por barragens têm participado da luta do movimento, inclusive através da participação nos cursos de formação⁵⁴. A questão que se coloca aqui diz respeito à relação entre uma identidade que se pretende construir – a de *atingido* – e identidades preexistentes. Ou então, colocando essa questão de uma outra forma, podemos nos perguntar sobre as formas através das quais o projeto de construção de uma identidade de atingido pelo MAB incorpora e lida com a diversidade no interior dessa identidade.

Tomemos como referência, inicialmente, os grupos acima designados. O seu caso é ilustrativo por se referir a grupos objetivamente constituídos (BOURDIEU, 1994), reconhecendo-se e lutando por se fazer reconhecer pelas identidades de “apinajé” e “quilombola”. Além disso, tais identidades, como a de atingido, estão marcadas pelos signos da opressão (sofrida), e da resistência (necessária à sobrevivência social desses grupos), sendo acionadas estrategicamente no contexto de lutas contra a expropriação e em defesa de formas de vida tradicionais.

Incluído no material distribuído no curso de Porto Nacional, encontra-se o conjunto das Deliberações do IV Congresso Nacional do MAB, realizado em Belo Horizonte entre 15 e 18 de novembro de 1999. Em um primeiro momento, o documento afirma que

O MAB deve se empenhar junto com os demais Movimentos Sociais em construir um Projeto Popular para o Brasil e para isto (...) articula-se com os demais Movimentos, em especial o Movimento Sem-Terra, o Movimento dos Pequenos Agricultores, o Movimento Sindical, o Movimento das Mulheres, Povos Indígenas, Remanescentes de Quilombos e Pastorais Sindicais (MAB, 2001e).

⁵⁴ Nas etapas de que participei, havia sempre ao menos 4 atingidos do Vale do Ribeira, todos eles quilombolas e integrantes da Associação Quilombo Ivaporanduva. Na etapa de Porto Nacional, havia 3 indígenas Apinajé atingidos pela barragem de Serra Quebrada (TO), dos quais apenas um – cacique da tribo – era capaz de falar português, ainda assim precariamente; além deles, dois outros indígenas, também Apinajé, mas já significativamente aculturados, participaram não apenas dessa etapa como também daquelas de Correntina e Palmitos.

Mais à frente, lista entre aquelas que são chamadas de “nossas lutas” a importância de “lutar pela demarcação de terras indígenas e pelo reconhecimento e titulação das terras de Quilombos” (MAB, 2001e).

Temos aí um dos poucos exemplos em que é feita a menção à questão de indígenas e quilombolas. Em ambos os casos, porém, inexistem referências aos indígenas e quilombolas como grupos constituintes de uma diversidade que seria *interna* aos atingidos. No primeiro caso, aqueles são mencionados pela sua inserção em movimentos aliados, como fica bastante claro na citação. A questão dos indígenas e dos quilombolas diz respeito aos “demais movimentos sociais”, e não diretamente ao MAB. É o que se comprova também na segunda citação, quando nos detemos para analisar mais de perto quem é esse “nós” a que se refere a “nossa luta”. Examinando os outros pontos que constituem essa “nossa luta”⁵⁵, fica claro que esse “nós” diz respeito ao conjunto daqueles movimentos citados anteriormente, e que congrega os que lutam para “construir um Projeto Popular para o Brasil”. Não se trata aí, portanto, de “nós, os atingidos”.

Do conjunto dos documentos produzidos pelo MAB e distribuídos no curso, apenas aí (MAB, 2001e) encontramos uma referência aos quilombolas e indígenas. Na apostila produzida pelo Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais utilizada para a discussão de gênero (logo abaixo entraremos em maiores detalhes sobre essa questão), estão presentes três breves menções às questões étnicas e raciais. Ao final de uma discussão a respeito da “discriminação contra a mulher” e da “violência de classe”, o texto menciona que também a “supremacia dos brancos sobre os negros” pode ser explicada pelos fenômenos da ideologia, repressão e hegemonia (MAB, 2002g). Mais à frente, ao postular uma transformação das relações de gênero e classe, o texto afirma a necessidade de uma mudança também nas “relações de raça”. Por fim, na contracapa da última página a apostila inclui a Declaração do México, documento resultante da II Assembléia Latino-Americana de Mulheres do Campo, onde é mencionada a solidariedade “com as lutas nesse momento levam as irmãs indígenas, negras e do campo, nos distintos países do continente, em defesa dos seus direitos, da terra e da vida”⁵⁶ (MAB, 2002g). Outra referência a esse ponto pode ser

⁵⁵ Por exemplo, “participar e reforçar a luta dos trabalhadores e trabalhadoras sem terra pela Reforma Agrária, rejeitando todas as manobras do governo como por exemplo o Banco da Terra”. Ou então “participar ativamente: a) do plebiscito sobre a Dívida Externa (...); do Grito dos Excluídos (...); do Grito da Terra (...); da Semana do Meio Ambiente” (MAB, 2001e).

⁵⁶ A II Assembléia Latino-Americana de Mulheres do Campo ocorreu na Cidade do México em 7 de agosto de 2001, vinculada à realização do III Congresso da Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC). A CLOC é uma organização que reúne 27 movimentos camponeses de 15 países da América-Latina,

encontrada na apostila que discute a crise do setor energético, onde o MAB é apresentado como um movimento que “visa reunir, esclarecer e organizar os atingidos direta e indiretamente pelas barragens, construídas ou projetadas, para defesa de seus direitos, sem considerar fronteiras de países, cor, sexo, religião ou opção político-partidária” (MAB, 2001h). Em um dos documentos utilizado pelo assessor da CEPIS⁵⁷ nas suas apresentações, a discussão sobre as formas de luta abre espaço para que se mencione que “a luta se expressa em todas as dimensões da pessoa: econômica, política, social, cultural, religiosa, étnica, sexual, ecológica, etária, etc.” (MAB, 2001q).

A própria dinâmica dos cursos, conforme a elaboração do seus responsáveis, não reservava um espaço específico para que fossem trabalhadas as diferenças étnicas e raciais. Se elas eram colocadas em questão, era pela iniciativa por parte dos indígenas e quilombolas, que se aproveitavam de oportunidades surgidas ocasionalmente (como aqueles momentos de “microfone aberto”) ou se apropriavam de espaços pensados para outros fins. Tomemos, para ilustrar esse ponto, novamente o curso de Tocantins, aquele de que dispomos de notas de campo mais detalhadas.

Como afirmarmos anteriormente, durante essa ocasião a música era executada, principalmente, pelos atingidos do Vale do Ribeira, descendentes de quilombolas. No seu repertório, a temática do negro se fazia invariavelmente presente, e deu origem àquele que poderia ser descrito como o grande “hit” do encontro, ou seja, a música que por repetidas vezes era requisitada e que era cantada por boa parte dos participantes. Não por acaso, foi também executada na noite da festa. A letra era composta por apenas 4 versos, até hoje frescos na minha memória:

Ê ê ê zumbi
Vem gangar meu rei
Você não morreu

dentre eles o MST, o MAB e o MMTR. Em um trabalho anterior (GUEDES 2005), busquei examinar como a questão da diversidade era trabalhada pelos discursos de alguns movimentos sociais, entre eles o MAB e a CLOC. Algumas das conclusões referentes ao MAB serão retomadas e apresentadas mais adiante, mas desde já adianto que nesse trabalho destaco a ausência de qualquer referência a um “nós” que designasse os grupos sociais heterogêneos e diversos que compõem esse movimento. No discurso da CLOC o que se verificava era justamente o contrário. Se levarmos em consideração a natureza dessa organização, que inclui movimentos cujas identidades são construídas a partir dos mais diversos recortes (e onde se destacam alguns movimentos indígenas), essa constatação nada tem de surpreendente. Tentaremos postular algumas explicações para a “homogeneização” do nós discursivo característica do MAB mais adiante.

⁵⁷ O CEPIS (Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae) é um centro de formação e assessoria pedagógica aos movimentos sociais formado na cidade de São Paulo em 1978, tendo um papel de destaque como centro de articulação e ponto de encontro de movimentos populares de resistência à ditadura militar. Atualmente atua junto a esses movimentos oferecendo cursos e seminários e através da publicações na área de Educação Popular. O mais notório participante dessa organização foi Frei Betto.

Você está em mim

Não fui capaz de descobrir o significado do termo “gangar⁵⁸”, mas ainda assim esse poucos versos são significativos da importância assumida por essa figura – Zumbi dos Palmares – para os quilombolas. Naquela situação, a execução dessa música tinha um claro sentido agonístico. O Zumbi aí referido, aquele que se encontra vivo no interior dos que o evocam – e aí esse termo pode ser pensado a partir de duas de suas significações: trazer à lembrança e/ou chamar uma alma ou demônio de outro mundo – é o Zumbi construído como um modelo de sujeito do enfrentamento e da resistência, como “exemplo de pessoa”, guerreiro, bravo, tenaz. É no contexto das batalhas contra a opressão e a expropriação que se traça uma linha de continuidade que atravessa mais de três séculos e que identifica a luta simbolizada por Zumbi à luta dos quilombolas atingidos por barragens⁵⁹.

Um segundo exemplo diz respeito aos Apinagé presentes no curso. Ao término de uma das atividades, numa conversa informal entre alguns participantes, um Apinagé, já significativamente aculturado, pergunta se eles teriam interesse em saber como se diz o lema do MAB (“Águas para a vida, e não para a morte!”) em sua língua natal. A resposta é, naturalmente, afirmativa. O indígena escreve então num pedaço de cartolina o que seria a transcrição para o nosso alfabeto da expressão original:

YY NHANDERÉRA NHANDEJUKÁ ĀWĀ Y

Por alguns minutos, ele se delicia com a dificuldade dos presentes em pronunciar aqueles fonemas. No dia seguinte, todos os participantes do curso reunidos no local das reuniões, aproveita a primeira oportunidade para tomar a palavra e se propõe a ensinar para eles o que já havia ensinado para um pequeno grupo no dia anterior.

Se as questões étnicas e raciais não são objeto de maiores preocupações – como comprovam as referências acima mencionadas, sempre *en passant* – o mesmo não se pode dizer da questão de gênero. A presença da apostila do MMTR (Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais) (“Gênero, Classe e Projeto Popular. Compreender mais para lutar melhor”) já o comprova. Durante o curso de Palmitos, dois dias foram reservados para a

⁵⁸ A despeito de meu entusiasmo particular por essa música, inexplicavelmente não perguntei a nenhum daqueles que a conheciam o significado desse termo.

⁵⁹ É justamente pela referência a Zumbi que surge na programação “oficial” dos três cursos o único espaço para uma atividade diretamente relacionada à questão negra: uma das brigadas recebeu o seu nome, e a incumbência de apresentar uma mística relacionada à vida dessa figura.

discussão dessa questão⁶⁰. Além disso, dentre as 6 deliberações presentes no documento surgido do IV Congresso Nacional do MAB, uma delas diz respeito diretamente a essa questão: “O MAB incorpora em todas as suas atividades o compromisso com a discussão de Gênero (sic), conforme documento ‘Relações de Gênero’ aprovado na Oficina que precedeu este IV Congresso” (MAB, 2001e).

Não nos parece ser necessário entrar em maiores detalhes sobre a forma como essa questão de gênero é trabalhada, já que o nosso foco aqui é outro: investigar a consideração da diversidade na identidade de atingido postulada por esses documentos.

Resta destacar, nesse sentido, a manifesta preocupação em considerar a totalidade do grupo visado levando em conta a divisão aí existente entre “atingidos” e “atingidas”. Assim, em MAB (2002f, grifos nossos), afirma-se que “todo *lutador* e *lutadora* deve ter a obrigação de ser exemplo de pessoa”. Em MAB (2002e, grifos nossos), argumenta-se que “há muitas formas de cooperação porque todas as tarefas são divididas entre *companheiros(as)*”. O mesmo se verifica nos documentos produzidos por assessores e movimentos aliados e que também foram utilizados no curso. Nos documentos da CEPIS, fala-se na necessidade de “pregar uma sociedade de homens e mulheres novas” (MAB, 2001q); na cartilha da Consulta Popular, os leitores são interpelados como “os lutadores e lutadoras do povo”; nessas duas últimas, assim como na cartilha que discute a crise de energia elétrica (MAB, 2001h), repete-se por diversas vezes o formato “companheiro (a)”.

As formas semelhantes através das quais é apresentada a classificação por gênero sugere que o MAB procura incorporar, em seu discurso pedagógico, uma postura que, dentre os seus aliados, é significativamente difundida. Como procuraremos mostrar mais à frente, a influência do MST é particularmente relevante nesse sentido.

⁶⁰ No que se refere à relação entre homens e mulheres, não há como deixar de marcar o contraste entre o que postula o discurso e a postura concreta dos participantes do curso, lideranças ou não. Isso se tornou especialmente evidente durante os dois dias, no curso de Correntina, em que a questão de gênero foi debatida. A responsável pela apresentação, uma assessora do MMTR, precisou de pulso forte e de alguma paciência para convencer ao público majoritariamente masculino de que aquela era uma “questão séria”. Ainda assim, teve que usar bastante tato para lidar com as piadas que apareceram ao longo de praticamente toda a discussão.

Seção II

4.2 Plurilingüismo e posições de sujeito discursivo no discurso pedagógico do MAB

Como afirmamos anteriormente, é a partir do conjunto de textos produzidos pelo próprio MAB que levamos em consideração a existência do que chamamos de *discurso pedagógico do MAB*. E se estamos trabalhando com a idéia de “plurilingüismo” tomada de Bakhtin, é porque identificamos nesse discurso (assim como nos discursos do MAB não necessariamente pedagógicos) a existência de uma pluralidade de linguagens, de pontos de vista sobre o mundo, de “perspectivas objetais, axiológicas e semânticas” (BAKHTIN, 1992) que nos permitem denominá-lo um discurso “plurilingüístico”. Esse plurilingüismo vai se manifestar, na nossa análise, a partir da exposição de “posições de sujeito discursivo” que correspondem, cada uma delas, a uma dessas linguagens do plurilingüismo. São essas posições de sujeito o que apresentamos a seguir.

4.2.1 Posição de sujeito discursivo crítico

Uma primeira posição, um primeiro sujeito discursivo poderia ser denominado um “sujeito crítico”. Tratar-se-ia, aqui, de um sujeito que se coloca na posição daquele que encara a realidade social como algo a ser questionado, problematizado, realidade que não é transparente e cuja opacidade somente pode ser trespassada por um *olhar crítico*. E estaria aí, justamente, nessa disposição particular do “instrumento de olhar”, o cerne da especificidade desse sujeito. Herdeiro do Iluminismo, figura da modernidade, esse sujeito que se põe a olhar criticamente acredita na eficácia e efetividade da razão como mediação privilegiada no processo de produção de uma verdade. O objeto construído por esse olhar racional é uma sociedade de classes, onde os processos de exploração, dominação e expropriação dos fracos pelos fortes são escamoteados e negados pelos segundos, que objetivam mascarar deliberadamente essa situação com a intenção de perpetuá-la. Na medida em que são justamente os fortes, as classes dominantes, aqueles que detém o controle dos meios de criação, comunicação e imposição das visões de mundo hegemônicas, através da mídia, do Estado, da sociedade civil, das famílias, impõem-se como verdadeiras e universais essas

representações que reiteram o privilégio e a posições dos dominantes – as representações que são o alvo desse olhar crítico, o que deve ser contestado e desmascarado. Afinal de contas, “é preciso conhecer a realidade” (MAB, 2002f). O que se evoca aqui, nitidamente, é a referência a um certo “senso comum” da teoria marxista da ideologia. Seriam essas idéias, o vocabulário a elas associadas, esse discurso com seu conjunto de dizíveis e de já-ditos, todos eles podendo ser retomados, ditos de novo, assim como o histórico de práticas a ele vinculados (as lutas onde esse discurso se encontrou presente, movimentos sociais, sindicatos, partidos, rebeliões) o que ampara e forma esse determinado sujeito.

No interior dessa posição de sujeito, a alteridade relativa ao atingido se manifesta, especialmente, de duas formas. Em primeiro lugar, pelo posicionamento que deve ser assumido pelo atingido no contexto do embate entre dominantes e dominados (o “povo”). Constitui-se, aí, um *outro* que vai encontrar sua mais perfeita expressão *na mídia*. A citação de uma cartilha da Consulta Popular presente em MAB 2002f⁶¹ evidencia a importância desse ponto:

A maior parte do que vemos, ouvimos, sabemos, gostamos ou sentimos, não nasce de nossa experiência direta de vida. Nasce do que a televisão mostra, do que as rádios dizem. Quem controla as televisões e as rádios faz de tudo para controlar as nossas cabeças. No Brasil apenas seis grandes grupos de empresários e políticos tem (sic) quase todas as estações. Eles decidem o que podemos ver, ouvir e saber, bem como o que devemos gostar e sentir. É um controle silencioso, feito aos poucos, todos os dias. Nem sentimos esse controle das nossas mentes, pois nos acostumamos com ele. As televisões apresentam muita vulgaridade e violência, para rebaixar o nível de nosso povo. Escondem muito do que poderiam fazer (sic) compreender a realidade brasileira.

É no contexto dessa relação antagônica com a mídia e os outros produtores de “ideologias” das classes dominantes que se coloca a necessidade de um tipo de ação que enfrente e contrabalance as representações hegemônicas. Nesse sentido, duas práticas são destacadas: a “formação” e a “propaganda”. Tanto uma como outra são compreendidas não só como procedimentos táticos e/ou estratégicos no interior de uma batalha, mas como processos – que poderíamos qualificar de “subjetivantes” – fundamentais para a constituição do atingido.

No que diz respeito à primeira prática: “entendemos que o papel da formação é: (...) elevar o nível da consciência. Queremos pessoas com consciência revolucionária” (MAB, 2002f). No que diz respeito à segunda: “Outra tarefa importante é fazer a propaganda ou

⁶¹ A presença de uma citação no interior de um documento produzido pelo movimento traz à tona a questão das diversas formas possíveis de se incorporar a “voz do outro”.

divulgação daquilo que realmente é importante aos atingidos. Toda propaganda deve: informar, analisar os acontecimentos (...) [e] combater as idéias das classes dominantes, polemizar com as idéias dos poderosos” (MAB, 2002f). Se a formação tem como alvo basicamente os atingidos, a propaganda se pretende de alcance mais geral. Assim, também no que se refere ao conjunto dos brasileiros, faz-se necessário “abrir os olhos do povo”. Afinal, “o povo precisa se conscientizar de seus problemas e encontrar uma solução” (MAB, 2002f).

A segunda manifestação de alteridade relativa à posição de sujeito crítico se refere aos que “chegam a fazer de sua cabeça um hotel de patrão – lambari com cabeça de tubarão” (MAB, 2001q). Ou seja, àqueles que, mesmo pertencendo aos “dominados”, aos “oprimidos”, à “classe trabalhadora”, incorporam e reproduzem as idéias dos “poderosos” e se recusam a “enxergar a realidade”. É nesse contexto que se coloca a questão da “conscientização” e a importância de “formar e informar o povo” (MAB, 2001g).

4.2.2 Posição de sujeito discursivo de mobilização

Um segundo tipo de posição de sujeito discursivo pode ser associada a um sujeito “de mobilização⁶²”. Trata-se, nesse caso, dessa voz que se faz ouvir por todo o texto incitando, convidando seus leitores/ouvintes a abandonarem o “conformismo” e o “conforto” e a se tornarem “lutadores e lutadoras” (MAB, 2002f):

O inimigo está cada vez mais forte, portanto. Adianta ficar reclamando? Ou ficar esperando? Não participar de nada? Desanimar? Não. Cabe a nós (...) criar forças para fazer o enfrentamento necessário contra aqueles que querem nos excluir. (MAB, 2002f).

O tom agonístico presente nessa voz com frequência coincide com aquele presente em discursos bélicos, com a consideração de “estratégias”, a construção de um cenário do confronto onde existem aliados e adversários, a organização e a mobilização das “tropas” segundo os objetivos das batalhas. A mobilização tem um objetivo claro: a luta. Se o que se

⁶² Podendo designar essa posição de sujeito a partir de outros qualificativos (por exemplo, como um sujeito “combativo” ou “luta”), escolhemos essa designação pela pluralidade de sentidos que, a ela vinculada, nos parecem bastante pertinentes para dar conta do que queremos mostrar. O termo “mobilização” em primeiro lugar, se encontra presente na fala dos atingidos para se referir às ações coletivas como passeatas, manifestações, protestos e ocupações. Outros sentidos a ele associados, no entanto, contribuem para a pluralidade a que nos referimos e que gostaríamos de enfatizar: por um lado, há aí um evidente conteúdo bélico, o que é comprovado por um dos significados que lhe é atribuído pelo dicionário Aurélio (“conjunto de medidas governamentais e militares destinadas à defesa de um país ou à preparação dele para determinada ação militar”); por outro, o verbo “mobilizar” significa, dentre outras coisas, “movimentar”, “pôr em movimento”, “tirar da inércia”, que é justamente o que se pretende fazer quando, no interior dessa posição de sujeito, são incitados a surgirem os “lutadores e lutadoras”. Ao longo do texto retornaremos a esse ponto.

pretende é lutar, é preciso lutar contra alguém. Manifesta-se, nesse “alguém”, a existência de uma relação de oposição que constitui um outro (ou outros) de maneira mais explícita que em qualquer outra posição de sujeito. O “alguém” é o inimigo.

Esse inimigo é constituído, necessariamente, no interior da luta de classes: “Todas as nossas lutas, inclusive as específicas, precisam possuir caráter de luta geral, luta de classe” (MAB, 2002f).

Não é, porém, um inimigo que pode ser determinado a priori. As escalas sociais e espaciais consideradas, o contexto histórico, as estratégias de luta, a particularidade das situações, tudo isso faz com que aquele contra quem se luta se materialize em formas diversas. Assim, luta-se contra “os projetos das classes dominantes”, contra “nosso inimigo maior, o capitalismo”, contra “os que querem nos excluir” (MAB, 2002f), contra “a elite e a burguesia”, contra “o agronegócio”, contra “o governo FHC em associação com as grandes empresas”, contra “o FMI, BID, Banco Mundial, OMC, Estados Unidos” (MAB, 2001g), contra “as transnacionais”, contra “as gigantes multinacionais da água (grupos Vivendi e Suez Lyonnaise)”, contra “as grandes empresas que dominam o setor elétrico (CITICORP, AES, ALCOA, Vale do Rio Doce, TRACTBEL-SUEZ, ALCAN, ENDESA, BHP Billiton, Enron, AES Duzke) (MAB, 2001p), contra “o neoliberalismo (...) e todas as formas de exploração, opressão e discriminação” (MAB, 2001e).

É nesse contexto que se inserem a maior parte das referências a respeito das barragens. Elas são apresentadas como uma manifestação da lógica capitalista a ser combatida, e não uma qualquer: são a manifestação mais próxima e diretamente ameaçadora.

E é pela mediação dessas diversas formas de luta que se constituem relações dos atingidos com outros movimentos (e também com outras identidades) com o objetivo do estabelecimento de *alianças*.

Nos demos conta que temos que lutar não somente contra as barragens. Precisamos de um Brasil novo. E precisamos ajudar a construir, pois é nós (sic) que somos o Brasil. Este Brasil não pode ser construído somente pelos atingidos por barragens, e aí precisamos nos articular com o restante do povo organizado (MST, MPA, MMTR, CUT, Pastorais Sociais, ONGs) (MAB, 2001g).

A existência de inimigos em comum contribui para a constituição de unidades e grupos mais amplos: “trabalhadores explorados do campo e da cidade” (MAB, 2002f). Se esses últimos não são um grupo objetivamente constituído (BOURDIEU, 1994), delinea-se como uma necessidade estratégica no interior do confronto o esforço no sentido de fazer com que eles futuramente o sejam:

Precisamos entender que mesmo organizando todos os trabalhadores atingidos ainda necessitamos aliar nossas forças com os demais trabalhadores explorados do campo e da cidade. Necessitamos identificar outras pessoas, entidades e movimentos que possam contribuir com nossa empreitada (MAB, 2002f).

A alteridade relativa a essa posição não se esgota, porém, nos inimigos e aliados. Há que se considerar, também, os “conformistas”, os que se recusam a reconhecer a luta ou nela tomar parte.

Podemos destacar um outro atributo dessa voz que incita à luta: afinal, mobilizar não é apenas promover a passagem de um “estado de paz” para um “estado de guerra”; para que isso ocorra, é preciso também *arregimentar* – recrutar e reunir – aqueles que serão *colocados em movimento*. Para tanto, é posto em questão todo um jogo para a composição e incremento das forças.

... para o MAB, organizar e conseguir cem atingidos de Itá ricos, cem lá em Cascavel e outros cem lá na Bahia, é importante, mas para cada trezentos salvos pelo MAB, outros mil estão perdendo as terras (...). Agora, juntando mil de Cana Brava, mil de Itá, mil de Sacos/Gatos, mil de Lageado, mil de Murta, mil do Vale do Ribeira, mil de Tucuruí, mil de Itaparica, mil de..., + mil de..., + mil de... (...) aí sim faremos enfrentamento ao modelo, e podemos sim vencer não de forma localizada e parcial (MAB, 2001g).

Assim, também a formação tem muito a contribuir: afinal, “entendemos que o [seu] papel é (...) conquistar as pessoas a aderirem ao nosso projeto” (MAB, 2002f).

Imperativos de outra natureza, no entanto, também se fazem ouvir: a bravura e a tenacidade de um povo batalhador, duro, otimista e confiante mesmo na adversidade, tudo isso é evocado por esse sujeito que convoca, arregimenta, conclama para o confronto, sujeito que quer formar “militantes” (MAB, 2002f).

Todas as mudanças na história da humanidade somente aconteceram quando o povo se mobilizou. Se mexeu (sic). Aqui no Brasil também. Todas as mudanças sociais e políticas que aconteceram foram conquistadas com o povo se mobilizando e lutando. Foi assim na luta contra a escravidão, contra a monarquia (...), contra a ditadura (...). Nunca podemos esquecer da nossa força (MAB, 2002f).

4.2.3 Posição de sujeito discursivo ético-moral

Um terceiro tipo de posição de sujeito pode ser definido relativamente a um sujeito *moral*. A voz que o caracteriza propugna uma série de valores, identificando-os a

regras de conduta incontestáveis e inflexíveis. Nesse contexto, “valores é (sic) aquilo que faz as pessoas serem verdadeiros seres humanos. Representa aquilo que somos ou queremos ser” (MAB, 2001g).

Do ponto de vista da formação do atingido, a incorporação desses valores é apresentada não apenas como uma exigência que define e caracteriza aqueles que compõem o lado “justo” da luta mas também como algo imprescindível para a consolidação e o fortalecimento do movimento.

A defesa desses valores se encontra corporificada em imperativos e modelos de comportamento, evocados por uma voz cuja inflexão toma, com frequência, tons autoritários. A mensagem que ela traz não abre espaço para contestações, e o que há aí de peremptório traz à lembrança a modulação das vozes do *pai*, do *padre*, do *professor*, induzindo o ouvinte a aquiescer e inibindo qualquer discordância. Aquele que desse lugar fala usa as frases no imperativo, impõe o que cada um “deve ser”, “tem que ser”, “precisa ser”.

todo lutador e lutadora deve (...) cultivar o respeito dos companheiros, ser honesto, ser solidário, ser humilde, estudar, construir outras lideranças, ser fiel à luta, cumprir e respeitar as decisões coletivas, ser animador, cooperar, ser coerente, se desafiar frente aos problemas e ser persistente na luta pela justiça (MAB, 2002f).

Por vezes, essa voz resvala num moralismo de fundo religioso: “Na caminhada que temos para concretizar nossos objetivos descobrimos que a vivência dos nossos valores ajudam a construir esse caminho. *Ajudam a resistir contra os vícios desta sociedade atual*” (MAB, 2002f, grifos nossos).

A vivência desses valores é destacada também na medida em que atribui ao atingido um certo caráter exemplar: “Ser militante é ser exemplo de pessoa”, “Todo lutador e lutadora deve ter a obrigação de ser exemplo de pessoa” (MAB, 2002f).

A defesa desses valores está inextricavelmente associada à definição de outros valores que devem ser combatidos, e que se encontram vinculados a um “outro lado”. É aí que estão dadas as condições para o surgimento de manifestações de alteridade que, no domínio definido por essa posição de sujeito discursivo e pela linguagem que lhe é correlata, correspondem a um outro do atingido.

Precisamos saber que os valores que vivemos neste modelo de sociedade, como: individualismo, pessimismo, conformismo, ganância, concorrência, acumulação entre outros, são exatamente os valores que dão sustentação para que o modelo capitalista continue em vigor, modelo que conhecemos muito bem suas conseqüências (MAB, 2002f).

As corporificações desse outro proliferam: ele pode ser então o egoísta, o consumista, o individualista.

Assim, o referente central, aqui, é o *indivíduo*. Havíamos afirmado anteriormente que a configuração específica da “pessoa” na modernidade pode ser identificada ao que chamamos de “eu-indivíduo moderno” (MARZULO, 2005). O que é colocado em questão por essa posição de sujeito é, porém, apenas uma das metades constituintes desse “eu-indivíduo moderno”: aquela referente ao sujeito psicológico dotado de consciência e liberdade individual. É pelo apelo a esses dois atributos que essa voz pretende constituir o “sujeito moral”. No que se refere ao indivíduo enquanto unidade social, a opção presente aqui é entre a negação ou a omissão. Por um lado, o atingido idealizado nesse contexto se encontra numa posição quase oposta à do consumidor. De fato, ele deve se aproximar de um estilo de vida espartano, quase franciscano. Por outro lado, essa posição de sujeito dissocia o sujeito psicológico do sujeito de direitos (o cidadão), omitindo completamente esse último⁶³. Também no que diz respeito ao indivíduo enquanto trabalhador a omissão se verifica.

4.2.4 Posição de sujeito discursivo institucional-organizacional

Apresentamos aqui uma quarta posição de sujeito discursivo: tratar-se-ia de um sujeito *institucional-organizacional*. A dimensão a que se refere é aquela que leva em conta o Movimento dos Atingidos por Barragens como instituição, estrutura de caráter permanente que deve ser construída, organizada em seu interior de acordo com certos preceitos que assegurem sua estabilidade, eficiência e capacidade de atingir seus objetivos. Também uma figura da modernidade, essa voz apela a um discurso que poderia encontrar eco nas formulações de Weber a respeito da organização burocrática enquanto sistema social dominante nas sociedades modernas, cuja racionalidade e legalidade contrapõe-se ao carismático, personalístico e místico que vigora em outras formas sociais. Signo por excelência das organizações burocráticas, o *organograma* é evocado por enunciados como o que se segue:

⁶³ Tal colocação remete, naturalmente, à seguinte indagação: se não é essa voz, essa posição de sujeito, quem traz à tona esse sujeito de direitos, que voz ou posição o faz? Ignorar o atingido como um sujeito de direitos não é, naturalmente, uma postura assumida pelo MAB, o que é comprovado pela própria história das lutas e das estratégias utilizadas nas negociações com o setor elétrico e o Estado. No conjunto do material que tomamos para análise não encontramos, porém, nenhuma menção sequer a esses direitos. Uma hipótese que pode ser levantada para explicar essa omissão encontra seu fundamento na idéia de que, na perspectiva do movimento, quem é (ou deveria ser) um sujeito de direito é algo da ordem coletiva, nunca o indivíduo em si.

Na assembléia do MAB foi decidido organizar os atingidos em pequenos grupos de base (5-10 famílias por grupo). Cada grupo teria seu coordenador. Todos os coordenadores de grupo de um município reunidos formariam a Coordenação Municipal do MAB. Seriam escolhidos alguns desses coordenadores municipais, para junto com outros coordenadores municipais de outros municípios formarem a Coordenação da Região, ou da barragem (MAB, 2001g)⁶⁴.

Ainda a partir de Weber, poderíamos sugerir que, como em uma empresa ou órgão do Estado, tal voz defende, como a de um engenheiro ou arquiteto institucional, que princípios diversos sejam seguidos. Dentre esses princípios, destacamos: a) a prevalência do conhecimento racional, pré-requisito à ação – “[é preciso] fundamentar através da ciência o projeto, provando na prática (...) levantando dados” (MAB, 2002f); –; b) a divisão do trabalho – “existem tarefas que são de todos os atingidos, exemplo disso são as mobilizações, e existem tarefas que são específicas do grupo” (MAB, 2002f) –; c) a definição de cargos e atribuições – “também deve ser [o grupo] um espaço de distribuir e assumir tarefas entre os membros do grupo” (MAB, 2002f)–; d) o cumprimento de exigências organizacionais – “é preciso conhecer a realidade, definir objetivos, estabelecer metas e buscar os meios para construir a organização de cada região” (MAB, 2002f) –; e) a qualificação dos “funcionários” – “o MAB, no próximo período, deve fortalecer ainda mais (...) a formação de seus/suas militantes em todos os níveis de organização” (MAB, 2002g).

As práticas através das quais se materializa essa organização são as mais diversas possíveis:

O processo de organização não acontece por etapas. Precisamos ir organizando os grupos, fortalecendo as coordenações, qualificando os militantes, (...) acompanhando as mudanças da realidade local e geral, fazendo lutas, discutindo, debatendo, estudando, realizando encontros, reuniões de grupos, assembléias, etc. (MAB, 2001g).

No interior da organização Movimento dos Atingidos por Barragens, a preocupação com a circulação eficiente e eficaz da informação é uma constante. Esse sujeito se propõe então a dispor os elementos segundo planos racionais, facilitando a circulação dos fluxos, estabelecendo canais, criando redes: “O MAB deve (...) melhorar as ações de

⁶⁴ A essa explicação se segue um “exemplo prático” (MAB, 2001g): “A Coordenação Regional se reúne no dia 1 de maio, em Goiânia para discutir e propor ações para a região. Decidem discutir e propor para o povo da necessidade de fazerem uma mobilização. Tomada esta decisão, dia 2 de maio os coordenadores regionais voltam para os municípios e se reúnem com os coordenadores municipais. Dia 3 os coordenadores municipais voltam a seus grupos e fazem a discussão com os grupos. Aí ela faz o caminho inverso. Em 3 dias a discussão passou pela Coordenação Regional, Municipal e Grupos. Além da rapidez envolveu várias pessoas, que irão se firmando como liderança”

comunicação, informação e divulgação inclusive entre as instâncias de base, regiões e nacional” (MAB, 2001g).

A informação é um passo fundamental para mantermos nossa organização forte. Precisamos criar formas de manter toda a base informada. As discussões feitas nas reuniões dos grupos ou em cada uma das instâncias que nos representam dentro do MAB devem ir e vir sem erros (...) [Afinal], as pessoas de posse das informações começam a solucionar seus problemas (MAB, 2002f).

No domínio definido por essa posição de sujeito, a alteridade encontra espaço para se manifestar na medida que a voz aí presente prescreve uma forma de comportamento que é apresentada como a única capaz de assegurar o funcionamento eficiente dessa organização. Para que isso seja possível, é preciso, portanto, que todos sejam *disciplinados*. O outro é, dessa forma, o que não se enquadra ou resiste a se enquadrar nesse perfil, tomado, naturalmente, de um universo particular: aquele referente aos que tiveram suas condições de vida afetadas por barragens.

4.2.5 Posição de sujeito discursivo ecológico

Uma última posição de sujeito discursivo se encontra atrelada ao que poderíamos chamar de um *sujeito ecológico*. A linguagem que ampara essa posição tem como eixo central a preocupação com o “planeta Terra” (MAB, 2001p) e seus recursos, em especial no que se refere à água, num contexto onde se aliam uma lógica de “mercantilização” e “privatização” dos recursos naturais a uma suposto “esgotamento” desses recursos.

Foi definido nos últimos 20 anos entre os países ricos do Primeiro Mundo um processo chamado ‘mercantilização’ da água. A partir disso começou-se a privatizar a água, onde empresas privadas nacionais e estrangeiras de todo o mundo tentam se apoderar desse bem para transformar em um grande negócio lucrativo de mercado (MAB, 2001p).

No mundo inteiro o quadro de escassez e mau uso da água é causado pela combinação de crescimento populacional exagerado, devastação de florestas e meio ambiente e inexistência de recursos naturais. Poucos são os países onde as reservas são administradas de forma eficiente e responsável (MAB, 2001p).

No que se refere a essa questão, o ponto de partida é o reconhecimento de que uma das características mais notáveis do “modelo de sociedade capitalista neoliberal” é o “aumento da concentração de riquezas, incluindo a água e a energia, nas mãos de poucos” (MAB, 2001p). A água é pensada, nesse contexto, como um “bem” ou “recurso” escasso. Nesse sentido, proliferam afirmações como a de que “[há] pouca água para um planeta cuja

população cresce desordenadamente” (MAB, 2001p). Um subtítulo presente em um documento é também sugestivo: “Planeta Terra sem água” (MAB, 2001p). É essa escassez que faz com que a água se transforme num “bem para a venda”, o que faz com que o que era um “bem comum para a sociedade” vire uma “mercadoria”. Assim, “essa escassez da água já indica o caminho do lucro a grandes grupos empresariais, especialmente da França, Inglaterra, Espanha e Estados Unidos que controlam o abastecimento em vários países” (MAB, 2002c). A transformação da água em mercadoria não se dá, porém, impunemente: vem acompanhada do surgimento de uma ameaça à “vida”: vida da “espécie humana”, e também a vida da “terra e de todas as suas espécies”:

É inadmissível que um bem essencial à vida humana seja tratado como simples mercadoria que colocada num mercado vise o lucro para seu dono. É como comercializar a vida das pessoas ou o ar que se respira”; “Que o 22 de março [dia internacional da luta contra as barragens] [seja] (...) o início de um combate para que no futuro próximo não tenhamos que pagar tarifa às multinacionais para continuarmos vivos. A água é um bem público e só existe a possibilidade de preservação da espécie humana se assim continuar. Privatizar a água e transformá-la em objeto de lucro é condenar à morte prematura milhões de seres humanos (MAB, 2002c).

O modelo de sociedade neoliberal é, de acordo com essa posição de sujeito, aquele em que são violentamente radicalizados os processos de “privatização e mercantilização da água” (MAB, 2005b), ao ponto da “vida” no planeta estar ameaçada. É nesse sentido em que se deve entender a oposição acima destacada entre “buscar o lucro” e “defender a vida”

É preciso, porém, destacar algumas particularidades na construção desse argumento. A lista de pares de oposições apresentada anteriormente já sinaliza a medida em que o discurso do MAB se apropria de formulações e termos oriundos do que poderíamos chamar de *discurso ecológico hegemônico*. O exemplo mais conspícuo é a renitente referência à “sustentabilidade”. Trata-se certamente de uma apropriação criativa da transformação da “palavra alheia” em “palavra própria” de que fala Bakhtin, uma vez que colocada a serviço de posicionamentos políticos cuja radicalidade certamente não encontra paralelo nesse discurso ecológico hegemônico. Essa apropriação nos parece, porém, problemática em alguns aspectos.

Em primeiro lugar, quando a água é pensada como uma “riqueza”, um “recurso” ou um “bem”. Parece-nos que há aí uma certa capitulação perante aquela visão de mundo economicista que, legitimando o “modelo de sociedade capitalista neoliberal” (MAB, 2005c), é por vezes tão criticada pelo próprio movimento. E não importa tanto se existe uma distinção

entre “bem comum para a sociedade” e “bem para a venda”, pois a utilização do termo enfatiza a dimensão do quantificável em detrimento de outros sentidos, referentes a qualidades não mensuráveis, e que remetem diretamente à vivência concreta dos atingidos. A sua quase totalidade é composta de agricultores de terras ribeirinhas, cujas condições econômicas e culturais de existência se encontram profundamente vinculadas aos rios. Nesse sentido, a água não é apenas um “recurso” que assegura a sua reprodução sócio-econômica, assim como a de suas comunidades, viabilizando, por exemplo, a produção agrícola. Ela também configura e constitui um espaço da vida cotidiana – seja no que diz respeito ao lazer ou à sociabilidade –, é um elemento da memória e da paisagem, objeto e “sujeito” de manifestações culturais as mais diversas, valorizada afetivamente como um aspecto indissociável da vida das comunidades ribeirinhas.

Em segundo lugar, é preciso chamar a atenção para a descrição do processo que transforma a água em mercadoria, com o destaque dado a uma suposta “escassez” e ao “crescimento desordenado da população do planeta” (MAB, 2002c). O caráter malthusiano desse tipo de construção é evidente, e as implicações políticas daí decorrentes não vão de encontro às posições habituais do movimento. Designar um bem como “escasso” significa naturalizar, tomar como dados e necessários seus usos correntes bem como os processos em que se encontra inserido, desconsiderando a questão – política – da sua apropriação por determinados sujeitos e interesses. As referências a um “crescimento desordenado da população” atuam da mesma forma, transformando uma questão do mundo social – questão oriunda, portanto, das relações conflituosas entre sujeitos – em uma questão do mundo natural, onde existe uma população (homogênea) de seres vivos e um habitat que deve prover suas necessidades. A relação entre os homens e o seu meio está, aí, dada, prescrita como um imperativo de ordem biológica. Independentemente dos sentidos conservadores dessas colocações, cabe ressaltar que eles entram em contradição com princípios fundamentais do movimento. Basta lembrarmos que dentre suas bandeiras de luta mais significativas se destaca o esforço pela busca de alternativas energéticas, esforço esse que se caracteriza justamente pelo questionamento de um conjunto de práticas e relações (entre os homens e entre os homens e a natureza) hegemônicas. Essas práticas e relação são historicamente situadas no interior de um modo de produção e de um modelo de sociedade (capitalistas), e nesses termos não faz sentido pensar numa relação com o meio-ambiente ou a natureza que não seja uma relação social.

A defesa de práticas agrícolas “ecologicamente corretas” é o outro eixo desse tipo de posicionamento: a crítica ao modelo da revolução verde, “que incentiva o intenso consumo

de agrotóxicos, adubos químicos, alta tecnologia e baseado na monocultura” (MAB, 2002f) se insere nesse contexto. Esse é um exemplo de prática característico daqueles que têm no horizonte apenas a busca pelo lucro. Os atingidos, por outro lado, lutam para “garantir (...) a implantação de tecnologias que não prejudiquem a vida do homem e da natureza” (MAB, 2001e). A construção do outro se dá, dessa forma, pela referência a esse tipo de prática, assim como também através da definição daqueles que, buscando apenas o lucro, se colocam “contra a vida”: as grandes empresas capitalistas, os que estão do lado do “neoliberalismo”.

4.3 Posições de sujeito discursivo e os mediadores: outros sujeitos?

Todo sujeito é uma construção histórica. Assim, também em sua dimensão discursiva, enquanto produtor e reproduzidor de enunciações e discursos, o sujeito deve ser pensado como o resultado de processos que tornam possível a “tomada da palavra”. As posições de sujeito buscam assinalar o caráter “genealógico” desse sujeito, sinalizando os mecanismos e processos que forneceram ao Movimento dos Atingidos por Barragens, e àqueles atingidos que o movimento pretende construir, as suas *formas de falar*, que são, também, formas de ver o mundo e se relacionar com ele.

O trabalho de Moraes (1994) é esclarecedor na medida em que aponta as influências a partir das quais se constitui o que essa autora denomina de “pedagogia dos atingidos por barragem”. O papel que buscamos destacar aqui é o que essas “influências” desempenharam “disponibilizando dizeres”. O foco da investigação dessa autora incide apenas sobre a CRAB, mas uma vez que consideramos a hegemonia exercida pelos atingidos da região Sul sobre o movimento nacional – hegemonia essa que se revela ainda mais significativa se tomamos como referência o plano ideológico, enfatizando a formulação de idéias e discursos – seus comentários parecem ter validade para pensarmos o discurso do Movimento dos Atingidos por Barragens como um todo. Para essa autora,

a identificação/reconhecimento de direitos, as representações de si mesmos e das forças antagônicas ou aliadas, bem como o processo de organização e expressão dos sujeitos sociais não se dá de forma espontânea ou como resultado mecânico da vivência das contradições. Resultam, entre outros fatores, *da intervenção de diferentes mediadores nos processos de socialização política*, embutidos nos aspectos político-educativos dos movimentos sociais (id., p.126, grifos nossos).

O que Moraes busca destacar é o papel desempenhado pelo que ela chama de mediadores ou “agentes da Educação Popular” (id., p.126) na formação e organização do movimento de luta contra as barragens na Bacia do Rio Uruguai. Três tipos de atuação se destacam aí: em um primeiro período, indo de 1978 a 1986, aquela desempenhada pelos setores progressistas da Igreja Católica, em especial através da atuação da Escola Diocesana de Servidores de Erechim e do curso Teologia e Ação Pastoral; em um segundo período, indo de 1986 a 1989, a dos sindicatos rurais, a partir das escolas sindicais Margarida Alves (ESMA) e Alto Uruguai (ESAU); e finalmente, a partir dos anos 90, a atuação dos centros de “formação técnica”, mais diretamente ligados aos interesses dos movimentos sociais e entre os quais se destaca o Centro de Educação Popular (CEPO) (id., p. 130-210).

No plano do discurso, esse processo de socialização política se manifesta, com especial destaque, pela apreensão, por parte do movimento, de *linguagens* que permitem que se assegure, dentre outras coisas:

o aprendizado de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar; (...) a elaboração da identidade social, a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações; (...) a apreensão crítica de seu mundo, de suas práticas e representações sociais e culturais (GRZYBOWSKY⁶⁵ apud MORAES 1994, p.127)

A análise dos documentos dos cursos de formação sugere, no entanto, que do momento em que Moraes realiza sua pesquisa – no início dos anos 90 – até os dias de hoje, houve uma considerável transformação no caráter e perfil dos “mediadores” que atuam junto ao MAB. Se tomamos como referência o conjunto do material distribuído nos cursos de formação, assim como a origem desse material, podemos destacar os seguintes atores: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST); o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR); a ONG International Rivers Network (IRN)⁶⁶; os assessores oriundos de universidades no Rio de Janeiro e em São Paulo; a Consulta Popular⁶⁷; o Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (CEPIS).

A análise dos documentos produzidos por esses atores permite identificar neles, a presença das posições de sujeito discursivo acima destacadas. O que está em jogo nessa coincidência é a natureza do *diálogo social* (BAKHTIN, 1988, 1992) que se estabelece entre eles e o MAB, em que se destaca o processo de transformação da “palavra alheia” em “palavra própria”. No interior do plano do discurso, não há como definir peremptoriamente o sentido em que se deu esse processo, ou seja, quem se apropriou da palavra de quem. Se considerarmos, porém, análises como a de Moraes (1994), que explicitam a função desempenhada por esses mediadores, o mais natural é que consideremos esses últimos como “fornecedores” de posições de sujeito discursivo para o MAB.

Assim, reencontramos a posição de sujeito discursivo crítico não apenas nos documentos produzidos pelo MST, MMTR, Consulta Popular e na apostila dos assessores

⁶⁵ GRZYBOWSKY, Cândido. Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo. Petrópolis: Vozes, 1987.

⁶⁶ A IRN é uma organização não-governamental norte-americana fundada em 1985 por ativistas envolvidos com a questão dos impactos de grandes projetos sobre os rios de todo mundo. De acordo com Vieira (2002), foi o IPPUR, através do grupo de pesquisa coordenado pelo professor Carlos Vainer, o responsável pela primeira aproximação dessa organização com o MAB.

⁶⁷ Organização formada sem fins eleitorais por movimentos de esquerda no ano de 1997, com forte ligação com o MST. Sua atuação se pauta, principalmente, pela oferta de cursos (frequentados por diversos militantes do MAB) e pela distribuição, vídeos e livros.

universitários (respectivamente, MAB 2002e, MAB 2002g, MAB 2002a e MAB 2001h), mas também nos folhetos contendo cópias de manuais marxistas (MAB, 2002b, MAB 2002d).

A posição de sujeito discursivo de mobilização se encontra expressa de forma curiosa (e rimada) nos documentos que contêm transcrições de letras de músicas (MAB, 2001a, MAB 2001t); e ainda nos documentos produzidos pela CEPIS (MAB, 2001q, MAB 2001r) e pelo MMTR (MAB, 2002g).

A posição de sujeito discursivo moral, presente também nos documentos produzidos pelo MMTR e pela Consulta Popular (MAB, 2002g, MAB 2002a), é levada ao paroxismo, num tom que beira o histérico, nos documentos produzidos pela CEPIS, em especial em MAB (2001r).

Já no que se refere à posição de sujeito discursivo organizativo-institucional, a referência mais flagrante é o documento do MST (MAB, 2002e).

Por fim, no que se refere à posição de sujeito discursivo ecológico, não encontramos maiores indícios de sua presença em qualquer dos documentos além de um breve parágrafo que dela se aproxima na apostila da Cartilha Popular (MAB, 2002a). A “questão ecológica” se encontra presente, por exemplo, na apostila da IRN, mas discutida a partir de uma linguagem e de princípios de visão e divisão do mundo distintos daqueles que caracterizam essa posição de sujeito no discurso do MAB.

4. 4 Articulações entre as posições de sujeito discursivo (PS)

Podemos reencontrar, como mostrado acima, as posições de sujeito que identificamos no discurso do MAB nas falas dos mediadores. Poderíamos dizer, a partir daí, que o discurso do MAB se resume a reproduzir, de forma mimética, a fala de outros atores? Damos uma resposta negativa a essa pergunta, e por três razões.

Em primeiro lugar, é preciso lembrar Bakhtin (1992, p. 314), e, para isso repetimos uma citação apresentada no capítulo anterior:

Nossa fala, isto é, nossos enunciados (...) estão repletos de palavras dos outros, caracterizadas, em graus variáveis, pela alteridade ou pela assimilação, caracterizadas, também em graus variáveis, por um emprego consciente e decalcado. As palavras dos outros introduzem sua própria expressividade, seu tom valorativo, que assimilamos, reestruturamos, modificamos (BAKHTIN, 1992, p. 314).

Implícita nessa citação, encontra-se a questão do *contexto*, conforme entendido por esse autor. A mesma palavra, na boca de sujeitos diferentes, não é a “mesma” palavra. Se o que temos presente em mente é uma análise que leve em consideração os *enunciados*, é preciso considerar os sujeitos em diálogo, a relação estabelecida entre eles e a relação do que é dito com uma série de “ditos” e “não-ditos” anteriores.

Em segundo lugar, como afirmamos no capítulo 2, associamos às posições de sujeito discursivo o conceito de *linguagem* de Bakhtin (1988). Cada linguagem, para esse autor, está vinculada a uma “visão de mundo”, a uma determinada perspectiva ou forma de ver o mundo. Ao destacarmos os princípios de visão e divisão de mundo presentes em cada uma dessas linguagens (e, conseqüentemente, em cada posição de sujeito discursivo), tentamos especificar as linhas gerais que norteiam e constituem essas visões de mundo. É a própria generalidade desses princípios, porém, que permite que, a partir deles, os mais diversos tipos possíveis de conteúdos sejam veiculados. Assim, a coincidência na utilização de uma mesma linguagem por dois sujeitos não implica, de forma alguma, em coincidências de conteúdo ou forma, mas – tautologicamente – apenas no compartilhamento de uma “visão de mundo” em comum.

A terceira razão nos parece de maior importância, e nela nos deteremos com um pouco mais de vagar. Antes de mais nada, é preciso deixar claro que a classificação entre as cinco posições acima apresentadas corresponde a uma distinção que é, acima de tudo, *analítica*. A diferenciação entre elas não é posta em questão por aqueles que fazem uso do

discurso dos atingidos por barragens. É preciso, dessa forma, lembrar Foucault (1986) e enfatizar o que já havíamos afirmado anteriormente. O discurso não é a “tradução verbal de *uma síntese realizada em algum outro lugar*” (p. 61, grifos nossos). O discurso é, para esse autor (e também para nós), o espaço criado pelo conjunto de relações entre as diversas “modalidades de enunciação”, ou seja, entre as diversas posições de sujeito discursivo. Daí o seu duplo caráter, o fato de ser simultaneamente *heterogêneo* e *uno*. E se destacamos acima a diversidade dos “planos descontínuos de onde se fala” (FOUCAULT, 1986, p. 61), é preciso apontar, por outro lado, as condições que asseguram a sua unidade. Do ponto de vista daquele que dele se apropria, é somente assim, *enquanto unidade*, que ele é apreendido.

E é justamente na constituição dessa unidade que encontramos os elementos que mais significativamente contribuem para a especificidade – ou “originalidade” – do discurso do MAB. Referimo-nos aqui à rede tecida pelas diversas formas de articulação *entre* as posições de sujeito, rede que responde então por esse caráter de unidade do discurso. Se o discurso é então esse conjunto articulado de *perspectivas* (“pontos de vista” – BAKHTIN, 1992), conjunto de lugares específicos de onde se estabelece uma determinada relação com o mundo social, é preciso destacar que, na prática, essas perspectivas estão com frequência relacionadas entre si. Destacamos, abaixo, aquelas que nos parecem, dentre as relações entre as posições de sujeito discursivo, as mais significativas para a estruturação do discurso pedagógico do MAB.

4.4.1 PS crítico e PS de mobilização

Se o sujeito discursivo crítico propõe um “desvendamento” da realidade do mundo social, destacando os processos de dominação e exploração que o caracterizam, isso não é feito apenas com o objetivo de produção de uma verdade. Essa produção de uma verdade está subordinada a outras intenções. Antes de mais nada, a verdade evidencia a realidade daqueles processos de dominação e exploração. Uma vez trazidos à tona, esses processos têm que ser objeto de um olhar que os pretende compreender para que possam, assim, ser enfrentados. A verdade é produzida enquanto elemento necessário para que a luta possa ocorrer, num momento lógico anterior àquele caracterizado pela mobilização. É, nesse sentido, o momento de proposição de uma série de elementos que condicionam e orientam o esforço induzido pela posição de sujeito de mobilização: a definição de um outro que é o inimigo, a objetivação da existência do conflito, o mapeamento do campo de batalha, o levantamento de informações sobre o inimigo. A verdade se articula à guerra. E se em ambas

essas posições a referência à matriz identitária moderna da classe é uma constante, é porque a relação entre as classes é de antagonismo e confronto: o que existe é a *luta de classes*.

4.4.2 PS moral, PS de mobilização e PS organizativo-institucional

A posição de sujeito discursivo moral apela à consciência e à liberdade dos sujeitos individuais⁶⁸ para que esses se esforcem no sentido de se tornarem um “exemplo de pessoa” (MAB, 2002f). Esse exemplo de pessoa é designado justamente como um “lutador ou lutadora” (MAB, 2002f). Poderíamos distinguir duas dimensões desses “lutadores e lutadoras”. Por um lado, é aquele que deve enfrentar o inimigo, conforme o que postula o sujeito de mobilização: *lutador na guerra*. Por outro lado, é aquele que “luta” diante das adversidades, que não abaixa a cabeça, que tem sempre uma postura agressiva e positiva, o que se “desafia frente aos problemas” (MAB, 2002f): *lutador no cotidiano*. A luta, seja no cotidiano ou na guerra, vai exigir desse sujeito o desenvolvimento de dois tipos de atributos. Em primeiro lugar, disciplina, organização, sobriedade; são os “valores” que asseguram o bom funcionamento da *instituição* que é o movimento. Em segundo lugar, entusiasmo, arrebatamento, fé, paixão, rebeldia, ânimo; a essas qualidades se encontra atrelada a importância da “mística”. É esse sujeito “apolíneo-dionisíaco”⁶⁹ o que exigem a guerra, por um lado, e a institucionalização-organização, por outro. É também pela necessidade de sua produção que se justifica a existência da posição de sujeito discursivo moral.

c) PS crítico, PS ecológico e PS de mobilização

No sistema capitalista, não são apenas as relações entre os homens os processos que tem que ser desvelados e trazidos à tona. Também a relação dos homens com a natureza tem que ser compreendida a partir de uma ótica que evidencie que a destruição do mundo natural é um resultado necessário da lógica capitalista. Assim, também é preciso *lutar* pela defesa da natureza.

Citamos essas três articulações sem a pretensão de esgotar todas as possibilidades de análise, como afirmamos acima. Destacaríamos, agora, aquela articulação que nos parece

⁶⁸ Destacamos aqui o apelo somente a uma ética individual, e não a algo como uma ética do coletivo atingido como um todo. Qual a razão para tanto? Como indicamos anteriormente ao discutir a posição de sujeito moral, o que prevalece no material pesquisado são as referências a essa ética individual. Para além dos limites definidos por essa posição de sujeito também não encontramos indicações que nos permitissem delinear os contornos dessa ética coletiva como um todo.

⁶⁹ É inegável, porém, que nesse caso Dionísio está submetido às injunções apolíneas.

mais fundamental: a existente entre a posição de sujeito discursivo de mobilização e a posição de sujeito discursivo organizativo-institucional. Dada a relevância desse ponto, assim como das questões que ele suscita, faremos essa discussão num item distinto distinta.

4.5 A articulação entre as PS de mobilização e organizativo-institucional: um movimento nacional?

A importância da articulação entre as posições de sujeito discursivo organizativo-institucional e de mobilização se manifesta, inicialmente, ao constatarmos o papel central que desempenha no discurso pedagógico do MAB. Nesse sentido, todas as outras posições e articulações estão subordinadas a essa articulação particular. Essa centralidade que se manifesta no nível do discurso nos parece associada, por outro lado, à relevância assumida por uma série de questões que extrapolam esse nível e que dizem respeito, em última instância, aos objetivos dos cursos de formação assim como a estratégias de maior vulto do movimento. Mais à frente nos deteremos com maior atenção nesse último ponto.

Hávamos afirmado, logo acima, que na confluência das posições de sujeito moral, de mobilização e organizativo-institucional é apresentada a necessidade de construção de sujeitos que sejam simultaneamente “lutadores” e “disciplinados”. É em um outro plano, porém, que se manifesta a articulação mais significativa entre as duas posições consideradas aqui. Esse não é um plano que diz respeito às qualidades “morais” dos envolvidos na luta, mas à própria natureza da relação estabelecida entre esses sujeitos *no interior* de uma instituição que existe para o confronto, para a luta: “Cabe a nós aumentar *o número de pessoas organizadas* e com isto *criar forças para fazer o enfrentamento* necessário contra aqueles que querem nos excluir” (MAB, 2002f, grifos nossos).

A luta coletiva é, nesse sentido, inextricavelmente vinculada à organização das “pessoas” a partir dos preceitos da instituição-movimento. É esse o princípio norteador do discurso que analisamos. É a partir das necessidades estabelecidas pelo par luta/organização, é em função delas que a posição de sujeito crítico incita a formação de sujeitos capazes de produzir uma verdade; que a posição de sujeito moral estabelece imperativos e modelos de comportamento a serem seguidos; que a posição de sujeito ecológico institui o meio-ambiente como um campo de conflitos digno de preocupação.

Se a criação ou o fortalecimento dessa instituição-movimento a partir do par luta/organização é a chave para a leitura desse discurso, é preciso destacar que essa criação ou

fortalecimento deve acontecer a partir de um formato cuja pertinência não é objeto de contestação:

Agora, juntando mil de Cana Brava, mil de Itá, mil de Sacos/Gatos, mil de Lageado, mil de Murta, mil do Vale do Ribeira, mil de Tucuruí, mil de Itaparica, mil de... + mil de..., de forma organizada e articulada *com políticas e propostas unificadas pelo MAB Nacional*, aí sim faremos enfrentamento ao modelo, e podemos sim vencer não de forma localizada e parcial. Aí sim podemos ter força para mudar a política energética (MAB, 2001g, grifos nossos).

O que é preciso, assim, é lutar pela consolidação do *MAB Nacional*. É esse ponto o que não é objeto de contestação. Como afirmamos anteriormente, a despeito de sua existência formal como organização responsável pela luta dos atingidos em todo o país, as dificuldades do MAB no sentido de viabilizar a unificação das lutas são bastante significativas.

Os cursos de formação aparecem, assim, como uma instância privilegiada para a promoção de estratégias que estimulem essa unificação. É nesse contexto que deve ser entendido o que denominamos de projeto identitário. A construção de uma identidade comum, compartilhada por atingidos de todo o país, subordina-se assim às estratégias que buscam instituir esse movimento nacionalmente.

Parece-nos importante destacar que o curso em questão – ou seja, a unidade constituída pelas quatro etapas – foi designado como o I Curso *Nacional* de Formação de Militantes. E se lembrarmos que, de forma paralela às três primeiras etapas de curso “nacional”, ocorriam outras etapas destinadas aos atingidos do sul do país, os desequilíbrios regionais no que diz respeito a poder, força e organização no interior do movimento são trazidos à tona.

Emergem, dessa forma, as complexas questões da *escala da ação política* (VAINER, 2001 e 2005) e da *territorialização* do movimento.

A instituição do nacional como escala pertinente de ação não relega a um segundo plano as ações que se processam em outras escalas. É preciso pensar, assim, na forma como é construída toda uma *articulação* entre essas escalas, assim como a “definição das escalas prioritárias onde os embates centrais se darão” (VAINER, 2005, p.7). O que há que se ter em vista então não é preferência por uma escala em detrimento da outra, mas justamente a construção de uma articulação entre aquelas que são prioritárias, articulação essa onde o nacional não pode ser desconsiderado.

A relação entre as posições de sujeito de mobilização e organizativo-institucional coloca justamente a importância da constituição da escala nacional como escala pertinente para a ação. A luta é nacional, a organização é nacional, a luta organizada igualmente o será. Tradicionalmente, são as ações de cunho regional e local que têm caracterizado a luta contra as barragens, através de movimentos organizados a partir de barragens específicas ou bacias hidrográficas. É nesse sentido que se argumenta que o MAB deve fortalecer:

as suas instâncias de decisão desde os grupos de base, a organização por barragens e por bacia, o Movimento em cada Região e nacional; (...) as ações de comunicação, informação e divulgação inclusive entre as instâncias de base, regiões e nacional; (...) a sua identificação em todo o país com o nome MAB, acrescentando, se necessário, a identificação regional ou local (MAB, 2001e).

Retomando a citação anterior, evidencia-se a preocupação com uma articulação escalar que, “desde os grupos de base” considere também a “organização por barragens e por bacia” assim como “o Movimento em cada região e nacional”⁷⁰. Os signos dessa articulação explicitam-se também na nomenclatura proposta: o “MAB” (referente ao nacional) acompanhado da “identificação regional ou local”.

O “Brasil” a que se refere o “nacional” nesse discurso é revestido de múltiplos sentidos, sendo construído a partir de diversos planos de determinação. Cada um desses planos manifesta, a nosso ver, uma concepção de território específica. Na prática, esses sentidos se encontram freqüentemente imbricados uns aos outros. Dessa forma, o que apresentamos a seguir é uma divisão que é, sobretudo, analítica.

O primeiro desses sentidos se encontra diretamente ligado ao que discutimos acima. Nesse caso, a idéia predominante é aquela que associa ao “Brasil” a concepção de uma *extensão*, de um espaço físico em cujos limites desenrolam-se processos que instauram, pela sua própria dinâmica, um campo de ação e luta política organizadas. Esse é um espaço que se caracteriza, basicamente, pela existência de pontos nodais constituídos pelos empreendimentos hidrelétricos em geral e pelas barragens em particular. A sua unidade é assegurada, no plano discursivo, pelas enumerações em que esses diversos empreendimentos

⁷⁰ O leitor pode se perguntar sobre a ausência de qualquer referência que extrapole o nacional, ainda mais se tem em mente a crescente importância para o MAB das articulações internacionais (Via Campesina e a CLOC - Coordenadora Latino-americana de Organizações no Campo, outros movimentos contra barragens, ONGs ambientalistas, etc.) e da luta “global” contra as multinacionais, grandes agências multilaterais, etc. A escala internacional não se apresenta em questão, porém, na articulação entre as duas posições aqui consideradas *no contexto do discurso pedagógico*, de acordo com a forma em que essa articulação se encontra presente no material considerado. E se alguma referência a esse internacional pode ser encontrada na posição de sujeito de mobilização, nada a esse respeito se vincula à posição de sujeito organizativo-institucional, muito menos, portanto, à articulação entre elas.

são justapostos: “Itaipu, Tucuruí, Balbina, Itaparica...” (MAB, 2001g). A consolidação de um movimento nacional busca justamente a efetivação prática dessa rede de lugares, através da criação de relações entre eles, por exemplo através da “troca de experiências e [d]o deslocamento de militantes para ajudar na organização do trabalho onde for necessário” (MAB, 2001e).

Um segundo plano de determinação diz respeito ao domínio político-jurídico, onde se manifesta o caráter moderno da ação governamental, fundamentado em um “território tomado enquanto totalidade geográfica sobre a qual se exerce a soberania do Estado” (ARAÚJO et al, 2003, p.5). A definição do território-Brasil se dá aí, no campo das relações de alteridade entre o Estado e o movimento. Anteriormente, o que assegurava a unidade desse território era a presença onipresente do Estado que, através da Eletrobrás e suas concessionárias, constituía-se no sujeito *contra quem* o movimento se posicionava. No limite, o território nacional era configurado pela questão energética.

A privatização do setor elétrico foi responsável pela introdução de novas determinações que, ao multiplicar os agentes envolvidos, tornou mais complexa a relação com os “inimigos”. Os novos contendores se caracterizam por uma lógica territorial completamente diversa, restrita às áreas sob seu domínio privado, correspondentes a cada empreendimento e às suas possíveis articulações. A necessidade que constituía cada parte (território particular) como expressão do todo (território nacional) se desfaz. As vinculações expressas nas partes são as de totalidades múltiplas (correspondentes a redes de fluxos energéticos, logísticos, financeiros), em que a totalidade estado-nação (ou território nacional) não tem nenhum privilégio ou primazia.

Quando o setor elétrico era estatal, as lutas em qualquer obra que fosse batia no nosso inimigo (governo) responsável pelo modelo aplicado. A soma destas lutas fazia um ‘certo’ enfrentamento ao governo federal. Com a privatização as lutas regionais começaram a ser feitas contra a MAESA, GERASUL, ENGEVIX, DESENVIX, Camargo Corrêa (MAB, 2001g).

O Estado, porém, permanece no horizonte como um “outro” cuja importância ainda deve ser considerada. Afinal, é o “responsável pelo modelo e pela política energética, (...) [é] quem licencia, financia e libera a operação das obras, (...) [é quem] coloca a polícia e o judiciário para proteger estas obras” (MAB, 2001g).

Por outra lado, o Estado se apresenta como algo a ser defendido. E isso porque, numa perspectiva futura, vislumbra-se a possibilidade de sua apropriação. Essa defesa,

enquanto estratégia de resistência (em especial com relação às forças “neoliberais”) tem como objetivo a construção de um projeto nacional (VAINER, 2001):

Nosso grande desafio é lutar pela construção de um *Projeto Popular para o Brasil*, ou seja, lutar por um novo modelo energético, lutar pela terra, por moradia, pela soberania nacional, contra o pagamento da dívida externa (MAB, 2002f, grifos no original).

A idéia de Brasil aí presente está inexoravelmente ligada, portanto, a concepção de um território cuja especificidade é demarcada pela soberania nele exercida por um Estado-nação, território aí pensando ainda nos marcos do domínio jurídico-político. Busca-se promover, assim, um retorno a um Estado e práticas territorializantes semelhantes aos que existiam no período anterior à privatização do setor elétrico? Não, muito pelo contrário. A natureza do Estado que se pretende instituir com esse Projeto Popular é radicalmente distinta daquele que existiu. Se maiores detalhes a respeito desse novo modelo de Estado não puderam ser encontrados no material pesquisado, a ênfase na ruptura é freqüente: a modalidade de soberania correspondente a esse Estado é outra, assim como a sua relação com o território.

Um terceiro e último sentido remete a um plano de determinação que, como o anterior, se encontra vinculado à nação enquanto matriz identitária moderna – conforme havíamos indicado anteriormente, seguindo Araujo et al (2003), Hall (2000) e Marzulo (2005). O domínio em jogo aqui é o que Araujo et al (2003) vão denominar de *ético*. O território designado aí é o espaço social, cultural e histórico criado por um *povo*. Na origem desse povo, e para além dos atributos que o especificam, o traço destacado é a sua *capacidade de luta*. Se quisermos utilizar o termo popularizado por Hobsbawm, a “tradição inventada” que se propõe capaz de objetivar e unificar esse povo é aquela que inclui, em seu panteão, figuras emblemáticas como algumas das que nomearam as brigadas no curso de Porto Nacional: Zumbi dos Palmares, Paulo Freire, Margarida Alves, Florestan Fernandes. Naturalmente, essa dimensão se articula à anterior quando o que está em jogo é a construção de um projeto de nação, o “Projeto Popular para o Brasil”.

Dentre os efeitos que o discurso almeja produzir está justamente a ampliação e o enriquecimento das relações escalares dos militantes. A estratégia de realizar as diferentes etapas do curso em locais diversos, espalhados por todo o país, também contribui para esse “alargamento” escalar e territorial da luta dos atingidos.

O atingido que se pretende formar deve, assim, não apenas agir e refletir no interior dos limites estabelecidos pela sua região ou pelos impactos da barragem que o afeta.

Isso não se limita à articulação entre as posições consideradas nesse item do trabalho. Também no que se refere a outras posições de sujeito isso é constatável. O universo que é objeto da reflexão característica da posição de sujeito crítico é aquele definido pela relação entre processos capitalistas de caráter global, mas com rebatimentos no nacional (principalmente), no regional e no local, e as resistências que se manifestam nesses diversos níveis. No que diz respeito à posição de sujeito ecológico, a articulação entre o que ocorre em um nível que poderia grosseiramente ser caracterizado como global (o que o discurso nomeia como o “Planeta Terra” ou o “mundo”) e aquelas práticas “locais” (as que dizem respeito, por exemplo, ao acesso à água) são sempre mediadas pela referência aos Estados-nações.

Estão de olho na *nossa* riqueza. A Amazônia dispõe de 1/5 de toda a água doce do planeta. (...) Foi definido nos últimos 20 anos entre os países ricos do primeiro mundo um processo chamado ‘mercantilização da água’. A partir disso começou-se a privatizar a água, onde empresas privadas nacionais e estrangeiras de todo o mundo tentam se apoderar desse bem para transformar em um grande negócio lucrativo de mercado (MAB, 2001p).

A questão escalar se encontra colocada de forma mais significativa, porém, na articulação entre a posição de sujeito discursivo de mobilização e a posição de sujeito discursivo organizativo-institucional. É aí que o projeto identitário do MAB explicita a necessária articulação entre os três atributos fundamentais das modalidades de ação esperadas do militante: (1) que essa ação se realize através da *luta*; (2) que essa luta seja *organizada*; (3) e que a luta organizada, travada no interior de realidades locais e/ou regionais, seja capaz de transcender essas realidade e de remeter e se relacionar a uma luta organizada *nacional*.

CONCLUSÃO

É preciso deixar claro, mais uma vez, que a identidade de atingido estudada aqui não diz respeito aos atingidos entendidos como o conjunto das populações cujas condições de vida são negativamente afetadas pela construção de barragens. O atingido considerado é, sobretudo, aquele que é formado, pela atuação do MAB, com o objetivo de sua constituição enquanto *quadro* ou *militante*. A ênfase que atribuímos a esse “público” específico não se encontra assinalada de forma tão evidente nos trabalhos analisados que consideram a “identidade de atingido” (ROTHMAN, 1996, FAILLACE, 1990 e MORAES, 1994). Para Faillace (1990) e Rothman (1996), o atingido cuja identidade é estudada é considerado independentemente de sua caracterização (ou não) como militante no movimento. Já Moraes (1994) evoca explicitamente a existência de uma “pedagogia dos atingidos por barragens”, trazendo à tona questões referentes aos processos identitários na estruturação *interna* do movimento. Parece-nos, porém, que ao levar em conta essa pedagogia essa autora o faz destacando apenas as “influências” dos mediadores na sua constituição, sem entrar em maiores detalhes a respeito da natureza concreta dos processos em que essa pedagogia é utilizada, omitindo assim também seu alcance diferenciado entre os diversos tipos de “atingidos”.

Na prática, é evidente que a distinção entre o militante e o não-militante não é tão clara. Ao postularmos, na introdução, que o alcance do projeto identitário está relacionado a uma gradação que vai das lideranças intermediárias à base, buscamos destacar justamente isso. Tal fato não nos permite ignorar a natureza marcada de estratégias (simultaneamente pedagógicas, discursivas e identitárias) que buscam incidir explicitamente sobre aqueles que se pretende formar como militantes ou quadros. Os cursos de formação são o exemplo mais conspícuo de tais estratégias.

A distinção (formal e prática) existente no MAB entre os setores de formação e educação ajuda a ilustrar esse ponto. Se o primeiro setor tem como objetivo a “formação” de militantes, no segundo as práticas pedagógicas incidem primordialmente sobre as bases. Naturalmente, essa “base” também tem seu caráter “militante”. Mas a natureza dessas práticas aí é distinta: a ênfase recai sobre cursos de alfabetização de adultos, sobre o ensino supletivo, sobre a problemática da educação rural. Seu caráter é eminentemente local, através de cursos que são ministrados a partir de uma outra dinâmica, muito mais próxima à educação formal do que nos cursos da área de “formação”. Os responsáveis por ministrar esses cursos são “militantes”, nunca representantes dos mediadores. As fronteiras entre um área e outra não

são, no entanto, intransponíveis. A educação pode, de fato, ser responsável por apontar aqueles que se revelaram capazes de ser alçados para um outro nível (“superior”, nesse sentido), e que poderão frequentar um curso de formação. Evidentemente, é esse também um espaço de atuação do “projeto identitário” do MAB. Somente através de um estudo mais aprofundado poderíamos apresentar, na perspectiva de uma análise comparada, as diferenças existentes entre o projeto identitário que atua aí e aquele que caracteriza o setor de formação.

O que nos interessa, porém, é o discurso atuando na construção identitária do atingido-militante, no âmbito dos cursos de formação. Destaquemos alguns aspectos que nos parecem significativos a esse respeito.

É Foucault (1988, p. 88-97) quem nos lembra da importância da “prescrição de prudência” que consiste em levar em conta o que ele chama de “regra da polivalência tática dos discursos”. Nesse aspecto, mais uma vez ele se aproxima de Bakhtin: se para esse último o discurso só pode ser pensado a partir de sua inserção em uma relação (o que é evidenciado pela importância que esse autor atribui ao que denomina de *contexto*), para aquele o que deve ser investigado não é o “discurso em si”, mas “mas uma multiplicidade de elementos discursivos *que podem entrar em estratégias diferentes*” (FOUCAULT, 1988, p. 95, grifos nossos).

Ao definirmos o que chamamos de discurso pedagógico do MAB, buscamos justamente destacar a especificidade de uma dessas estratégias. O discurso, para o caso que consideramos, é utilizado a serviço daquela estratégia que vinculamos a um “projeto identitário”: funciona, assim, com o objetivo de formar militantes a partir de um determinado modelo (a “identidade de atingido” a que nos referimos ao longo do trabalho).

Nesse sentido, é necessário reconhecer a existência de *discursos* do MAB. Em um outro contexto, a estruturação do “discurso do MAB” se daria de forma diferente. A título de hipótese, poderíamos acrescentar algumas observações a esse respeito. Se considerássemos outros desses discursos, colocados a serviços de outras estratégias – por exemplo, o discurso do movimento perante mídia ou um financiador internacional –, imaginamos que, no que diz respeito às posições de sujeito discursivo presentes, não haveriam mudanças significativas. Talvez um ou outra substituição ocorra. A mudança mais significativa se daria na *articulação* entre elas, e em especial na definição daquela posição (ou relação entre posições) que assume uma posição central e subordina as outras a si própria.

A polivalência tática dos discursos de Foucault (1988) diz respeito também aos efeitos de poder relacionados ao discurso:

Não se deve imaginar um mundo do discurso dividido entre o discurso admitido e o discurso excluído, ou entre o discurso dominante e o dominado (...) Os discursos, como os silêncios, nem são submetidos de uma vez por todas ao poder, nem opostos a ele. É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. Não existe um discurso do poder de um lado e, em face dele, um outro, contraposto (FOUCAULT, 1988, p. 95-6).

Tais colocações nos parecem bastante pertinentes para pensar as relações complexas nas quais os discursos do MAB são colocado em movimento. Consideremos, mais uma vez, o discurso pedagógico. Por um lado, esse discurso funciona no interior de uma estratégia que tem como objetivo resistir a processos de expropriação e dominação vinculados à construção das barragens, contribuindo para a formação dos sujeitos que levarão a cabo essa resistência. Se insere também no contexto de um embate mais amplo que diz respeito à luta de classes e ao enfrentamento de forças hegemônicas, associadas nesse discurso ao capitalismo ou ao projeto neoliberal. Por outro, é o instrumento através do qual são construídas e reproduzidas relações de poder no interior do próprio movimento. Tal ponto evoca a questão da diversidade interna trabalhada no capítulo 4. O projeto identitário a que serve o discurso pedagógico não surge de uma discussão democrática e participativa a respeito dos conteúdos e formas que a identidade do atingido-militante deve assumir. O que está em jogo, aí, é algo naturalmente complexo: a criação de uma identidade nacionalmente unificada para um movimento cujas lutas se dão em contextos econômicos, políticos e culturais os mais diversos possíveis. O que fica evidente ao considerarmos, por exemplo, que a equipe responsável pelo curso de formação era inteiramente formada por aqueles oriundos do Sul do país é a nítida hegemonia exercida por pelos grupos dessa região no interior do movimento. Verifica-se, portanto, a tendência para uma “exportação” do modelo de atingido pensado nessa região para o resto do país.

A utilização do dialogismo de Bakhtin como ferramenta metodológica nos permitiu destacar duas dimensões (correspondentes ao que esse autor chama de “duplo dialogismo do discurso”) relevantes do discurso pedagógico do MAB. Tendo em vista o que afirmamos logo acima a respeito das atividades na área de educação assim como a “prescrição de prudência” de Foucault (1988), enfatizamos mais uma vez que, nesse trabalho, ao falarmos em *discurso pedagógico do MAB*, estamos nos referindo ao discurso pedagógico considerado *no contexto* dos cursos de formação. Colocado a serviço de uma estratégia diferente, o discurso pedagógico não é mais o mesmo.

Em primeiro lugar, ao considerarmos o enunciado não apenas em relação a seu próprio objeto e ao enunciador (como fazem usualmente, segundo Bakhtin, as ciências da linguagem), trazemos à tona a figura do destinatário. Esse último aparece aí na sua concretude e especificidade de *atingido a ser formado*, aquele para quem se fala tendo em vista uma resposta que dele se pretende obter. As posições de sujeito atuam, nesse sentido, incitando, estimulando, demandando, interpelando. Poderíamos sugerir que o mecanismo que torna isso possível é equivalente à “norme identificatrice” apontada por Pechêux (1990, p. 224). Adaptando o exemplo dado por esse autor para o nosso caso, poderíamos dizer que um enunciado como “um atingido não desiste da luta” (referente à posição de sujeito discursivo de mobilização) significa de fato o seguinte: “se você é um verdadeiro atingido – o que você certamente é – você não pode/deve desistir nunca da luta”. O mesmo é válido para as outras posições de sujeito discursivo. Os resultados da análise que apresentamos do discurso pedagógico do MAB só podem ser considerados se se tem em mente que essa análise foi realizada tendo em vista *essa* relação com *esse* destinatário.

Em segundo lugar, o dialogismo de Bakhtin permite evidenciar a presença da voz do outro em falas que são prenes de história – referimo-nos, aqui, às posições de sujeito discursivo. São essas múltiplas vozes que nos permitem o acesso às diversas manifestações de alteridade desse atingido que se pretende construir. O “outro” desse atingido não é, assim, somente o seu inimigo direto, a companhia responsável pela construção da barragem. Dependendo da situação considerada, pode ser a mídia, o que tem na cabeça “um hotel de padrão – lambari com cabeça de tubarão” (MAB, 2001q), o Estado, o conformista que se recusa a participar da luta e aceita os termos impostos pelas companhias construtoras de barragens, o individualista.

As posições de sujeito podem, de acordo com a nossa visão, ser entendidas como *perspectivas* (“pontos de vista”), lugares específicos de onde se estabelece uma determinada relação com o mundo social. O discurso funciona delimitando e definindo esses lugares específicos como aqueles nos quais devem se “alojar” os que pretendem se formar como militantes.

Do ponto de vista do movimento como organização, o que se pretende é o alinhamento, o “enquadramento do quadro” – do militante – num esquema pré-determinado, ao qual corresponde um *determinado conjunto de possibilidades de ação*. O discurso atua na demarcação desse campo de ações possíveis justamente na medida em que fornece ao atingido-militante esse conjunto de lugares compartilhados onde não só podem como devem se “alojar”, correspondente a essa série de perspectiva comuns.

Dessa forma, poderíamos recorrer a Bourdieu e argumentar que o que se quer instituir, em alguma medida, são princípios de visão e divisão do mundo social *comuns*. É o estabelecimento de um consenso pré-reflexivo, a fixação de uma visão do mundo que se pretende gradualmente instituir-se como natural, não exigindo qualquer justificativa, o objetivo último da formação. Essa “fixação de uma visão de mundo” pressupõe, é preciso enfatizar, não apenas os elementos que tornam possíveis uma “interpretação” do mundo, mas também uma série de injunções de ordem prática correlatas a essa interpretação.

Podemos tomar como exemplo dessa questão o “ponto de vista” oferecido pela posição de sujeito discursivo crítico. A partir dele, delineia-se a figura de um mundo dividido entre exploradores e explorados. Quanto mais natural a aceitação por parte dos atingidos dessa divisão como pertinente para o entendimento/transformação do mundo, mais eficiente o trabalho de formação. Nada implica que, nesse caso, o trabalho reflexivo ou pensamento crítico tenha que ser abandonado. Mas a reflexão e a crítica *partem* dessa divisão entre exploradores e explorados como se ela fosse um postulado, tomam-na como um dado. A postura “natural” diante da constatação de que o mundo se divide entre exploradores e explorados é “sugerida” pela articulação das posições de sujeito de mobilização, moral e organizativo-institucional: alguma coisa a esse respeito *tem* que ser feita. Não é, porém, qualquer coisa o que pode ser feito. Já aí a articulação entre as posições realizada pelo discurso restringe o campo de possibilidades de ação. A ação tem então que ser coletiva, organizada, tem que envolver a luta.

É esse “tomar algumas coisas como dadas”, o trabalho de criação de um consenso mínimo, o que cria as condições para o “encaixe” efetivo dos atingidos-militantes sendo formados na estrutura do movimento que lhes preexiste.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira, NADER, Glauco e OLIVEIRA, Daniele Maria. Modernidade e pós-modernidade: questões sobre as identidades culturais. Rio de Janeiro, Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR, v.3, 2001.
- ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira; NOGUEIRA, Denise Teixeira; DA SILVA, Renata Ribeiro; BARBOZA, Luciano da Silva. Imaginando a (nova) Nação: identidade e território no Projeto do Governo Lula. Rio de Janeiro: Anais da Semana IPPUR, 1994.
- ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira. Modernização e conflito no Brasil contemporâneo. Porto Alegre: Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR, v. 1, 1999.
- ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira. Identidade e movimento social: o caso dos Movimento dos Atingidos por Barragens. Projeto de pesquisa submetido à FAPERJ. Rio de Janeiro, 2004.
- ARFUCH, Leonor. Problemáticas de la identidad. In: Arfuch, L (Org.) Identidades, sujetos y subjetividades. Buenos Aires: Prometeo libros, 2002.
- BAKHTIN, Mikhail. O discurso no romance. In: Bakhtin, M. Questões de literatura e de estética. A teoria do romance. São Paulo: Editora da UNESP/Hucitec, 1988.
- BAKHTIN, Mikhail. Observações sobre a epistemologia das ciências humanas. In: Bakhtin, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fonte, 1992b.
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: Bakhtin, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fonte, 1992a.
- BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1979.
- BAKHTIN, Mikhail. Problemas da poética de Dostoiévski. São Paulo: Forense Universitária, 1981.
- BAUMAN, Zygmunt. Life in fragments. Essays in postmodern morality. Oxford; Cambridge: Blackwell Publishers, 1997.
- BERMAN, Marshall. Tudo o que é sólido desmancha no ar. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. Décrire et prescrire. Notes sur les conditions de possibilité et des limites de l'efficacité politique. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Paris, v.3, 1981.
- BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: Pierre Bourdieu: Sociologia. São Paulo: Editora Ática, 1994a.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: Pierre Bourdieu: Sociologia. São Paulo: Editora Ática, 1994b.

BOURDIEU, Pierre. A produção e a reprodução da língua legítima. In: A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 1996a.

BOURDIEU, Pierre. A formação dos preços e a antecipação dos lucros. In: A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 1996b.

BOURDIEU, Pierre. A linguagem autorizada: as condições sociais da eficácia do discurso ritual. In: A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 1996c.

BOURDIEU, Pierre. A força da representação. In: A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 1996d.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e espaço simbólico. In: Bourdieu, P. Razões práticas. Campinas: Papyrus, 1997.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e gênese das classes. In: Bourdieu, P. O poder simbólico. São Paulo: Bertrand Brasil, 1998a.

BOURDIEU, Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: Bourdieu, P. O poder simbólico. São Paulo: Bertrand Brasil, 1998b.

BRANDÃO, Helena. Introdução à Análise do Discurso. Rio de Janeiro: Editora Contra-capá, s/d.

BURITY, Joanildo. Globalização e Identidade: Desafios do Multiculturalismo. Trabalho para discussão n. 107. Fundação Joaquim Nabuco, março 2001. Disponível em <www.fundaj.gov.br/tpd/107.html>.

CALHOUN, Craig (org.). Social theory and the politics of identity. Cambridge: Blackwell Publishers, 1996.

CARDOSO, Ruth. Prefácio. In: Castells, M. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

COSTA, Jurandir Freire. A inocência e o vício. Estudos sobre o homoerotismo. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, 1992.

DUMONT, Louis. Tocqueville et le respect de l'autre. Esprit, n.129-130, août-septembre 1987.

DURKHEIM, Emile. Educação e sociologia. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

EAGLETON, Terry. A ideologia e suas vicissitudes no marxismo ocidental. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). A questão da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

EMERSON, Caryl. Os primeiros 100 anos de Mikhail Bakhtin. Rio de Janeiro: Difel, 2003.

ESCOBAR, Arturo. e ALVAREZ, Sônia. The making of social movements in Latin America. Identity, strategy and democracy. Boulder: Westview Press, 1992.

FAILLACE, Sandra. Comunidade, Etnia e Religião: um Estudo de Caso na Barragem de Itá (RS/SC). Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GOHN, Maria da Glória. Teorias dos movimentos sociais. paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Ed. Loyola, 1997.

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GUEDES, André Dumans. Discurso e Resistência: A Construção da Questão do Neoliberalismo pelo Movimento dos Atingidos por Barragens. Biblioteca Virtual da CLACSO, 2005.

GUEDES, André Dumans e BARBOZA, Luciano da Silva. Identidade e Território: o caso do Movimento dos Atingidos por Barragens. Salvador: Anais do XII Encontro Nacional da ANPUR, 2005.

HABERMAS, Jurgen. O discurso filosófico da modernidade. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 24: pp.68-75, 1996.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo, Edições Loyola, 1992.

KLANDERMANS, Bert e JOHNSTON, Hank. (Org.). Social movements and culture. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995.

KRISTEVA, Julia. Le mot, le dialogue, le roman. In : KRISTEVA, Julia. Recherches pour une sémanalyse. Paris: Éditions du Seuil, 1969.

LACLAU, Ernesto. Introduction. In: LACLAU, Ernesto (Org.). The making of political identities. Londres; Nova Iorque: Verso, 1994.

MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). Projeto Trienal – Fortalecendo a Organização e a Luta dos Atingidos por Barragens no Brasil. Brasília, 2005⁷¹.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. “Exemplo Tucuruí – Uma política de relocação em contexto”. In: As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.

MARZULO, Éber Pires. Espaço dos Pobres. Identidade Social e Territorialidade na Modernidade Tardia. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1995.

MELUCCI, Alberto. “The symbolic challenge of contemporary movements”. *Social Research*, 4(52): pp.789-815, inverno 1985.

MELUCCI, Alberto. Challenging Codes: Collective Action in the Information Age. Cambridge: Cambridge University, 1996.

MORAES, Maria Estela de. No Rastro das Águas: Pedagogia do Movimento dos Atingidos pelas Barragens da Bacia do Rio Uruguai (RS/SC) – 1978/1990. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Departamento de Educação – PUC/RJ, 1994.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade, Etnia e Estrutura Social. São Paulo: Pioneira, 1976.

ORLANDI, Eni. Análise de Discurso. Princípios e Procedimentos. Campinas: Pontes Editores, 2000.

ORLANDI. Discurso e Leitura. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

PECHÊUX, Michel. “O mecanismo do (des)conhecimento ideológico” in ZIZEK, Slavoj (org.). A Questão da Ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

PECHÊUX, Michel. L’Inquietude du Discours. Paris: Editions des Cendres, 1990.

ROMANO, Jorge. “Discursos e Movimentos. O efeito de teoria e a ação política dos trabalhadores do sul do Brasil”. Mimeo. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1988.

ROTHMAN, Franklin Daniel. “A emergência do movimento dos atingidos pelas barragens da bacia do rio Uruguai 1979-1983”. In: Navarro, Z. Política, Protesto e Cidadania no Campo. As Lutas Sociais dos Colonos e dos Trabalhadores Rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

RUBEN, George Ruben. “Teoria da Identidade: uma Crítica”. *Anuário Antropológico*, 86, pp.75-92, 1988.

⁷¹ As indicações bibliográficas referentes aos documentos do MAB utilizados na análise realizada no capítulo 4 se encontram no Anexo I.

SANTOS, Lúcia e ANDRADE, Leinad (orgs). As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.

SIGAUD, Lygia. “Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho”. Mimeo. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional, 1986.

SIGAUD, Lygia, MARTINS-COSTA, Ana Luiza E DAOU, Ana Maria. “Expropriação do Campeonato e concentração de Terras em Sobradinho: uma contribuição à análise dos efeitos da política energética do estado”. In: *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Vértice/Anpocs, 1987.

SIGAUD, Lygia. Estado, Energia Elétrica e Meio-Ambiente. Rio de Janeiro: COPPE/PPGAS (UFRJ), 1995.

SILVA, Maria das Graças. Planejamento Territorial, Deslocamento Compulsório e Conflito Sócio-Ambiental. Mosquitos e Pistolagem na Barragem de Tucuruí. Tese de Mestrado, Rio de Janeiro, IPPUR, UFRJ, 1997.

STAM, Robert. Bakhtin: Da Teoria Literária à Cultura de Massas. São Paulo: Editora Ática, 1992.

TODOROV, Tzvetan. Mikhail Bakhtin. The Dialogical Principle. Minneapolis: The University of Minnesota Press, 1988.

TODOROV, Tzvetan. Prefácio em BAKHTIN, M. Estética da Criação Verbal. São Paulo: Martins Fonte, 1992.

TOURAINÉ, Alain. “A method for studying social actors”. In: *Journal of World-Systems Research*, VI, 3, Outono/Inverno 2000.

TOURAINÉ, Alain. “An introduction to the study of social movements”. In: *Social Research*, vol. 52, n.4, Inverno 1985.

TOURAINÉ, Alain. O Retorno do Actor. Lisboa: Instituto Piaget, 1984.

VAINER, Carlos. “Implantacion de grandes represas hidroelectricas, movimientos forzados y conflictos sociales”. In Efectos Demograficos de Grandes Proyectos de Desarrollo. San José: CEDEM/Imprenta Nacional, 1990.

VAINER, Carlos e ARAUJO, Frederico.Bandeira Guilherme. Grandes Projetos Hidrelétricos e Desenvolvimento Regional . Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VAINER, Carlos. “As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?”. Anais do IX Encontro da ANPUR. Rio de Janeiro, 2001.

VAINER, Carlos. “Águas para a vida, não para a morte: notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil”. In Justiça Ambiental e Cidadania. H. Ascelrad; S.Herculano; J. A. Pádua, (orgs.). Rio de Janeiro:Relume Dumará, 2003.

VAINER, Carlos. “Lugar, região, nação, mundo: uma leitura histórica do debate acerca das escalas da ação política”. Palestra apresentada para concurso para Professor Titular. Mimeo, 2005

VIANA, Raquel de Matos. Grandes Barragens, Impactos e Reparações: um Estudo de Caso sobre a Barragem de Itá. Tese de mestrado. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2003.

VIANNA, Aurélio. Etnia e Território: os Poloneses de Carlos Gomes e a Luta contra as Barragens. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VIEIRA, Flávia Braga. Do Confronto nos Vales aos Fóruns Globais: um Estudo de Caso sobre a Participação do Movimento de Atingidos por Barragens na Comissão Mundial de Barragens. Tese de Mestrado. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2003.

ZARETSKY, Eli. “Identity Theory, Identity Politics: Psychoanalysis, Marxism, Post-Structuralism” in CALHOU, Craig (org.). Social Theory and the Politics of Identity. Cambridge: Blackwell Publishers, 1996.

ANEXO – DESCRIÇÃO DO MATERIAL EMPÍRICO

Apresentamos, abaixo, a listagem do material entregue a cada um dos participantes durante as etapas do curso de formação. Entre parênteses, indicamos a forma como cada um dos documentos é citada ao longo do texto

Porto Nacional (TO)

1. “Atingidos cantam a luta” (MAB 2001a). Transcrição de letras de músicas cantadas durante o encontro.
2. “Guardiões dos rios. Guia para ativistas” (MAB 2001b). Cartilha da International Rivers Network.
3. “Ficha de Identificação” (MAB 2001c). Ficha de identificação dos participantes seguida de questionário onde são levantadas questões a respeito de atividades ligadas ao MAB realizadas anteriormente pelos participantes.
4. “Breve história do Movimento de Atingidos por Barragens” (MAB 2001d). Trecho da dissertação de mestrado de Flávia Vieira Braga (“Do confronto nos vales aos fóruns globais: um estudo de caso sobre a participação do Movimento de Atingidos por Barragens na Comissão Mundial de Barragens”, defendida junto ao Mestrado em Sociologia e Antropologia, IFCS/UFRJ).
5. “Deliberações do IV Congresso Nacional do MAB” (MAB 2001e). Documento apresentando, como o título indica, as deliberações do IV Congresso Nacional do MAB.
6. “30 anos da morte de Che Guevara” (MAB 2001f). Folheto apresentando a vida de Che Guevara. (Como afirmamos na descrição do curso de Porto Nacional, os participantes foram divididos em 7 brigadas, cada uma delas identificada pelo nome de uma figura representativa. O que definia a brigada de cada participante era o texto “específico” que a sua pasta – entregue de forma aleatória – continha, referente à vida de uma dessas figuras. No material a que tive acesso, a figura representativa era justamente Che Guevara). Fonte: Espaço Cultural Florestan Fernandes.
7. “Conjuntura Nacional” (MAB 2001u). Folheto discutindo questões relativas à conjuntura política nacional e à organização e avaliação do movimento nacional.
8. “A crise do modelo energético” (MAB 2001h). Cartilha discutindo o setor elétrico brasileiro, apresentando sua história, as características do modelo energético atual e alternativas possíveis a ele.

Correntina (BA)

1. “Relatos das Regiões” (MAB 2001j). Quadro em que são apresentadas as ações realizadas pelo movimento ao longo do ano de 2001 (“O que fizemos de bom neste ano de 2001”), a partir da classificação das ações em “local”, “nacional” e “regional”.
2. “Um mundo sem divisões” (MAB 2001k). Poema de Gioconda Belli, poeta nicaragüense.
3. “Metodologia popular é...” (MAB 2001l). Quadrinhos e desenhos ilustrativos do processo de educação popular. Fonte: CEPIS
4. “Histórico Fulgêncio Manoel da Silva” (MAB 2001m). Biografia do militante Fulgêncio Manoel da Silva.
5. Sem título (MAB 2001n). Quadrinhos e desenhos ilustrativos do processo de educação popular. Fonte: CEPIS
6. “Metodologia popular é...” (MAB 2001o). Quadrinhos e desenhos ilustrativos do processo de educação popular. Fonte: CEPIS
7. “Água: sem ela não há vida” (MAB 2001p). Folheto discutindo questões relativas à água.
8. “A luta e a organização popular” (MAB 2001q). Folheto discutindo questões relativas à mobilização e educação populares. Fonte: CEPIS
9. “A força que anima os militantes” (MAB 2001r). Folheto discutindo questões relativas à mobilização e educação populares. Fonte: CEPIS
10. “Proposta de programa para a segunda etapa curso com lideranças MAB nacional” (MAB 2001s). Apresentação dos horários e atividades para a etapa.
11. “Atingidos cantam a luta” (MAB 2001t). Poemas e transcrição de músicas cantadas durante o curso.

Palmitos (SC)

1. “O Brasil precisa de um projeto popular. Cartilha n. 11 – Consulta Popular” (MAB 2002a). Cartilha da Consulta Popular discutindo alternativas de desenvolvimento para o Brasil.
2. “Conclusão” (MAB 2002b). Folheto discutindo a questão da riqueza e da pobreza no capitalismo.
3. Sem título (MAB 2002c). Transcrição de letras de músicas cantadas durante o encontro.
4. “A exploração capitalista” (MAB 2002d). Resumo de conceitos e proposições teóricas presentes no Livro 1 d’O Capital.
5. “Organicidade” (MAB 2002e). Folheto discutindo questões relativas à organização do movimento e aos valores partilhados pelos atingidos. Fonte: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

6. “Certezas e desafios do Movimento dos Atingidos por Barragens” (MAB 2002f). Folheto discutindo a história do movimento, as estratégias de luta e os valores partilhados pelos atingidos.

7. “Gênero, classe e projeto popular” (MAB 2002g). Cartilha discutindo a questão da mulher.
Fonte: Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)